

Universidade Federal da Paraíba – Campus II
Mestrado em Economia Rural e Regional
Departamento de Economia e Finanças

Programa de Mestrado em Economia Rural e Regional

***A evolução das rendas
e atividades não-agrícolas na
Paraíba dos anos 90***

Orientador: Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva¹

Aluno: João Ricardo Ferreira de Lima²

Campina Grande, abril de 2002.

¹ Professor do DCS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - Mossoró.

JOÃO RICARDO FERREIRA DE LIMA

*A evolução das rendas
e atividades não-agrícolas na
Paraíba dos anos 90*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia Rural e Regional da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva

Co-orientador: Prof. Ms. João Otávio P. de Barros

CAMPINA GRANDE – PB

2002

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

LIMA, João Ricardo Ferreira de.

A evolução das rendas e atividades não-agrícolas na Paraíba dos anos 90 / João Ricardo Ferreira de Lima – Campina Grande, 2002. (86 f.)

Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba.

1. Emprego Rural. 2. Renda (Agricultura). 3. Famílias Rurais. Universidade Federal da Paraíba – Biblioteca. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO RICARDO FERREIRA DE LIMA

A evolução das rendas e atividades não-agrícolas na Paraíba dos anos 90

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural e Regional do Curso de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande – PB, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Examinador: Prof. Dr. Edimilson Correia Veras
Professor Visitante da Universidade Federal de Pernambuco

Examinador: Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos
Embrapa / Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande

CAMPINA GRANDE, ABRIL DE 2002

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao DEUS que acredito porque as realizações que tenho alcançado na vida me fazem uma pessoa feliz e privilegiada. Durante estes anos que já vivi e muitos quilômetros que andei, conheci muitas pessoas que não tiveram as oportunidades que me foram dadas e muitas outras que não souberam ou não tiveram condições de aproveitá-las.

Neste caminho agradeço muito à toda minha família, sempre presente de alguma forma e que me forneceu toda base para seguir o caminho que escolhi. Agradecimentos especiais a minha avó Edwiges Ferreira, que nos momentos em que estou com dificuldades parece que sofre mais do que eu próprio e não controla sua alegria nos momentos em que supero os obstáculos. Ao meu pai João Antonio, a pessoa de melhor caráter que já encontrei e que estava com problemas de saúde felizmente já superados. Não seria justo que esta pessoa tão importante na minha vida não estivesse ao meu lado observando mais este passo que dou. Você sempre será a pessoa que buscarei me espelhar! Agradeço de igual forma à Waldinete Ferreira, minha querida mãe, que do seu jeito, às vezes meio confuso, conseguiu me mostrar qual o melhor caminho a seguir e que se não fosse sua força interior e energia positiva, talvez, hoje realmente eu estivesse num ponto de ônibus, com uma marmitinha do lado, esperando a condução para o serviço, vendo meus amigos passando em seus carros. Finalmente, as minhas irmãs Daniele e Ariane e ao sobrinho, João Victor, que vejo poucas vezes por morarem em outra cidade, mas que sempre caminham comigo dentro do coração.

Agradecimento todo especial ao meu orientador, prof. Aldenor Gomes da Silva, que realmente exerceu a função de orientar, me forneceu todos os subsídios para que conseguisse fazer um bom trabalho e também me deu muitos estímulos para colocar em prática projetos que me ajudarão a crescer tanto intelectualmente como quanto pessoa. Todos os pontos positivos desta dissertação estão fortemente influenciados pelas reflexões que fiz com seu auxílio. Por outro lado, assumo exclusivamente todos os erros e omissões encontrados no trabalho.

Fico muito grato ao Mestrado em Economia rural e regional da UFPB-Campus II, em especial aos professores José Bezerra de Araújo, Olívio Teixeira e João Otávio. Nestes dois anos em que fui aluno regular, nunca encontrei nenhum tipo de dificuldade para terminar meu trabalho. Sempre me receberam com atenção especial e me apoiaram

em todas as decisões. São pessoas que me orgulho de ter trabalhado um dia e que espero poder ter novas oportunidades de nos encontrar. Os funcionários – Neuma, Joalice e Everaldo – que igualmente me aturaram desde março de 2000, sem negar uma vez sequer um pedido meu, sendo que reconheço ter feito uma montanha deles! Fico agradecido a atenção e a forma carinhosa que sempre me trataram. Vocês também contribuíram bastante para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos da Turma 2000 do curso de mestrado. Estes, sem sombra de dúvidas, são pessoas a quem tenho uma gratidão imensa porque eu sei que posso sempre contar nas horas de alegria e também nos momentos de tristeza. Em nossas discussões em sala de aula, nas diferenças de opiniões, nos diversos meios de encarar a vida, eu sempre acabava crescendo tanto quanto pessoa quanto intelectualmente. Certamente que nosso convívio foi um dos momentos mais ricos para mim.

Aos colegas do Projeto Rurbano, em especial ao professor José Graziano da Silva do IE/UNICAMP, que me recebeu com toda a atenção e deu livre acesso aos trabalhos, às discussões do grupo e a todas as informações das PNAD.

Todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização desta dissertação.

SUMÁRIO

Pg.

Lista de Tabelas e Gráficos.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Introdução.....	1
1-) Agricultura de tempo-parcial e pluriatividade: alguns aspectos teóricos-metodológicos.....	4
1.1-) Evolução histórica dos conceitos.....	4
1.2-) Aspectos teóricos e conceituais da pluriatividade.....	12
1.2.1-) As atividades não-agrícolas como estratégia de acesso às renda complementares.....	12
1.2.2-) A pluriatividade e a “mercantilização do espaço agrário”.....	16
1.3-) Algumas contribuições do projeto Rurbano.....	18
2-) As atividades e rendas não-agrícolas no Brasil.....	21
2.1-) As dinâmicas de ocupação no meio rural brasileiro.....	24
2.1.1-) A pluriatividade e as rendas das famílias rurais brasileiras.....	30
2.2-) A evolução do “Novo Rural” em São Paulo.....	34
2.3-) A heterogeneidade das novas dinâmicas de ocupação rural no Nordeste.....	36
3-) A evolução das atividades e rendas não-agrícolas na Paraíba.....	40
3.1-) A economia rural paraibana.....	40
3.2-) O comportamento da PEA rural paraibana nos anos 90.....	45
3.3-) ORNA: ramos, tipos de ocupação e a evolução nos anos 90.....	48
3.4-) A representatividade das famílias rurais pluriativas paraibanas.....	54
3.5-) As rendas das famílias rurais paraibanas na década de 90.....	61
Considerações Finais.....	81
Bibliografia	

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Pg.

Tabela 01 - Evolução do número de TRATORES E ARADOS no estado da Paraíba: 1970-1995.....	42
Tabela 02 - Evolução da estrutura fundiária do estado da Paraíba (proporção do número de estabelecimentos e área 1970-1995), de acordo com os grupos de área.....	43
Tabela 03: Produção, área colhida e rendimentos de algumas principais lavouras na Paraíba 1985-1995.....	44
Tabela 04 – População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita, Paraíba, 1992-1999. (1000 pessoas).....	46
Tabela 05 – População Ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita, Paraíba, 1992-1999. (1000 pessoas).....	47
Tabela 06 – População Ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA restrita, Paraíba, 1992-1999. (1000 pessoas)....	48
Tabela 07 – Evolução das principais ocupações das pessoas ocupadas, segundo a área censitária, situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita. Paraíba, 1992-1999.....	51
Tabela 08 – População de 10 anos ou mais não-ocupada, segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-1999. (1000 pessoas).....	52
Tabela 09 – População de 10 anos ou mais ocupada, segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-1999. (1000 pessoas).....	53
Tabela 10 – Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraíba, 1999. (1000 famílias).....	56
Tabela 11 – Evolução das famílias extensas segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1992-1999. (1000 famílias)	57
Tabela 12 – Evolução das pessoas ativas (PEAr) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros. Paraíba, 1992-1999. (1000 famílias).....	59
Tabela 13 – Evolução do número médio de pessoas ativas por famílias extensas segundo o local de domicílio e o tipo de família. Paraíba, 92-99.	60
Tabela 14 – Composição da renda e renda <i>per capita</i> das famílias, segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1999.	63
Tabela 15 – Evolução das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	65

Tabela 16 – Evolução da composição das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	67
Tabela 17 – Evolução das rendas agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	69
Tabela 18 - Evolução das rendas não-agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	70
Tabela 19 - Evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	72
Tabela 20 - Evolução das outras rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	73
Tabela 21 – Evolução da renda familiar <i>per capita</i> segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-1999.	75
Tabela 22 – Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área. Famílias de empregadores com até 2 empregados permanentes. Paraíba, 1999.	76
Tabela 23 - Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área. Famílias de conta-própria. Paraíba, 1999.	77
Gráfico 01 – Evolução das rendas das famílias rurais paraibanas (1995-1999).....	78

RESUMO

O problema central deste trabalho é entender a evolução das ocupações e das rendas das famílias rurais paraibanas nos anos 90. O objetivo é identificar a importância das atividades e das rendas não-agrícolas, além das transferências públicas/privadas para a melhoria e/ou manutenção das famílias nas áreas rurais. Para isto, analisamos a evolução das famílias rurais agrícolas, das famílias rurais não-agrícolas e das famílias rurais pluriativas nos anos 90, divididas entre empregadores, conta-própria, assalariados e não-ocupados. Estudamos também o comportamento dos rendimentos obtidos (pós plano Real) e a proporção de cada um no total. Comparamos ainda os rendimentos das famílias rurais agrícolas, pluriativas e não-agrícolas, de acordo com o estrato de área dos estabelecimentos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica baseada em trabalhos produzidos dentro do projeto RURBANO e a análise das informações dos microdados das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, relativas ao rural paraibano nos anos 90. A exemplo do que ficou demonstrado na situação nacional e regional, na Paraíba também se constata um crescimento das chamadas ORNA (ocupações rurais não-agrícolas), do aumento no número das famílias pluriativas e não-agrícolas residentes em áreas rurais, além de uma grande disparidade entre as rendas obtidas pelas famílias exclusivamente agrícolas daquelas não-agrícolas e pluriativas, principalmente nos anos secos. As famílias pluriativas dependem menos das transferências públicas e privadas, comparando com as famílias agrícolas. Constatamos que no período pós plano Real, as rendas agrícolas apresentam um movimento de forte queda e as rendas não-agrícolas possuem um movimento inverso, sempre crescendo a cada ano. Finalmente, independente do estrato de área dos estabelecimentos e a situação da família (empregadora com até 2 empregados permanentes ou conta-própria), as rendas das famílias do tipo agrícolas são menores que as das famílias pluriativas. Apesar da pluriatividade num estado pobre como a Paraíba decorrer em sua maior parte de estratégias familiares que procuram alternativas de renda para poderem sobreviver e manter o estabelecimento rural, isto não significa que o estado não possua condições de repensar o desenvolvimento das áreas rurais, reorganizando a base de sustentação de milhares de pequenos agricultores que hoje sobrevivem da agricultura de subsistência, com base em atividades agrícolas que possuam nichos de mercado e também em atividades não-agrícolas, como ecoturismo, chácaras de lazer e serviços públicos essenciais que existem nas áreas urbanas.

ABSTRACT

The central problem of this work is to understand the evolution of occupations and the paraibanas household incomes in the nineties. The objective is to identify the importance of activities and the non-agricultural incomes, besides the transfers public/private for the improvement and/or maintenance of the families in rural areas. For this, we analyzed the evolution of the agricultural household, the non-agricultural household and pluriactive household in the nineties, divided among employers, bill-own, salaried and unemployed. We also studied the behavior of the obtained revenues (post plan Real) and the proportion of each one in total. We still compared the revenues of agricultural household, pluriactive and non-agricultural, in agreement with the establishments stratum of area. The used methodology was a bibliographical research based on works produced inside the project RURBANO and analysis through the data generated by PNAD (Brazilian National Household Surveys) of IBGE, relative to the rural paraibano in the nineties. To example of what was demonstrated in national and regional situation, in Paraiba a growth of the ORNA (non-agricultural rural occupations) is also verified, like that increase in the number of pluriactive household and non-agricultural residents in rural areas, besides a great disparity among the incomes obtained exclusively by the agricultural household of those non-agricultural ones and pluriactive, mainly in the dryness years. The pluriactive household depend less on the public and private transfers, comparing with the agricultural. We verified that in the period post plan Real, the agricultural incomes present a movement of strong fall and the non-agricultural incomes possess an inverse movement, always growing every year. Finally, independent of the establishments stratum of area and the family situation (employer with until 2 employees permanent or bill-own), the incomes agricultural household type are smaller than pluriactive. In spite of the pluriactivity in a poor state like Paraíba to elapse in your largest part of household strategies that seek alternatives of income to survive and maintain the rural establishment, this doesn't mean that the state doesn't possess conditions of rethinking the rural development, reorganizing the economics base of thousands small farmers that today survive of the subsistence agriculture, investing (for example) in agricultural activities that possess market niches and also in non-agricultural activities, as eco-tourism, leisure small farms and essential public services that exist in the urban areas.

INTRODUÇÃO

O projeto temático “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” (ou Rurbano, como ficou mais conhecido), analisa as transformações recentes no meio rural de várias unidades da federação. Isso foi possível com a divulgação dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pelo IBGE. A preocupação era analisar população ocupada, emprego e renda.

Na Fase I do projeto foi analisada a PEA (população economicamente ativa) para entender a questão da ocupação agrícola e não-agrícola. A principal conclusão obtida foi que o emprego agrícola caiu bastante desde meados dos anos 80, mas a PEA rural cresceu no período. Novas atividades não-agrícolas estão sendo criadas e compensando a perda de postos de trabalho na agropecuária. Contudo, o número de empregos não-agrícolas criados não é suficiente para compensar todo o desemprego existente.

Na Fase II a grande preocupação era a pluriatividade das famílias rurais e das famílias agrícolas residentes no meio urbano e a análise permitiu que fosse entendido melhor a importância das rendas não-agrícolas sobre os rendimentos das famílias rurais. A grande novidade desta fase é metodológica. A família passa a ser a grande unidade de análise. Um dado importante é o aumento dos desempregados e aposentados residentes no campo: existem pessoas residentes no rural que não estão necessariamente ocupadas nem em atividades agrícolas. Outro dado é que nos anos 90, principalmente após o Plano Real, temos uma grande queda na renda per capita dos agricultores familiares – neste caso aqueles que trabalham conta-própria e não contratam trabalhadores permanentes.

Por outro lado, temos uma elevação da importância das rendas e atividades não-agrícolas entre eles. Este ponto é bastante importante principalmente para a Região Nordeste. Foi demonstrado a essencialidade das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores. Em certos casos, com relação aos agricultores familiares, o peso das aposentadorias e pensões chegam a representar mais de um terço da renda familiar, independentemente do local de domicílio (urbano ou rural).

O meio rural brasileiro não pode ser considerado estritamente agrário. Ganham importância (muitas atividades não são novas, a novidade são os nichos de mercado que foram criados e proporcionaram às atividades de fundo de quintal, *hobbies*, etc., maior

lucratividade para as pessoas ocupadas nas mesmas) outras ocupações e/ou novas funções que, no dizer de Graziano da Silva (1999, p. ix), passaram a dar ao rural uma configuração de “novo rural”, composto dos seguintes setores:

1. Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
2. Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o *agribusiness*;
3. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
4. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos de mercado específicos.

Estas atividades rurais não-agrícolas cada vez mais geram renda para as famílias do campo. O fenômeno da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade das famílias, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas no rural ou em áreas urbanas possibilitou a manutenção das famílias no campo diminuindo o êxodo rural. Contudo, ainda existe êxodo e o campo não se tornou a grande maravilha que solucionaria todos seus problemas.

O estudo aqui apresentado busca entender como as famílias rurais, no estado da Paraíba, conseguiram sobreviver e se manter no campo nos anos 90. O problema central da investigação diz respeito à evolução das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), da importância das famílias rurais pluriativas e a composição de suas rendas, no meio rural paraibano nos anos 90. Demonstraremos a importância da evolução das ORNA para a manutenção/sobrevivência das famílias de trabalhadores rurais no estado e também das rendas advindas de transferências públicas e privadas.

Tendo em vista os condicionantes já apresentados, nosso objetivo geral é fazer uma caracterização das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA) da PEA rural na década de 90, mostrar a representatividade das famílias rurais pluriativas na Paraíba e a evolução das rendas rurais. Especificamente, objetivamos: 1-) identificar os principais ramos e tipos de ocupações rurais não-agrícolas da PEA rural paraibana; 2-) analisar a

evolução das ocupações rurais não-agrícolas no estado da Paraíba no decorrer da década de 90; 3-) levantar a representatividade das famílias rurais pluriativas no cômputo geral das famílias rurais paraibanas, bem como sua dinâmica evolutiva nos anos 90; 4-) identificar o comportamento das ocupações agrícolas das famílias rurais paraibanas, com relação ao seu peso econômico na composição da renda das famílias rurais; 5-) definir a importância de outras rendas provenientes de transferências públicas e/ou privadas na composição da renda das famílias rurais paraibanas.

As hipóteses principais que orientarão a investigação proposta são: 1-) as atividades rurais não-agrícolas assumiram intensa importância no estado da Paraíba nos anos 90, tanto ao nível das ocupações da PEA rural quanto para constituição das famílias do tipo pluriativas; 2-) apesar da intensa evolução das ORNA, as atividades agrícolas no rural paraibano ainda tem maior peso econômico para as famílias pluriativas nos anos de chuvas; 3-) nos anos secos as famílias rurais paraibanas praticamente sobrevivem de rendas provenientes das ORNA e das transferências públicas.

A metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica nos materiais publicados e/ou colocados para consulta na Internet pelo projeto temático “Rurbano”, sobre a evolução das ORNA (organizações rurais não-agrícolas) no Brasil, nas regiões e nos estados. Além disto, analisaremos as PNAD (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) dos anos 90 relativas ao rural paraibano.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, foi feito um rápido levantamento histórico e teórico/metodológico sobre os conceitos de agricultura de tempo parcial e pluriatividade. No segundo, analisamos a evolução do fenômeno da pluriatividade e as transformações que passam o meio rural brasileiro na década de 90. Finalmente, no terceiro capítulo buscamos analisar as PNAD relativas aos anos 90 com o objetivo de termos uma visão detalhada dos ramos, tipos de atividades e da dinâmica das ORNA na Paraíba e dos tipos de famílias rurais paraibanas buscando detectar o nível de contribuição das ORNA e das transferências públicas e privadas na composição da renda destas famílias. Finalizamos o trabalho demonstrando diversas possibilidades de ampliar e diversificar as atividades no meio rural paraibano, assim como a necessidade de estimular as potencialidades de cada localidade, numa cooperação entre os membros da sociedade civil local e dos poderes em seus diversos níveis.

CAPÍTULO 01

Agricultura de tempo-parcial e pluriatividade: alguns aspectos teóricos- metodológicos

1.1-) Evolução histórica dos conceitos

Os conceitos “agricultura de tempo parcial” e “pluriatividade” estão sendo bastante utilizados seja no meio acadêmico ou mesmo no âmbito das políticas públicas, para tentar explicar as transformações que ocorrem no meio rural internacional e mais especificamente, no rural brasileiro. O problema é que se faz necessário um melhor entendimento do que realmente venha a ser a definição precisa de cada um, para que não ocorram confusões e ambos não venham a ser considerados como sinônimos. Para isso, buscaremos fazer um rápido levantamento histórico-evolutivo dos conceitos aos níveis internacional e nacional, além dos avanços teóricos e metodológicos mais importantes que se seguiram dos anos 30 até os 90.

Até meados da década de 80, os cientistas sociais utilizavam os termos *part-time farming* e *pluriactivité* como sinônimos, aceitando que a grande diferença entre os dois era o primeiro sendo utilizado correntemente entre os analistas de língua inglesa e o segundo pelos analistas com tradição acadêmica francesa. A utilização do tempo gasto de trabalho na propriedade pela família ou por um indivíduo particular, gera uma grande controvérsia com relação ao termo *part-time farming*. Sobre o termo *pluriactivité*, os debates referem-se à junção de uma ou mais formas de renda ou trabalho dos membros de uma mesma família.

Como coloca Schneider,

no primeiro caso há que se estabelecer necessariamente como contraponto a noção de full time (tempo integral) (...). Já a segunda expressão contém sua oposição na idéia de monoactivité, que se refere à forma de desempenho de uma atividade que, exatamente por ser ‘mono’, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade (1999a, p. 76).

O interessante é que a agricultura “monoativa” e em “tempo integral” são conceitualmente bastante parecidos e possuem o conteúdo e significado próximos. Por outro lado, seus opostos (pluriatividade e *part-time*) diferem totalmente. Deve-se esclarecer que a existência da pluriatividade na agricultura tem como condição necessária o desenvolvimento da atividade agrícola de tempo parcial. Por outro lado, a recíproca não é verdadeira, apenas a agricultura de tempo parcial não desencadeia um processo de pluriatividade.

Existe na literatura um extenso debate sobre estes termos. Numa revisão feita por Fuller (*apud* Schneider, 1999a, p. 76), muito provavelmente foi Rozman (em 1930) quem usou o termo *part-time farming* pela primeira vez, numa tentativa de separar os agricultores que produziam apenas para subsistência dos que produziam especificamente para o mercado. Em outra oportunidade, Fuller (*apud* Kageyama, 1998, p. 515-6) demonstra a passagem do termo “*part-time farming*” para “*multiple job-holding*” e finalmente “*pluriactivity*”.

Até os anos 50, nos EUA e na Europa, as análises da agricultura de tempo parcial centravam foco no produtor e nas suas rendas. É no final desta década que a unidade de análise mais importante passa a ser a família e não mais o produtor (já que é na instância da família que se toma a decisão de praticar a agricultura em tempo total ou parcial) e também que incorpora a noção de tempo de trabalho (número de dias ou equivalente de força de trabalho por ano) como medida do grau de atividade profissional exercida “além da porteira”, ou seja, fora do estabelecimento, importante para identificar se a família trabalha com a agricultura em tempo total ou parcial. Este critério substitui o de renda anteriormente utilizado.

Os anos 60 fornecem importantes contribuições envolvendo o termo *multiple job-holding* (empregos múltiplos). A grande busca era centrar o foco para fora do estabelecimento e, principalmente, para as atividades não-agrícolas, buscando compreender o peso dessas atividades sobre o desempenho da propriedade agrícola.

Entre meados da década de 70 até o início dos anos 80, retoma-se a pesquisa e o debate sobre a agricultura de tempo parcial, tendo como unidade de análise relevante a família para alguns autores ou o estabelecimento familiar (*household*), como colocariam outros. Fuller (*apud* Kageyama, 1998, p. 516-7) baseado em seus estudos sobre a história evolutiva do conceito de agricultura de tempo parcial, propõe as seguintes distinções:

1. **Agricultor de tempo parcial:** seria a pessoa que gasta apenas uma parte de seu tempo trabalhando na agricultura;
2. **Unidade agrícola (estabelecimento) de tempo parcial:** aquele estabelecimento que não consegue gerar demanda por trabalho para os membros da família correspondente ao trabalho completo deles no período de um ano;
3. **Unidade agrícola de tempo integral:** o estabelecimento que consegue gerar demanda por trabalho para os membros da família correspondente ao trabalho completo deles. Disto, nenhum ter emprego remunerado fora;
4. **Estabelecimento/famílias com empregos múltiplos (*multiple job-holding households*):** onde existem rendas agrícolas e não-agrícolas, não importando se as rendas externas superam ou não, as rendas obtidas no estabelecimento. Este último conceito vai acabar desembocando na idéia de pluriatividade.

Para Fuller (*apud* Schneider, 1999a, p. 78) existiram três “fatores que contribuíram para o reconhecimento e a relevância acadêmica e social da pluriatividade na década de 1980”:

1. Um primeiro de ordem conceitual: a noção de *part-time farming* era imprecisa e dificultava analiticamente a separação do trabalho do chefe da propriedade da função produtiva da propriedade, ou seja, existiam muitos estabelecimentos rurais onde o trabalho externo não tinha relação com redução das atividades produtivas agrícolas;
2. Um segundo de “deslocamento etimológico”: a pesquisa do *Arketlon Trust Project*, um estudo da Comunidade Econômica Européia, entre 1987 e 1991, que buscava estudar com maior ênfase as unidades familiares rurais, as quais combinavam a agricultura com outras atividades. Importante salientar que, a partir destes estudos, passou-se a utilizar a unidade doméstica como elemento de análise e não mais o chefe da propriedade ou o tempo gasto trabalhando com atividades não-agrícolas. Relevante também que definiram como estabelecimentos pluriativos “aqueles em que algum membro adulto tivesse uma atividade remunerada sazonal ou regular além da atividade primária agrícola” (Kageyama, 1998, p. 517);

3. A reforma da PAC (Política Agrícola Comum): iniciado na década de 80 porque a crescente mudança nas ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada.

Com relação aos anos 90, os trabalhos conceituais e metodológicos sobre tempo parcial e pluriatividade na agricultura continuaram. Lund (*apud* Kageyama, 1998, p. 518) propõe que “se classifiquem os indivíduos em tempo parcial em oposição aos de tempo integral segundo os seguintes critérios”:

1. Aqueles que trabalham no estabelecimento agrícola menos do que uma jornada integral estipulada;
2. Aqueles que possuem uma ou mais ocupações remuneradas;
3. Os que possuem alguma outra ocupação remunerada e não tem na agricultura sua atividade principal, tanto com relação ao tempo gasto de trabalho quanto à renda.

Os que estão incluídos no item 1 seriam agricultores em tempo parcial e aqueles que se encaixam nos itens 2 e 3 seriam pluriativos ou com múltiplo emprego. A idéia de “*part-time*” se aplica com relação ao trabalho individual. O pensamento de pluriatividade e múltiplos empregos pode ser usado para unidades como a família e o estabelecimento. Já a agricultura de tempo-parcial só tem aplicabilidade com relação ao trabalho individual. O importante é fixarmos que “pluriatividade” e “tempo parcial” são coisas distintas e não podem ser usadas como sinônimos. Contudo não são excludentes, pelo contrário, para o surgimento da pluriatividade é necessário que a agricultura de tempo parcial seja exercida por um dos membros da família. Rapidamente veremos como estes conceitos evoluíram no Brasil.

Em 1962, Marcondes (*apud* Kageyama, 1998, p. 520), “estudando as relações entre industrialização e o surgimento da agricultura em tempo parcial em São Paulo, define seu objeto em termos de duas variáveis: tempo aplicado na atividade e existência de outras fontes de renda”. A diferença essencial entre o trabalho deste autor e os que vinhamos apresentando até agora é a preocupação dele com o indivíduo urbano, que por diversos fatores passa a ter um tempo livre para trabalhar na agricultura como um “*hobby*” ou mesmo como “segunda atividade” econômica. Os outros trabalhos centram

na agricultura a atividade principal e as demais atividades ou fontes de renda como secundárias.

Um trabalho de F. S. dos Anjos, intitulado “agricultura em tempo parcial” (*apud* Kageyama, 1998, p. 520-1), embora não utilizando nenhuma vez o termo pluriatividade está praticamente tratando deste último fenômeno. Temos, finalmente, os trabalhos de Graziano da Silva, onde ele consegue demonstrar as diferenças entre agricultura de tempo parcial e pluriatividade em certos casos, mas confunde os conceitos em outros¹.

Após todo este exercício, Kageyama define o conceito de pluriatividade como sendo a “combinação de atividades – por indivíduos e famílias – em diferentes setores, portanto, em diferentes mercados da economia; para o que nos interessa, no entanto, restringiremos o ‘conceito’ para o caso em que um desses setores seja a agricultura” (1998, p. 522). Utilizaremos este conceito levando em consideração a existência da pluriatividade nas situações em que pelo menos um dos membros da família exerceu atividade agrícola tanto na ocupação principal quanto na secundária.

Devemos entender a pluriatividade em contextos específicos. Em certos casos, a pluriatividade pode representar uma solução que evita a proletarização completa do camponês, sendo utilizada como estratégia de sobrevivência da unidade familiar, o qual resiste a perda da propriedade e o conseqüente assalariamento (Kageyama, 1998, p. 522-3).

Em outros contextos, a pluriatividade pode servir para fortalecer a economia familiar, porque aumenta a renda da família e possibilita a expansão da propriedade e a aquisição de ativos produtivos, por exemplo. O estabelecimento da pluriatividade depende de ser gerado excesso de trabalho dentro da unidade produtiva familiar (seja por inviabilidade no processo produtivo, seja por desenvolvimento tecnológico). Isto é de fundamental importância quando temos em mente que o estudo da pluriatividade apesar de poder ser feito em diversos níveis analíticos, tem significados diferentes de acordo com o nível de desenvolvimento da economia agrícola familiar e de seu contexto. Como cita Kageyama (1998, p. 533) “no nível micro a unidade pode ser a família (...) porque a decisão de um de seus membros de combinar atividades externas (não-agrícolas) com a atividade agrícola implica realocar os recursos produtivos de toda a família”. Por outro lado a unidade também pode ser o indivíduo caso a família passe a ser considerada “o agregado de qualificações e estratégias profissionais de seus

¹ Em “O novo rural brasileiro” (1999) capítulo 5 (“ocupações rurais e a mercantilização do espaço agrário”) as diferenças estão claras, contudo, se confundiram no cap. 01 (“o novo rural brasileiro”).

membros, com a atividade agrícola já restrita a um papel secundário” (Kageyama, 1998, p. 533).

Para Gomes da Silva (2000), no Nordeste caracterizam-se situações de pluriatividade devido a questões de inadequação da atividade agrícola complementados por fatores externos que acabam dinamizando a economia regional (pólos fruticultores, por exemplo). Dado no conceito de pluriatividade existir a importância de entendermos os contextos específicos, o Nordeste pode ser considerado uma região onde a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade entre famílias rurais se evidenciam, tanto por serem estratégias de sobrevivência, quanto por estarem ligadas às “atividades agrícolas ou agroindustriais modernas, que transferem todo um dinamismo econômico aos sub-setores locais e às atividades de prestação de serviços animadas pelo impulso do turismo e da interiorização dos serviços” (Gomes da Silva, 2000, p. 02).

Contudo, quando tratamos de uma “segunda atividade” temos que nos recordar da relevância de um outro nível analítico: o mercado de trabalho. Como se sabe, a manutenção de vínculo com a propriedade rural implica que se trabalhe em lugares não muito distantes, principalmente, se a pessoa continua morando na propriedade. Essas atividades podem estar especificamente no rural ou em áreas urbanas próximas, o que importa é poderem ser exercidas por membros das famílias rurais pluriativas. Isto vai depender das características tanto econômicas, quanto sociais e culturais das “economias locais”².

Uma família rural pluriativa que tenha membros em idade de trabalhar e que, além disso, estejam capacitados (qualificados) para exercerem algumas atividades não-agrícolas não é suficiente para considerarmos que um processo de pluriatividade será desencadeado. Isto porque faz necessário que a localidade crie um mercado de trabalho apto a absorver esta força de trabalho disponível. Para Fuller (*apud* Kageyama, 1998, p. 518) isto se reconstitui numa redescoberta do desenvolvimento local e das comunidades.

Na realidade, segundo Mattei (1999, p. 13-4), podemos elencar os fatores promotores da pluriatividade da seguinte forma:

1. natureza econômica: tamanho das unidades de exploração, renda, grau de inserção nas economias locais etc.;

² Segundo Saraceno (*apud* Kageyama, 1998, p. 542) “o enfoque da economia local é baseado num espaço mais precisamente definido, não necessariamente coincidente com um região administrativa. Idealmente,

2. natureza social: nível de escolaridade das famílias, ciclo familiar, desejo de obter melhores condições de vida etc.;
3. natureza pessoal: melhorar/aumentar padrões de consumo, membros que buscam trabalhar em outra atividade, aprender novas profissões etc.);
4. natureza contextual: desenvolvimento da economia local, políticas de desenvolvimento rural que favoreçam o crescimento de ORNA no rural etc.;
5. natureza de lazer: sítios, chácaras de final de semana, turismo rural, áreas de preservação ambiental, pesque-pague, rodeios (no Nordeste, as vaquejadas) etc..

Graziano da Silva (1999, p. 08) assinalou 5 fatores que podem promover a pluriatividade nos países desenvolvidos e que também aparecem, em graus diferentes, de acordo com as regiões e estados, no Brasil:

a-) desmonte das unidades produtivas, atividades que antes eram exercidas intrapropriedades, agora podem ser terceirizadas via contratação de serviços externos;

b-) o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas tipicamente urbanas: administradores, motoristas, contadores, digitadores;

c-) redes que se formam vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial;

d-) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo que velhas atividades ou *hobbies* ganhem importância via elevação/aparecimento de “nichos de mercado”: animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores etc.;

e-) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além de maior facilidade de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos

ele seria delimitado pela maior parte contígua em que tenha lugar o fenômeno da comutação e/ou empresas troquem quantidades relevantes de bens e serviços segundo um padrão consistente”.

bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação, melhorando a situação de vida dos moradores da zona rural.

Obviamente que o avanço da pluriatividade não se dá de forma homogênea. Segundo Etexzarreta (*apud* Graziano da Silva, 2000c, p. 167), “quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades dos agricultores complementarem suas rendas”. Disto, onde o processo de industrialização for mais difuso, a prestação de serviços da mesma forma, a pluriatividade tem maiores chances de avançar. Um problema nesta questão é que até hoje as políticas públicas são feitas para os agricultores “*full time*” (e no caso brasileiro, praticamente para os grandes produtores!).

Segundo Mantino (*apud* Kageyama, 1998, p. 529), no estudo da pluriatividade a unidade relevante analisada é a família, por três razões principais:

1. É no âmbito familiar que ocorre a decisão de alocar os recursos familiares e da empresa;
2. Existe grande interdependência entre as decisões familiares e o desenvolvimento da economia local;
3. A unidade familiar tem sido objeto de importantes políticas agrícolas e sociais.

Kageyama, citando Mantino, coloca que a família representaria “uma estrutura social organizada, com uma divisão interna do trabalho, com papéis diferenciados, estrutura hierárquica e processos internos de socialização e controle coerentes” (1998, p. 529). A pluriatividade não seria um fato apenas individual e também não seria somente uma escolha da família. No núcleo familiar são tomadas as decisões e estas são influenciadas por membros que trabalham fora do estabelecimento.

Segundo Lacombe (*apud* Schneider, 1999a, p. 125),

o fato das famílias rurais terem se transformado largamente em unidades onde coexistem diversos tipos de ocupações e atividades ente seus membros está tornando-as muito semelhantes às demais famílias. Nesse sentido, a análise clássica das famílias agrícolas, que consistia na sua

interpretação segundo o modelo de uma propriedade = uma família = uma atividade = uma renda, não pode mais servir de referencial para aqueles que querem compreender sua forma de organização ou sua identidade.

Schneider (1999a, p. 132) utiliza como unidade de análise a família rural, entendida como um grupo social que divide um mesmo espaço e possui em comum a propriedade de uma terra. Os elos de parentesco se dão por laços de sangue ou não (nos casos de adoção) e as decisões e estratégias ocorrem no seio da família e não são pré-determinadas.

1.2-) Aspectos teóricos e conceituais da pluriatividade

Veremos, neste ponto, a evolução dos principais conceitos que outros pesquisadores utilizaram na tentativa de entender o fenômeno da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias rurais. O processo de resgate destas teorias e conceitos, especificamente neste trabalho, aborda duas seqüências distintas³:

- a) as atividades não-agrícolas interpretadas como uma estratégia das famílias rurais buscarem rendas complementares, mas a agricultura sendo a atividade econômica mais importante;
- b) a pluriatividade decorrendo do processo de reestruturação capitalista e mercantilização do espaço rural.

1.2.1-) As atividades não-agrícolas como estratégia de acesso às rendas complementares

Em sua obra “A questão agrária”, Kautsky trata do processo de proletarização dos pequenos produtores, colocando que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura terminaria por subordinar este setor ao industrial, principalmente devido a

³ Para um estudo mais detalhado desta questão, inclusive com outros eixos teóricos, vide Schneider (1999a).

dinâmica do progresso tecnológico na agricultura. Assim, as grandes propriedades teriam uma superioridade técnica sobre as pequenas propriedades.

Isso não significa que as unidades menores, necessariamente deixariam de existir. Sua reprodução social estaria condicionada ao desenvolvimento de formas de trabalho complementar e acessório à grande empresa, ligadas ou não à agricultura. Existiriam três tipos de ocupações acessórias (sendo que estas não são excludentes, ou seja, freqüentemente coexistem) segundo Kautsky (1968, p. 194-206):

1. O trabalho agrícola assalariado exercido nas grandes propriedades nos períodos onde a demanda por mão-de-obra se eleva;
2. A ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio rural;
3. A fundação de indústrias rurais, cuja evolução está atrelada ao desenvolvimento tecnológico do setor de comunicações e transportes.

Ele explica também que o desenvolvimento do modo de produção capitalista aumentou a necessidade de dinheiro dos pequenos produtores. Não se produz mais dentro do estabelecimento tudo aquilo que uma família necessita para sobreviver. Com a divisão social do trabalho, cada pessoa se especializa em determinada tarefa. Existindo a necessidade de um indivíduo comprar roupas, sapatos ou meios de produção, sendo ele produtor agrícola, vai precisar vender sua mercadoria, conseguir dinheiro, ir ao mercado e comprar aquilo que deseje. Os camponeses, já não fabricam dentro do estabelecimento tudo que julgam necessário, precisam aumentar a produção agrícola. Com a venda destes produtos conseguem dinheiro e completam o processo $M - D - M$.

Com o crescimento da família aumenta a demanda por mercadorias diversas. O agricultor precisa produzir mais para conseguir maiores rendimentos. Por outro lado, dado o preço das terras ser elevado, muitas propriedades ao longo das gerações de famílias tendem a se fragmentar. Este caso fica bastante claro quando observamos a divisão entre filhos de uma herança deixada pelos pais. Surgem muitas dificuldades para o camponês conseguir sobreviver e se reproduzir como tal. A quantidade de terras diminui à medida em que se fragmenta e a necessidade de produzir mais para conseguir dinheiro aumenta.

A solução encontrada seria o trabalho acessório. O camponês ou alguns elementos de sua família aceitam trabalhar, principalmente em períodos onde a produção agrícola não necessita de tantos braços, em outras atividades agrícolas ou não-agrícolas, para conseguirem atingir o mínimo de renda necessária a manutenção da família e/ou da propriedade (Kautsky, 1968, p. 183-211).

Outro autor de grande relevância, que destacou em suas obras a importância das “atividades rurais não-agrícolas”, foi Alexander Chayanov. Inicialmente, precisamos esclarecer sua “teoria da unidade econômica camponesa (UEC)”. A questão central desta teoria coloca que, para analisarmos os processos de continuidade da UEC e também para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família, precisamos ter como hipótese um balanço subjetivo entre trabalho e consumo, ou seja, entre pessoas aptas a trabalhar e a quantidade de “bocas para alimentar”.

A tomada das decisões com relação a agricultura camponesa se dá internamente, no interior da família. Se gostaríamos de entender como funcionam as UEC, temos que analisar o comportamento das famílias e a maneira como solucionam seus problemas cotidianos, em outras palavras, como equilibram o trabalho e o consumo. A partir de suas decisões subjetivas, tendo como referência o equilíbrio citado, as famílias delimitam o “grau de auto-exploração”.

Segundo Chayanov (*apud* Schneider, 1999a, p. 91), para entender a família há que considerá-la sob os seguintes aspectos:

1. Deve-se estudar a família em seu ciclo demográfico completo. Isto é importante, pois sabemos que em certas fases do ciclo existem mais “braços para trabalhar”, conseqüentemente, a utilização dos fatores produtivos é maior. O inverso também ocorre;
2. Faz-se necessário entender a racionalidade das famílias camponesas, que buscam utilizar de forma maximizadora os fatores de produção baseados no tamanho da família e no grau de auto-exploração;
3. A família resulta da composição e união entre a unidade de consumo e a unidade de produção. Assim sendo, funciona como um todo interdependente e indivisível, principalmente com relação a gestão de suas rendas.

Nas situações em que a família não consegue equilibrar trabalho e consumo, seja por excesso de mão de obra para trabalhar na terra existente, ou mesmo por insuficiência deste fator para atender as necessidades de todos, ela tende a ocupar seus membros em outras atividades. Estas podem ser artesanais comerciais ou mesmo não-agrícolas (Chayanov, 1974, p. 101).

É a necessidade da família (e estas necessidades variam de acordo com seu ciclo de desenvolvimento demográfico) que orienta o recurso às atividades não-agrícolas. Entretanto, isto não significa que o fator ciclo demográfico seja o único a delimitar a divisão do trabalho da família entre atividades agrícolas e não-agrícolas. As condições econômicas gerais também são fundamentais para orientar a divisão. Segundo Chayanov (1974, p. 118), “los éxodos hacia los oficios no rurales se desarrollan, en efecto, de modo particular en las zonas de gran densidad de población”. Por outro lado, essa afirmação exige que se estabeleçam dois condicionantes:

- O fato de que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas está relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura;
- Em muitas situações, não é a falta de meios de produção que origina os ganhos com atividades não-agrícolas, mas uma situação de mercado onde os recebimentos obtidos pela venda da força de trabalho camponesa são mais elevados que o lucro obtido com a venda dos produtos agrícolas (Chayanov, 1974, p. 118).

Estes dois condicionantes, guardadas as devidas proporções, nos faz lembrar da pluriatividade das famílias de trabalhadores rurais do Nordeste. Com relação ao primeiro, temos que os agricultores nordestinos sofrem bastante com o problemas das estiagens, que castigam a região com maior intensidade e frequência. Nestes períodos, o plantio torna-se inviável, a inatividade torna-se quase total, forçando a migração para outros locais onde possam trabalhar e conseguirem renda para manterem suas famílias.

O segundo item também é facilmente observado. É notório que o rendimento dos trabalhadores “urbanos” é mais elevado que o rendimento dos trabalhadores “rurais”. A situação da agricultura brasileira como um todo e a nordestina especificamente, (concorrência externa, falta de crédito, juros elevados, falta de política de desenvolvimento rural, concentração fundiária etc.) não oferece condições para que os agricultores consigam vender seus produtos a preços compensatórios. Sendo assim, não

conseguem renda para proporcionarem um padrão de vida digno para seus familiares. Nesta situação de “desilusão com o campo”, preferem migrar e tentar a sorte nas cidades.

O recurso às atividades não-agrícolas constituía-se numa estratégia de alocação da força de trabalho familiar defronte a situação da unidade produtiva agrícola. Para o autor. Para Chayanov (1974, p. 120), “en otras palabras, podemos asegurar teóricamente que la división do trabajo en la familia campesina entre agricultura y actividades artesanales y comercio se lleva a cabo por comparación de la situación de mercado en estas dos ramas de la economía nacional”.

Com isto, demonstramos que o tema das atividades rurais não-agrícolas, entendidas como formas complementares de renda e trabalho, já se encontravam descritas nas obras de estudiosos “clássicos” da questão agrária.

Passaremos agora a análise das contribuições de Marsden e Fuller⁴, pela grande contribuição acadêmica destes autores e também por suas idéias serem as que mais se aproximam das convicções analíticas do Projeto Rurbano⁵. Estes autores são referência da corrente da análise da “Sociologia da Agricultura”.

1.2.2-) A pluriatividade e a “mercantilização do espaço agrário”

Segundo Schneider (1999a, p. 107), “Marsden resgata a noção de ‘mercantilização do espaço agrário’ e acrescenta a idéia de que se trata de um processo desigual”. Segundo Marsden, o Estado dos países desenvolvidos está criando novas formas de regulação social e econômica da estrutura agrária. Isto pode ser identificado ao serem analisadas as políticas agrícolas destes países.

A crise do modelo produtivista, baseado na Revolução Verde, redirecionou as formas de produção e reprodução da força de trabalho no rural. O exemplo maior disto é a pluriatividade. Consequentemente, o espaço rural não pode mais ser considerado sinônimo de atividades agrícolas. O rural ganhou novas funções e se apresenta como o local onde se desenvolvem diversas atividades produtivas, como o “papel do consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por

⁴ Para uma análise mais detalhada da questão, inclusive com outros teóricos também importante para o entendimento da pluriatividade, vide Schneider (1999a, capítulo 02).

⁵ Projeto temático “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” que pretende analisar as transformações recentes no meio rural. Para maiores detalhes: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>

exemplo) e serviços (eco-turismo, atividades ligadas a preservação ambiental etc.)” (Marsden *apud* Schneider, 1999a, p.108).

Para Marsden, o conceito de maior importância para explicar as mudanças no rural é a *commoditization*⁶ (ou mercantilização) e a tendência existente é que a pluriatividade se desenvolva nas zonas rurais onde o desenvolvimento tecnológico gerou desemprego, assim como nas áreas rurais em que o Estado passou a estimular o desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas (turismo rural e artesanato). Muito provavelmente este processo poderá revalorizar o rural e aumentar a pluriatividade das famílias do campo (id., *ibid.*, p.108-9).

A pluriatividade decorre das transformações do processo de reestruturação capitalista, sendo uma das mais claras demonstrações das alterações nas relações de trabalho atuais, causadas pelos processos de realocização econômica. Por outro lado, esse autor reconhece que não é simplesmente por ter sido criado um mercado de trabalho para atividades não-agrícolas no rural, que a pluriatividade pôde se desenvolver. Devemos igualmente analisar o impacto destas transformações nas estratégias e decisões das famílias rurais.

As unidades familiares buscam rendimentos “externos” (fora da propriedade) por estarem vivendo num ambiente de grande concorrência pela reprodução social. É justamente esta competição que não permite à todas as famílias sobreviverem apenas dos ganhos com a produção agropecuária. Pelas transformações que ocorreram no meio rural é que muitas famílias tornaram-se pluriativas e com a soma dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas estão sobrevivendo razoavelmente (Schneider, 1999a, p. 110).

Outro autor importante para entendermos a questão da pluriatividade das famílias rurais é Anthony Fuller. Ele foi um dos principais consultores do projeto “Estruturas Agrárias e Pluriatividade das Famílias Agrícolas”, patrocinado pelo *Arkleton Trust*. Em seus trabalhos, propõe que a unidade principal de análise da pluriatividade seja a família e seu ciclo de reprodução, já que é no âmbito interno da família que as decisões de alocação de tempo em atividades agrícolas e não-agrícolas são tomadas. Além disto, coloca que não podemos esquecer das reações familiares ao

⁶ “Representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas e também ao artesanato e às pessoas” (Marsden *apud* Schneider, 1999a, p. 108). Segundo Mattei. “trata-se da valorização das áreas rurais a partir da implementação de uma série de atividades econômicas relacionadas à preservação ambiental, ao turismo rural, à produção artesanal, ao desenvolvimento de novos produtos, etc.: atividades estas que geram rendas e novas formas de ocupações para as populações rurais” (1999, p. 18)

“jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local” (Fuller *apud* Schneider, 1999a, p. 111).

Para Fuller, ao analisarmos o fenômeno da pluriatividade, devemos atentar para três níveis de análise:

1. A pluriatividade como uma expressão da economia regional (ou local);
2. A família como uma unidade decisiva para analisar a agricultura e a pluriatividade;
3. A interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das mudanças rurais, onde existem elementos decisivos como a disponibilidade para o trabalho fora da propriedade e o tamanho e composição da família (*apud* Schneider, 1999a, p. 112).

Uma das conclusões principais do projeto supracitado é que a pluriatividade não pode ser considerada como um fenômeno transitório e também que ela não se constitui na solução para a agricultura. A pluriatividade está presente por toda a estrutura agrária da Europa (Schneider, 1999a, p. 101).

1.3-) Algumas contribuições do projeto Rurbano

O projeto Rurbano⁷ utiliza dados fornecidos pelas PNAD do IBGE. Existem algumas dificuldades em trabalhar estas informações. Então, faremos agora alguns esclarecimentos de caráter metodológico que facilitam o entendimento dos conceitos de Família utilizado nas tabelas das PNAD retabuladas pelo projeto.

Quando vamos definir a unidade de análise para estudar a pluriatividade utilizando os dados das PNAD, surgem algumas dificuldades: alguns domicílios são habitados por mais de uma família (limite de 4); os pensionistas, empregados domésticos e os parentes de empregados domésticos são todos considerados como membros, tanto das famílias quanto dos domicílios.

Com relação ao primeiro caso, inicialmente precisamos conhecer a população rural que vive em domicílios com mais de uma família. Segundo Graziano da Silva

⁷ Existem muitas outras dificuldades ao se trabalhar com os dados das PNAD. Ao longo do trabalho, sempre que estas surgirem, abriremos notas que esclarecerão a metodologia utilizada pelo Rurbano.

(2000a, p. 182), cerca de 10% da população rural brasileira vive esta situação (pouco mais de três milhões de habitantes). Posteriormente, devemos compreender os conceitos de “domicílios” e “famílias” que a PNAD adota:

- Domicílio: o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando os moradores conseguem se isolar, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. Quando conseguem entrar e sair sem passar pelo local de moradia de outras pessoas, o domicílio é considerado independente. Os critérios de separação e independência são importantes.
- Família: Conjunto de pessoas ligados por laços de parentesco, dependência doméstica (a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família) ou normas de convivência (regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica), que residissem na mesma unidade domiciliar e que a pessoa morasse em apenas uma unidade domiciliar. Definiram como famílias conviventes aquelas constituídas por pelo menos duas pessoas cada uma e que morassem no mesmo domicílio (Graziano da Silva, 2000a, p. 182-3).

As pessoas dentro de cada família foram classificadas (de acordo com sua relação com a pessoa de referência ou o cônjuge) da seguinte forma:

- Pessoas de referência: responsável pela família. Tem uma certa ascendência sobre as demais pessoas da família ou do domicílio;
- Cônjuge: existindo ou não o vínculo matrimonial, vivia com a pessoas de referência;
- Filho: filho, enteado, adotivo ou de criação da pessoa de referência ou do cônjuge;
- Outro parente: aquela que tivesse qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou o cônjuge. Exemplo: genros, sogros e netos;

- **Agregado:** pessoa que não era parente e não pagava alimentação nem hospedagem à pessoa de referência ou ao cônjuge;
- **Pensionista:** pessoa que não era parente mas pagava a alimentação ou hospedagem;
- **Empregado doméstico:** pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da família;
- **Parente de empregado doméstico:** parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro (s) da família (Graziano da Silva, 2000a, p. 184).

O conceito de família da PNAD é bastante restrito (apenas os pais e os filhos). Todos os demais familiares que estão fora da relação pais filhos são considerados “outros parentes” e fazem parte de uma família secundária. A inclusão de outras pessoas sem laços de parentesco no domicílio, não torna este conceito a unidade de análise mais interessante para o estudo da pluriatividade.

Para sabermos se uma família é pluriativa, não devemos considerar os pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. Estes não participam das decisões da família. Caso diferente é o dos agregados (que foram mantidos na unidade de análise), já que estes são considerados como “pessoas da família” e interferem nas estratégias e decisões da família.

Se tomarmos o conceito de “família” na PNAD, desconsideraríamos laços de parentesco que existem entre pessoas do mesmo domicílio. Por outro lado, se tomarmos os “domicílios”, os pensionistas e empregados domésticos, além dos parentes de empregados domésticos, entrariam na unidade de análise.

A solução encontrada, segundo Graziano da Silva, foi criar “...uma classe intermediária nos dados secundários, (...) que consistem dos membros dos domicílios subtraídos os pensionistas e empregados domésticos (e seus parentes). Decidiu-se incluir os agregados (...) pela importância que estas pessoas têm em muitas unidades familiares...” (2000a, p.187).

Contudo é necessário esclarecer que a retirada desses membros supracitados do domicílio ocorre apenas na construção da unidade de análise, onde vamos medir a pluriatividade das famílias principais ou secundárias.

CAPÍTULO 02

As atividades e rendas não-agrícolas no Brasil

Neste capítulo faremos um síntese de alguns estudos do projeto Rurbano, com base principalmente nos trabalhos de Graziano da Silva & Del Grossi (Brasil), Basaldí (São Paulo) e Gomes da Silva (Nordeste).

O acontecimento de maior impacto nas estruturas da agricultura e do mundo rural como um todo, em várias regiões agrárias e diversos países é o questionamento sobre a sustentabilidade do modelo produtivista centrado na “Revolução Verde”. Este modelo é altamente dependente de fontes de energia fósseis não-renováveis e degradador do meio ambiente (principalmente devido a utilização de produtos químicos tanto para a fertilização do solo quanto para defender a planta de pragas).

Com relação às demais transformações que passam o mundo rural, mais especificamente, com relação às alterações na estrutura de ocupação e de emprego, temos o crescimento das atividades rurais não-agrícolas. Isto é relevante porque em muitos lugares, o rural já não é exclusivamente sinônimo de atividades agrícolas. Nos países desenvolvidos, são os setores não-agrícolas que estão gerando as maiores possibilidades de emprego no meio rural. Logicamente que existe exceção, como o Canadá, por exemplo, onde o emprego agrícola também cresce no rural, embora a taxas baixas. Praticamente em todos os países e regiões, o emprego agrícola cresce a índices negativos em termos tanto absolutos, quanto relativos (Schneider, 1999b, p. 02).

O mais interessante nisto não é a queda do emprego agrícola e sim a capacidade que se desenvolva no espaço rural novas atividades empregadoras as quais, em alguns casos, praticamente nada tem a ver com a agricultura. Duas questões tornam-se fundamentais: a-) o rural não é mais apenas agrícola; b-) isso não significa que as atividades agrícolas propriamente ditas, perderam sua importância. Fica claro que está ocorrendo um processo de diversificação produtiva no meio rural e neste processo, o setor de serviços é o grande contribuidor da elevação de empregos, não o setor industrial.

Em grande parte dos países desenvolvidos, parcelas significativas da população ainda residem em áreas essencialmente rurais. Entretanto, a participação da agricultura no emprego regional é bastante reduzida. Isto demonstra que a quantidade de pessoas

trabalhando em atividades agrícolas é menor que o número de pessoas residentes no rural. Os EUA e a França são casos paradigmáticos deste assunto.

Segundo Schneider (1999b), pelo menos cinco fatores principais explicariam o surgimento e a expansão das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos:

1. Modernização tecnológica da agricultura: um forte processo fez com que a atividade agrícola necessitasse cada vez menos de força de trabalho para exercê-la;
2. Queda nos preços das *commodities*: fator que causa queda nas receitas das famílias rurais, as quais passam a ter dificuldades em manter a paridade nos rendimentos com as famílias urbanas. Dado a impossibilidade do Estado de aumentar os subsídios (que já são elevados) o recurso as atividades não-agrícolas torna-se uma estratégia para os agricultores manterem seus níveis de renda;
3. Apoio do Estado: o desenvolvimento das atividades não-agrícolas serve tanto de paliativo à queda nas rendas agrícolas quanto para “desintensificar” a atividade agrícola, amenizando os problemas de super-produção;
4. Trabalho em tempo parcial e a pluriatividade: correspondem a situações corriqueiras para os agricultores familiares, não decorrem tão somente de mudanças “macro-estruturais” da agricultura;
5. Mercado de trabalho: desenvolveu-se uma oferta de emprego não-agrícolas no rural. Esta foi proporcionada por um processo de descentralização industrial, por exemplo.

Com relação à América Latina, segundo Schneider (1999b, p. 06), “a população rural também é cada vez menos sinônimo de população ocupada na agricultura, pois as formas de ocupação e emprego no espaço rural são cada vez mais diversificadas”. Para Klein (*apud* Schneider, 1999b, p. 06), entre 1950 e 1992, a quantidade de trabalhadores ocupados na agricultura caiu de 54% do total para 25%.

Outro ponto interessante é com relação ao êxodo rural. Mesmo com esta diminuição do emprego agrícola, a população não está deixando o campo como em outras décadas. Nos anos 80, especialmente, para Klein (*apud* Schneider, 1999b, p. 06),

“a queda no emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas”.

Para Klein, existiriam, então, basicamente duas hipóteses que poderiam explicar a evolução das ORNA na América Latina:

1. A distribuição geográfica e demográfica da população em um território, que pode variar de país para país;
2. A geração de demanda por serviços auxiliares às atividades agrícolas, ou seja, um mercado de trabalho rural não-agrícola mas ligado a ele, como decorrência da modernização tecnológica da agricultura (*apud* Schneider, 1999b, p. 7).

Embora estas atividades não-agrícolas no rural não resolvam o problema no campo, já que necessitamos de políticas de desenvolvimento para este espaço, contudo, servem de certo alívio à pobreza e estimulam novas atividades econômicas neste local. Segundo Graziano da Silva, “podemos identificar no caso brasileiro **nove dinâmicas** relevantes para a geração das ORNA (...), sendo que apenas três delas estão fortemente relacionadas com o desenvolvimento da própria agricultura” (1999, p. 55. Grifos no original):

1. *As atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, além do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados no processo;*
2. *Atividades derivadas do consumo final da população rural, incluídas a produção de bens e serviços não-agropecuários tanto de origem rural como urbana e os serviços auxiliares a eles relacionados;*
3. *Atividades derivadas da grande oferta de mão-de-obra excedente no campo;*

Seis dinâmicas não estão vinculadas diretamente às atividades agropecuárias:

4. *Serviços públicos nas zonas rurais;*

5. *O consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato e o turismo rural;*
6. *Demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência bem como serviços a elas relacionados;*
7. *Demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de moradias em áreas rurais, mas que possuam um mínimo de infra-estrutura;*
8. *Demanda por terras não-agrícolas por indústrias “sujas”, ou seja, aquelas que buscam burlar a fiscalização das condições de poluição. Também existem empresas que buscam proximidade com as matérias-primas necessárias ao processo produtivo, para diminuir o custo de transporte das mesmas;*
9. *Por último temos “novas atividades rurais”, resultantes da busca do rural como área de lazer e preservação ambiental por parte da população urbana das grandes cidades.*

Para cada uma das regiões brasileiras, as variáveis podem explicar o maior ou menor crescimento de um ou outro tipo de ORNA. Não existe uma homogeneidade nas dinâmicas de ocupação rural entre as regiões e assim, o perfil do emprego não-agrícola nestes locais é bastante diferenciado (Graziano da Silva, 1999, p. 55).

2.1-) As dinâmicas de ocupação no meio rural brasileiro

Após esta breve digressão, necessária para melhor contextualizarmos o tema deste capítulo, passaremos a analisar a evolução do fenômeno da pluriatividade no Brasil. Inicialmente, estudaremos o comportamento da PEA (população economicamente ativa) rural (agrícola e não-agrícola), depois das ORNA (ocupações rurais não-agrícolas) e, finalmente, as rendas obtidas pelas famílias rurais.

Com relação à evolução da população brasileira de 10 anos ou mais nos períodos de 1981-1992 e de 1992-1999¹, percebe-se o grande crescimento da população total com 10 anos ou mais (passando de 88,9 milhões de pessoas em 1.981 para 130,1 milhões em 1.999), um incremento anual nos anos 90 de 2% a.a., bastante próximo dos índices dos anos 80. Entretanto, este crescimento ocorre principalmente em áreas urbanas, pois a população desta área saltou de 64,7 milhões de pessoas para 104,7 milhões (aumento de 40 milhões de pessoas). Por outro lado, nas áreas rurais, tivemos uma pequena redução da população com 10 anos ou mais residente, entre 1981 e 1992, demonstrando o êxodo rural. A reversão deste fenômeno, em dados agregados para o Brasil, acaba ocorrendo nos anos 90, com a população rural crescendo a uma taxa de 0,9% a.a. e tendo um incremento, entre 1992 e 1999, de aproximados 1,4 milhão de pessoas.

Chama a atenção o fato de que, embora a população rural volte a crescer nos anos 90, os dados da população rural ocupada em atividades agrícolas demonstram uma queda de -1,7% a.a., entre 92 e 99. Isto reflete "um crescimento da mecanização dos cultivos e da colheita de grãos, especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Esse avanço tecnológico em nossa agricultura tem gerado uma tendência de desemprego estrutural desde os anos 70" (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d, p. 4). Uma das explicações para o fato da população rural ocupada estar aumentando mesmo quando cai o emprego agrícola é o crescimento da geração de ocupação não-agrícola em áreas rurais. O crescimento dos Inativos residentes em áreas rurais também contribui para o aumento da população. Como exemplo, temos os ⁹aposentados que passam a residir no campo. Isto indica que "o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho. (...) as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas" (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d, p. 5-6).

¹ A partir de 1992 o IBGE ampliou o conceito de trabalho das PNAD. Em decorrência disto, duas outras categorias foram definidas: trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso. Além disto, isolou uma categoria específica, trabalhadores domésticos. Finalmente, passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos ou mais que realizaram algum trabalho remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência da pesquisa (as novas PNAD pesquisaram dois períodos: o ano e a semana anterior à data do levantamento). Até então, considerava-se ocupada a pessoa que trabalhasse pelo menos 15 horas na semana de referência. Estas mudanças dificultam a comparação direta dos dados da década de 80 com a de 90.

Neste trabalho utilizaremos uma série reconstituída que será denominada de "PEA restrita" (trata das pessoas com 10 anos ou mais que trabalharam mais de 15 horas na semana de referência, excluídas as que se dedicam exclusivamente a produção para o autoconsumo) conforme os conceitos dos anos 80, para poder compatibilizar com o dados dos anos 90. Para maiores informações, vide Graziano da Silva & Del Grossi (2001d).

Uma questão importante é que o crescimento das ORNA (ocupações rurais não-agrícolas) não está estreitamente ligado com os níveis de modernização agropecuária da região e sim com o grau de urbanização, ou com "o tamanho das cidades, uma vez que as principais atividades e profissões que compõe o ERNA brasileiro pouco tem a ver com o desenvolvimento do setor agropecuário da região" (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d, p. 6).

A maior parte das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas se encontra na região Nordeste (2 milhões de pessoas e crescendo a uma taxa de 2,5% a.a.). Contudo, em São Paulo e nas regiões Sul, Sudeste (- SP) e Centro-Oeste (somando Tocantins a esta região), temos as maiores taxas de crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas nos anos 90, respectivamente, 5,7%; 4,3%; 3,4%; e 7,5% (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d, p. 7).

Dentre os 10 ramos de atividades não-agrícolas exercidos pela população² rural ocupada e residente no campo mais importantes, em apenas 5 estão concentradas cerca de 84% do total das ORNA. Destacam-se os ramos de Prestação de Serviços, Indústria de Transformação, Indústria da Construção, Serviços Sociais³ e Comércio de Mercadorias. Com relação aos setores de atividades da "PEAr" rural ocupada em ORNA, predominam os Empregados, Ajudantes de Serviços Gerais, Pedreiros somados com os Ajudantes, Serviços Conta-Própria, Balconistas e Atendentes, Motoristas, Professoras Primárias e faxineiros. A grande maioria das profissões não exigem grandes qualificações da mão-de-obra (especializações e formação escolar).

Essas ocupações rurais não-agrícolas indicam várias dinâmicas econômicas. Entre elas, certamente a construção de novas moradias rurais (chácaras de fim-de-semana, sítios de lazer) é uma das mais relevantes e explica o avanço da demanda por trabalho nos setores de Emprego Doméstico e Construção Civil. Os outros setores têm suas dinâmicas relacionadas com o setor terciário da economia (Serviços).

Para Graziano da Silva, três características diferentes explicam a grande participação dos "Serviços Domésticos" nas ORNA:

² Estaremos utilizando o conceito de "PEAr" ou "PEA restrita", que deriva da recontabilização dos dados das PNADs relativos aos anos de 1992 até 1997, ponderados pela contagem populacional de 1996. Para maiores informações, vide Graziano da Silva (2000a, p. 18 e o anexo – notas metodológicas).

³ Cerca de 70% das pessoas ocupadas em Serviços Sociais exercem atividade em estabelecimentos de ensino público e outras 8% em serviços de saúde. O restante esta dividido em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d, p. 8-9).

1. Como os serviços do mercado de trabalho agrícola ainda exigem bastante força física, as mulheres encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Também se constitui em importante fator, a maior fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o labor infantil. As crianças, em muitos casos, acompanhavam as mães;
2. Muitas famílias, cansadas do "stress" da vida urbana, procuram passar alguns dias da semana em áreas rurais. O crescimento na quantidade de famílias elevou a necessidade de empregados domésticos no rural;
3. Existem também pessoas que possuem baixa renda, trabalham em áreas urbanas mas moram na zona rural, principalmente porque nestes locais os terrenos são mais baratos (1999, p. 45-6);

O crescimento do emprego doméstico em áreas rurais ocorre tanto nas famílias de Conta-própria como para as famílias de Empregados⁴. Então, apesar da mulher rural entrar no mercado de trabalho (normalmente como empregado doméstica), isto não significa que a família tenha abandonado as atividades agrícolas. Este crescimento das atividades não-agrícolas, em especial do Emprego Doméstico (que na sua maioria é bastante precário), demonstram o grande aumento da pobreza e da desigualdade social no país. Este tipo de ORNA, como cita Graziano da Silva *et. al.* são "serviços derivados de um alto nível de concentração da renda pessoal e familiar vigente no Brasil e da falta de políticas públicas que tratem o rural não mais como um espaço exclusivamente agrícola" (2001c, p. 9).

Podemos, então, elencar rapidamente algumas iniciativas, tanto públicas quanto privadas, que estão propiciando as novas dinâmicas de ocupação no meio rural brasileiro, principalmente nos anos 90.

Em primeiro lugar, destaca-se que, devido o circuito delimitado pelo deslocamento espacial das pessoas, o ramo da Prestação de Serviços (maior

⁴ Nas tabulações do Projeto Urbano, as famílias foram classificadas da seguinte forma: se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Na falta de empregador, a família foi classificada como de conta-própria se um dos membros ativos se declarou como tal, independente da posição na ocupação dos outros membros. Não havendo na família membros que se declarassem como empregadores ou conta-própria, a família foi classificada como empregados, se pelo menos um membro declarou exercer uma

concentrador da PEAr rural ocupada em ORNA) agrupa quatro dinâmicas diferenciadas de acordo com seus “fatos geradores”:

1. Mulheres que residem na zona urbana, ingressam no mercado de trabalho urbano e contratam empregadas domésticas cujos domicílios são situados no meio rural circunvizinho;
2. Deslocamento das famílias residentes na zona urbana para a rural, na qual possuem um segundo imóvel, destinado ao repouso e lazer nos finais de semana ou férias escolares. Normalmente estas pessoas possuem elevado padrão de vida e para cuidar da manutenção/segurança do imóvel rural, contratam caseiros e/ou empregados domésticos;
3. Deslocamento definitivo do local de moradia de uma parcela da população urbana para a zona rural. Este deslocamento ocorre por uma busca de melhor qualidade de vida, com contato maior com a natureza e a maneira de viver do homem do campo. Existe, então, a necessidade de investimentos no imóvel (estimulando a construção civil), haja vista a morada permanente e a contratação de empregado (s) doméstico (s);
4. Deslocamento da população urbana para lazer na área rural. A população, também buscando lazer e repouso, hospeda-se em fazendas-hotéis, pousadas, estâncias hidrominerais e termais, além do divertimento em pesque-pagues, estâncias hípicas etc.. Certamente esta dinâmica fomenta o crescimento de pessoas ocupadas como Balconistas Atendentes, fazendo com que o Comércio de Alimentos e Restaurantes, por exemplo, esteja entre os setores de maior demanda por mão-de-obra no rural brasileiro;

Em segundo lugar, temos o circuito relativo ao grupo das dinâmicas atreladas às iniciativas imobiliárias. Este circuito é composto por duas dinâmicas distintas pela natureza do empreendimento:

1. Autoconstrução da moradia própria. Envolve o entrelaçamento de famílias que contam com pessoas que tenham habilidade em alvenaria, porém em caráter solidário;

atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. Se ninguém estivesse ocupado, a família seria de “não-ocupados”. Para maiores informações, vide trabalho de Graziano da Silva *et. al.* (2001c).

2. Edificação da casa própria junto à empresas de construção civil e/ou profissionais de alvenaria conta-própria (muitas vezes se prefere este tipo de profissional residente no rural para reduzir os custos com deslocamento da força-de-trabalho). Esta possui um caráter mais comercial e um grande potencial de geração de ORNA;

Esta dinâmica, conduzida (principalmente) pelo ramo da Indústria da Construção Civil, apresenta grande crescimento, estando nela englobada as ocupações de Pedreiro, Ajudante de Pedreiro e Motorista, por exemplo.

Em terceiro lugar, temos o circuito relacionado ao fluxo de bens e serviços transacionados no rural. Este se relaciona com o ramo do Comércio de Mercadorias e possui duas dinâmicas diferenciadas pela natureza da demanda (final ou intermediária):

1. A dieta alimentar das pessoas ocupadas e com domicílio rural, influenciadas tanto pela modernização da base técnica da produção agrícola, quanto pela agroindustrialização, foram alterados na direção de aumento do consumo de mercadorias industrializadas;
2. A outra dinâmica trata do consumo intermediário da produção agrícola. Igualmente é determinada pela modernização da base técnica e como coloca Graziano da Silva, “pela maior disseminação desse processo com a gradativa difusão da prática da **terceirização da execução** dos trabalhos diretos e de outras fases tecnologicamente separáveis do processo de produção agrícola...” (2000a, p. 62-3. Grifo Nosso);

Em quarto lugar, temos o circuito relacionado com o Ramo Social. Possui apenas uma dinâmica e distingue-se dos outros circuitos por seu caráter eminentemente público, tanto do lado da oferta (provisão de investimentos e da manutenção das atividades) quanto do lado da demanda (ao menos com relação aos gastos públicos com a Previdência Social). Os principais setores são os Estabelecimentos de Ensino Público e de Saúde.

Em quinto lugar, temos o circuito associado ao atendimento de demanda final da população urbana de produtos voltados para “nichos de mercado”. Exemplos: carnes de animais exóticos e de consumo não-tradicional; produtos oriundos da agricultura orgânica e a floricultura comercial, entre outros;

O último circuito possui duas dinâmicas:

1. Transferência de subdivisões da indústria de transformação para o rural. Além disto, temos as denominadas “empresas sujas” que buscam fugir da fiscalização mais rígida das cidades e as empresas que buscam maior proximidade com a fonte de matérias-primas;
2. Terceirização de trabalhos (principalmente confecções) para cooperativas de trabalhadores residentes em áreas rurais. Exemplo: Pólo de Confecção de Ceará-Mirim – Rio Grande do Norte⁵.

Para finalizar este tópico, deve-se salientar que apesar do grande crescimento das atividades rurais não-agrícolas, a agricultura ainda é a única alternativa de obter renda para uma grande parcela da população rural. As pessoas que perdem seus empregos agrícolas não encontram uma ocupação não-agrícola para se engajar, automaticamente. Normalmente, porque elas não têm as qualificações necessárias para exercerem muitas das ORNA disponíveis (não tiverem acesso à educação, qualificação profissional, etc.). As oportunidades de ingressar no mercado de trabalho ficam muito restritas. Isto é importante para que não sejam criados falsos mitos de que ORNA seja a solução para o desemprego (Graziano da Silva, 2001e, p. 9-10).

2.1.1-) A pluriatividade e as rendas das famílias rurais brasileiras

Passaremos agora a utilizar como unidade básica de análise, a família⁶. Com isto, podemos analisar a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre seus membros e determinar a renda total e *per capita*. A tipologia usada neste trabalho classifica as famílias extensas⁷ por local de domicílio (urbano ou rural) e posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregados e não-ocupados). As famílias com pelo menos uma pessoa ocupada foram classificadas em agrícolas, pluriativas ou não-

⁵ Para maiores informações sobre este Pólo de Confecções, vide Gomes da Silva (2001b).

⁶ Os dados das ocupações das pessoas são importantes, mas não esgotam a análise do mundo rural. Para se entender as forças que definem as atividades das unidades familiares de produção é necessário estudar todos os componentes da renda familiar e a forma como as necessidades de trabalho são divididas entre os membros familiares. Assim, a família passa a ser o elemento central para se entender a pluriatividade. Para maiores informações vide o tópico “a importância da família como unidade de análise” nas Notas Metodológicas *In*: Graziano da Silva (2000a).

⁷ Inclui além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Foram excluídos desta unidade de análise os empregados domésticos e seus parentes e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio. Para maiores informações, vide Graziano da Silva & Del Grossi (2001d, p. 16).

agrícolas, de acordo com a atividade que exerciam na semana de referência da pesquisa⁸.

Com relação à evolução do número de famílias residentes no país na década de 90, existiu um crescimento do número de famílias residentes em áreas rurais (1,5% a.a.), mas este é inferior a taxa nacional (2,6% a.a.). A maior parte das famílias brasileiras moravam em áreas urbanas (34.871 milhões), apenas cerca de 18,7% moravam no meio rural, em 1999 (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d).

O grupo de maior número era o de famílias do tipo Conta Própria, seguido pelas famílias de Empregados, Não-Ocupados e por último, Empregadores. Com relação as famílias conta-própria, elas praticamente representam metade do número de famílias residentes em áreas rurais no ano de 1999. A maior parte destas famílias trabalhavam exclusivamente com a agropecuária (cerca de 54%). Contudo, um número expressivo de 1,152 milhão de famílias rurais conta-própria eram pluriativas (aproximadamente 31%), ou seja, combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas e outras 595 mil famílias (16% das famílias de conta-própria rurais) possuíam seus membros trabalhando exclusivamente com atividades não-agrícolas, sendo que estes cresceram a taxas significativas de 6% a.a. na década de 90 (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d).

O segundo contingente rural mais numeroso era o de famílias de empregados. A maior parte (47%) se dedicavam, em 1999, exclusivamente as atividades agropecuárias. Contudo, se somarmos os empregados pluriativos e não-agrícolas, teremos que o número de famílias onde pelo menos um membro estava ocupado em atividades rurais não-agrícolas (53%) é superior a quantidade de famílias de empregados rurais que se dedicavam apenas à agropecuária. Importante salientar que as famílias de empregados em atividades não-agrícolas cresceu 6,8% a.a. nos anos 90. O número de famílias do tipo empregados no meio rural cresceu 2% a.a., exatamente puxado pelo aumento dos empregados não-agrícolas, pois os empregados rurais agrícolas tiveram uma queda de -0,9% a.a. no período em questão (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d).

Nota-se também o grande crescimento das famílias rurais de não-ocupados. A grande maioria delas era formada por aposentados/pensionistas (78%). Segundo Graziano da Silva & Del Grossi, "isso indica que as transferências sociais na forma de

⁸ Famílias agrícolas são aquelas em que todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal. O contrário foram classificadas como não-agrícolas. Famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, não-agrícola. Ainda foram consideradas pluriativas quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola

aposentadorias e pensões estão se constituindo numa forma cada vez mais importante de 'seguro desemprego' para as famílias de trabalhadores sem terra residentes no meio rural" (2001d, p. 19). As aposentadorias e pensões são consideradas neste trabalho como rendas não-agrícolas e não como atividades não-agrícolas. Entretanto, com isto, não estamos negando a grande importância destes recursos para sustentar, muitas vezes, a própria atividade agrícola⁹.

Conseguir quantificar as rendas obtidas pelas famílias é sempre um grande desafio aos pesquisadores. Normalmente, os entrevistados não revelam, na totalidade, o quanto percebem por mês ou por ano. Este ponto merece atenção especial na hora da tabulação dos dados haja visto que, se o pesquisador não tiver uma metodologia prévia para tentar ajustar as informações fornecidas, certamente os dados ficarão sub-estimados, distantes da realidade.

As rendas declaradas nas PNAD passam por este problema, ou seja, existem sub-estimações nos dados e ainda, "apresentam um viés na declaração das rendas variáveis, especialmente daquelas que não são mensais" (Graziano da Silva, 2000a, p. 79). Além destes, temos consciência que, principalmente nos estabelecimentos familiares, parte da produção é destinada ao autoconsumo da família e não é declarada como integrante da renda total. Então, como coloca Del Grossi (*apud* Graziano da Silva 2000a, p. 80), "essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta-própria esteja subdeclarada".

Por outro lado, com relação a comparação entre as rendas não-agrícola e agrícola da população rural, Hoffmann já citou que,

as equações de rendimento ajustadas mostram que, mesmo depois de descontados os efeitos das demais variáveis, as pessoas com domicílio urbano tendem a ganhar mais do que as com domicílio rural, e as pessoas com atividade não-agrícola tendem a ganhar mais do que aquelas com atividade agrícola (*apud* Del Grossi, 1999, p. 111).

na semana de referência (ocupação principal e secundária). Para maiores informações, vide Graziano da Silva *et al.* (2001c, p. 03).

⁹ Esta idéia encontra reforço em trabalho de Delgado (1999).

Ao analisarmos os dados sobre o país, encontramos as rendas médias das pessoas que residem em áreas rurais superiores as rendas das atividades agropecuárias. Como corolário, temos as rendas provenientes de atividades não-agrícolas nivelando por cima a renda média das pessoas residentes no rural brasileiro. Por outro lado, as rendas agrícolas puxavam para baixo a renda média da população rural em 1990 (Graziano da Silva, 2000a, p. 81-2).

Dois motivos principais ensejariam a tendência de queda das rendas agrícolas rurais: a) está se reduzindo o número de pessoas ocupadas na agropecuária; b) existe uma tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas que os produtores recebem. A população rural ocupada em atividades não-agrícolas têm seus rendimentos crescendo desde a década de 80, se aproximando bastante das rendas agrícolas no final da década de 90 (Graziano da Silva & Del Grossi, 2001d).

Sobre a composição da renda familiar e *per capita* nos domicílios urbanos e rurais de acordo com o tipo de família, a renda *per capita* rural era bastante inferior à urbana (praticamente é 1/3 da urbana), mesmo com a primeira crescendo 1,5% a.a. entre 1995-1999. Em três contingentes (empregadora, conta própria e empregados) as famílias que se dedicavam exclusivamente as atividades agrícolas percebiam rendimentos inferiores aquelas cujos membros estavam ocupados em atividades não-agrícolas ou eram pluriativos. Outra questão interessante é a grande dependência das famílias de conta-própria agrícolas das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões. Para complementar, segundo Graziano da Silva & Del Grossi, "resultados adicionais mostram que nas famílias de conta própria agrícolas com áreas menores que 10 hectares, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar entre um quarto e um terço da renda familiar; já entre as pluriativas, essa proporção é bem menor, situando-se na faixa dos 10 a 15 % entre as famílias que possuem menores áreas" (2001d, p. 21). É de grande importância estabilizar a renda das famílias residentes no meio rural.

Para Graziano da Silva & Del Grossi, "se somarmos todas as rendas do trabalho das pessoas residentes em áreas rurais do país cobertas pelas PNADs, vamos verificar que a renda agrícola total tem permanecido estagnada desde 1992, com um ligeira tendência de queda a partir de 1995" (2001d, p. 24). Já as rendas não-agrícolas vem crescendo constantemente. Certamente isto ocorre tanto pela redução do número de pessoas ocupadas na agricultura quanto pela queda nos preços das principais *commodities* agrícolas exportadas pelo país.

Buscamos, então, rapidamente demonstrar a crescente importância das atividades e das rendas não-agrícolas no meio rural brasileiro. O rural já não pode mais ser sinônimo de agricultura e muito menos de atraso, falta de modernidade. Existem novos atores sociais que compõe um "novo rural"¹⁰ e exploram nichos de mercado (criação de escargot, plantas e animais exóticos, etc.); moram em condomínios rurais de alto padrão e também em loteamentos clandestinos, aposentados, empregadas domésticas, além de muitos pobres excluídos que não conseguem viver dignamente. Também demonstramos que está aumentando (dados agregados) a população rural do país, ou seja, o êxodo rural não é inexorável. Muitas pessoas que conseguem se alocar em alguma ORNA preferem continuar vivendo no meio rural. Finalizando, ressaltamos que as ocupações rurais não-agrícolas crescem a taxas relevantes, mas não suficientes para abarcar todos os desempregados rurais, não sendo a solução para o desemprego (Graziano da Silva, 2001e).

2.2-) A evolução do "Novo Rural" em São Paulo

As transformações nas áreas rurais dos países desenvolvidos, muitas também constatadas no rural brasileiro, como a queda das ocupações agrícolas e o aumento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, foram sentidas de forma mais acentuada no meio rural paulista. Por este motivo, estudaremos um pouco mais este estado.

Segundo Balsadi, "o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural não-metropolitana do estado de São Paulo manifestou-se com grande magnitude nos anos 90. Esse crescimento foi tão intenso que no período compreendido entre 1992 e 1997 as ocupações não-agrícolas dos residentes rurais (...) superaram as agrícolas" (2001, p. 5). Nos anos 90 houve uma grande queda do número de pessoas ocupadas na agricultura (130 mil pessoas a menos, uma taxa de crescimento de -5,1% a.a.). Entretanto, a quantidade de pessoas residentes em áreas rurais não-metropolitanas e ocupadas em ORNA tiveram forte crescimento no período (aumento de 179 mil pessoas, uma taxa de 6,9% a.a.). Em 1999, as ocupações não-agrícolas superaram as agrícolas em 56 mil pessoas.

¹⁰ Na verdade muitas atividades não são novas, já existiam há muito tempo. A novidade é a importância econômica que adquiriram.

As ocupações agrícolas teriam esta forte queda originada na incorporação de modernas tecnologias disponíveis para os agricultores, principalmente nas operações pré e pós-colheita, além de grande diminuição na área cultivada de importantes culturas. Para Balsadi (2001, p. 7), “as principais reduções das ocupações agrícolas ocorreram nas culturas de cana-de-açúcar (após 1995, com a crise do setor e a intensificação do uso de colhedoras mecânicas na colheita da cana crua), café e grãos e oleaginosas”. Também ocorreu aumento de demanda de mão-de-obra em algumas culturas, como a olericultura, mas insuficiente para contrabalançar o desemprego em sua totalidade.

Em 1999, cinco principais ramos de atividade respondiam por cerca de 85% das ORNA: prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais. Dentro do ramo de prestação de serviços, a ocupação “emprego doméstico” concentrava o maior número de trabalhadores, mas diminuindo sua participação, sendo essa a grande “novidade” da década de 90 (Balsadi, 2001. p. 8).

Praticamente todas as dinâmicas responsáveis pela geração de ORNA estão presentes no estado de São Paulo. Para Balsadi (2001), com relação as famílias rurais paulistas, os principais resultados encontrados podem ser assim sintetizados:

- Em 1999, das 598 mil famílias existentes (no rural não-metropolitano), 337 mil eram de empregados, 169 mil de conta-própria, 58 mil de não ocupados e 34 mil de empregadores. Sendo que, com exceção das famílias de empregadores, todas as demais tiveram seu número aumentado;
- Do total de 598 mil famílias rurais paulistas, 244 mil eram não-agrícolas, 84 mil pluriativas, 211 mil eram agrícolas e 58 mil eram famílias de pessoas não-ocupadas. A pluriatividade cresceu muito pouco no rural paulista nos anos 90, o contrário das famílias não-agrícolas, que cresceram a taxas de 10,6% a.a. entre os empregados, 13,2% a.a. nos conta-própria e 7,1% a.a. entre os empregados.
- Com relação às rendas, em 1999, a renda *per capita* nas famílias de empregadores era de R\$ 1.070,15¹¹, a maior de todas; para as de conta-própria, R\$117,60; nas de empregados, R\$ 108,77; e nas famílias de não-ocupados, R\$ 149,76, ou seja, um rendimento maior do que aquele percebido nas famílias de ocupados. Segundo

¹¹ Estes valores estão corrigidos em reais de setembro/99.

Balsadi, “isso indica a importância fundamental da aposentadoria e das pensões para os residentes no rural não-metropolitano paulista” (Balsadi, 2001, p. 11).

→ Sobre a composição da renda das famílias pluriativas, temos que nas de empregados a renda não-agrícola é a mais importante (48,8% do total); para os empregadores ela representava 37,2% do total (em 1999) e para os conta-própria o valor era de 34,4% do rendimento familiar total.

2.3-) A heterogeneidade das novas dinâmicas de ocupação rural no Nordeste

O Nordeste também apresenta dados semelhantes aos nacionais sobre a questão das novas dinâmicas de desenvolvimento rural, as ORNA. É verdade que a região Nordeste é muito heterogênea e não podemos generalizar estes dinamismos econômicos. Também é verdade que muitos pesquisadores viram a problemática na qual Graziano da Silva denominou como o “Novo Rural” de maneira bastante cética. Principalmente pelas primeiras análises do fenômeno terem por base estudos feitos a partir do desenvolvimento rural dos países desenvolvidos e também porque os dados sobre o Brasil estavam concentrados em estados com elevado grau de modernização da agricultura, tecnificada e integrada ao Complexos Agroindustriais (e o Nordeste praticamente ficou fora do processo de modernização da agricultura brasileira que ficou conhecida como a “modernização conservadora”) (Gomes da Silva, 2001b).

Havia muita descrença, especificamente entre alguns estudiosos da questão agrária nordestina, pois as dinâmicas de geração de ORNA estavam relacionadas a fatores que não são generalizados no Nordeste, como por exemplo, urbanização do interior e elevado grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo. Entretanto, diversos trabalhos desenvolvidos dentro do projeto Rurbano¹² demonstraram que o Nordeste também tem condições de transferir grande dinamismo à reestruturação das áreas rurais. Prova disto é que apresenta algumas novas características: elevação da importância das atividades não-agrícolas em áreas rurais, redução da população e da importância econômica de atividades agrícolas tradicionais e revigoração de atividades que passaram a ter um nicho de mercado.

Para Graziano da Silva (1999, p. 30), “...uma política de emprego rural não deve centrar-se apenas na reforma agrária e na criação de ORNAs”. O Estado deve

¹² Vide, por ex., Campanhola e Graziano da Silva (2000b). Gomes da Silva (2000, 2001a, 2001b) Lima (2001a, 2001b).

proporcionar a criação da infra-estrutura necessária para urbanizar o interior nordestino. As políticas compensatórias (usadas pelos países desenvolvidos para auxiliar a manutenção das pessoas residentes em áreas desfavorecidas) devem ser poderoso instrumento de proteção à população mais carente do “miolão” semi-árido.

Dada a dificuldade de trabalhar com dados agregados para a região, faremos rapidamente uma abordagem a nível de estados, importante para entendermos as dissimilaridades existentes intra-região. A razão disto é explicada por Gomes da Silva,

“as situações extremas, díspares na maioria das vezes, que caracterizam a região Nordeste exigem sempre um cuidado especial ao interpretar os dados para a região como um todo. O inverso disso, contudo, tem se constituído como prática constante das análises sobre a região (...), principalmente aquelas de caráter catastrófica” (Gomes da Silva, 2001a, p. 02).

Estudaremos a região como um espaço detentor de diferentes dinâmicas, o que facilitará o entendimento de suas especificidades, proporcionadas pela diversidade de seus recursos naturais e de grupos humanos específicos.

Uma primeira questão importante é salientar que, na década de 90, o PIB agrícola de todos os estados teve forte queda. Os motivos foram diversos, desde secas periódicas até a diminuição dos preços de mercado da cana-de-açúcar e do fumo. Como consequência imediata, temos a redução da população rural, entre 1996 e 2000, dos municípios nordestinos mais importantes (Gomes da Silva, 2001a, p. 03).

São as ocupações rurais não-agrícolas que “freiam”, um pouco, a queda no emprego em áreas rurais. A PEA rural, entre 1992 e 1999, se expandia a uma taxa de 2,6 % a.a. para a região como um todo. Entre os estados, temos taxas positivas para Sergipe (2,9%), Maranhão (1,4%) e Ceará (2,7%), os demais possuem crescimento próximo de zero ou negativo, como Alagoas (-1,2%). Nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, temos as reduções de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias mais significantes, respectivamente, -3,9% a.a. e -4,3% a.a. (Gomes da Silva, 2001a).

Nos anos 90, a participação da PEA rural não-agrícola na PEA rural total se eleva e obtém seus picos nos anos secos (1993, 1998 e 1999) e reduz nos anos de chuvas (1995, 1996 e 1997). A grande parte dos estados segue esta mesma situação, chamando-nos a atenção o ano de 1996, onde praticamente em todos os estados (exceção do Rio Grande do Norte) a participação da PEA rural não-agrícola teve uma

redução abrupta. Estudos mais aprofundados devem ser feitos para podermos entender os motivos que levaram a esta queda tão grande, neste ano.

Segundo Gomes da Silva,

“enquanto os dados agregados para a região mostravam que, nos anos 90, apenas em torno de 25% da PEA rural estava ocupada em atividades não-agrícolas, encontramos Estados como o Rio Grande do Norte no qual esse percentual já supera os 50% da PEA rural estadual. No outro extremo, encontramos o estado da Bahia no qual a proporção da população ocupada em atividade não-agrícola não chega nem a atingir os 20% da PEA agrícola total” (2001b, p. 5).

Dado que as ocupações agrícolas estão estagnadas ou decrescendo, é o incremento anual de 2,5% das ORNA na região que geram ocupações para a população. Entretanto, apenas nos estados da Bahia, do Rio Grande do Norte e do Maranhão encontramos taxas de crescimento com significância estatística. Nos outros estados aumentou o número de ORNA, mas não existe nos dados uma tendência definida.

Segundo Gomes da Silva (2001a, 2001b), a PEA restrita dos estados nordestinos, segundo a situação do domicílio¹³ e ramo de atividade (agrícola e não-agrícola) indica as seguintes situações:

- O estado da Bahia registra um grande dinamismo de ocupação em atividades não-agrícolas. Estão concentradas, principalmente, em duas grandes regiões: a) Moderna (onde as atividades não-agrícolas se desenvolvem atreladas ao desenvolvimento de polos agrícolas); b) Litorânea Tradicional (onde encontramos atividades não-agrícolas voltadas ao turismo);
- No Sergipe, existe uma grande dinâmica das ORNA relacionados com Comércio de Mercadorias (3,0% da população ocupada em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais), Prestação de Serviços (3,1%) e Serviços Sociais (6,1%);
- Em Alagoas, uma situação interessante: queda tanto na atividade agrícola quanto na não-agrícolas, muito provavelmente revelando um ligação entre estes dois setores de ocupação, haja visto que as ORNA cresciam em torno da produção canieira.

¹³ A metodologia utilizada por Gomes da Silva reclassificou as sub-áreas em: Urbano Exclusivo, Periferias, Distritos e Povoados e Rural Privado. Para maiores informações vide Gomes da Silva (2001a).

Quando esta última entra em crise, as ocupações não-agrícolas seguem o mesmo caminho;

- Em Pernambuco, temos forte dinâmica de atividades não-agrícolas ligadas a Indústria da Construção (11,1%), Comércio de Mercadorias (4,3%) e Transporte ou Comunicação (8,8%). Atividades ligadas ao turismo rural e preservação/conservação do Meio Ambiente na Zona da Mata do estado têm contribuído para a criação de empregos;
- No Rio Grande do Norte, três fatores contribuiriam para o grande número de ocupações em ORNA: a) turismo rural na faixa litorânea; b) interiorização de serviços produtivos patrocinados pelas secretarias municipais e instituições como o SESI/SENAI/SEBRAE; c) produção agrícola empresarial – pólo fruticultor de Mossoró/Açu;
- No estado do Ceará, temos crescimento de população ocupada em atividades agrícolas nas áreas urbanas não-metropolitanas (único com esta dinâmica no Nordeste). As atividades ligadas aos agropólos e os programas de desenvolvimento de pólos de confecção via interiorização de certos serviços, além do Comércio de Mercadorias, contribui para a geração de ORNA;
- No Piauí não são encontradas atividades não-agrícolas (e também agrícolas) no rural com dinâmica relevante, dado a grande estagnação das atividades rurais. Entretanto, encontramos a Indústria de Transformação (3,3%), Administração Pública (2,8%) e Prestação de Serviços (3,7%) como ramos com maior demanda por força-de-trabalho rural em atividades não-agrícolas;
- No Maranhão, as ocupações rurais não-agrícolas em quase todos os ramos de atividades crescem a taxas expressivas (Serviços Auxiliares, 17,4%; Indústria da Construção, 10,4%; Transporte ou Comunicação, 8,7% e Comércio de Mercadorias, 4,7%).

No próximo capítulo, estudaremos todos estes aspectos (evolução da PEA rural agrícola e não-agrícola, geração de ORNA, pluriatividade e as rendas das famílias) com relação ao estado da Paraíba. Esperamos contribuir para uma visão mais aprofundada das dinâmicas de ocupação rural no estado e proporcionar estímulo para que sejam feitos trabalhos de campo, onde as especificidades locais sejam clareadas.

CAPÍTULO 03

A evolução das atividades e rendas não-agrícolas na Paraíba

3.1-) A economia rural paraibana

Para o IBGE, o estado da Paraíba é dividido em 4 mesorregiões geográficas: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Do início do século XX até os dias atuais, as principais atividades econômicas são assim distribuídas: cana-de-açúcar em latifúndios (principalmente na zona da Mata Paraibana), pecuária, algodão e culturas alimentícias no Agreste, pecuária, algodão e culturas de subsistência na Borborema e Sertão.

Apesar da agricultura constituir uma atividade econômica de grande importância para o estado, apresenta uma baixa produtividade, principalmente no que se refere à produção de alimentos para o consumo interno. Esta baixa produtividade deve-se, principalmente, a métodos rudimentares utilizados (ausência de práticas de conservação do solo e de combate à erosão, o pouco uso de fertilizantes, a fraca difusão de sementes selecionadas, a falta de tecnologia moderna) e de problemas maiores de ordem sócio-político-econômico (ausência de programas educacionais que possam melhorar o nível técnico do agricultor, a falta de planejamento agrícola nacional, regional e local, estrutura fundiária etc.). Os produtos com maior peso econômico e comercial foram o algodão, a cana-de-açúcar, o sisal, o abacaxi e a pecuária, normalmente explorados por grandes empreendimentos. Os pequenos agricultores familiares se ocupam com a produção alimentar básica da população: arroz, batata, fava, feijão, mandioca e milho.

Com relação à cana-de-açúcar, na Paraíba, das 16 usinas existentes apenas 9 estão em atividade, as demais ou estão momentaneamente paradas ou desativadas (Rodríguez, 2000, p. 57-60). Depois de 1975, houve uma maior expansão da produção da cana-de-açúcar, favorecida tanto por demanda externa, quanto pelo PROÁLCOOL (demanda interna); existiu um avanço da pecuária bovina devido ao apoio governamental (recursos da SUDENE). Concomitantemente, foram mantidas a decadência do sisal e do algodão (baixa produtividade e demanda externa).

A produção de algodão baseava-se num sistema de cessão de terras para que os trabalhadores produzissem alimentos de subsistência. Com a crise da cultura, ocorreu o definhamento da cessão e um grande contingente de trabalhadores (principalmente da

região semi-árida do estado) ficaram sem terra de onde pudessem conseguir o mínimo necessário à manutenção da família.

O feijão e o milho são cultivados em sua maioria para subsistência, haja visto que os preços de mercado são relativamente baixos. O algodão arbóreo teve queda pela falta de competitividade tanto de preço quanto de qualidade (a maioria dos teares usa fibra média e o algodão paraibano é de fibra longa). Considerando o destino da produção, para subsistência ou comercialização, verifica-se que as áreas destinadas aos produtos de consumo interno são bastante reduzidas.

Sobre o abacaxi, uma cultura destinada à exportação, desde 1985 houve uma grande redução na área cultivada (mais de 50%) devido às restrições do crédito rural. A queda mais acentuada foi a partir de 1992, quando os demais estados produtores isentaram o produto do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para estimular a cultura. O governo da Paraíba não aderiu à medida e os produtores não conseguiram competir no mercado, uma vez que tal imposto era alto. Só a partir de 1997, o governo estadual suspendeu a cobrança do ICMS, havendo retomada da produção (Rodríguez, 2000, p. 68).

No Cariri paraibano concentram-se a pecuária de médio porte: caprinos, ovinos e suínos. Os caprinos e ovinos se adaptam perfeitamente às condições naturais da região. Atualmente existe uma política de incentivos à criação de caprinos através de assistência creditícia para melhoria do rebanho com a importação de matrizes de melhor porte, o que aumenta a oferta não só da carne, como do leite (bastante nutritivo e com nicho de mercado) e do couro (exportado), além da isenção do pagamento do ICMS. O maior expoente desta atividade é a cidade de Cabaceiras.

A economia paraibana como um todo, no período de 1960-1992, foi “de longe a que apresentou os mais fracos níveis de desempenho no contexto nordestino” (Polari, 1995, p. 60). O PIB agrícola paraibano cresceu a uma taxa de 4% entre 1970/1979 e de 8,6 % entre 1980/1989, entretanto o PIB agropecuário no total do produto paraibano entre 1960-1990 caiu de 44,71% para 12,93% (Polari, 1995, p. 79). A agropecuária do estado, desde várias décadas, sofre bastante por diversos fatores:

1. condições climáticas: as estiagens contribuíram para que uma grande parte dos municípios apresentassem baixos índices de precipitação pluviométrica. Exemplificando, temos os anos de 1966, 1970, 1979, 1980, 1981, 1983, 1987 e 1990, 1993, 1998 e 1999 que foram de seca na Paraíba (Polari, 1995, p. 68). Quanto

mais próximo do litoral paraibano, mais úmido será o clima e quanto mais longe, mais seco;

2. pequeno desenvolvimento tecnológico: boa parte dos estabelecimentos agrícolas paraibanos utiliza-se de facão, enxada, tração animal e o emprego de produtos químicos e sementes melhoradas é também limitado nesses estabelecimentos. No estado, a participação média das despesas anuais dos estabelecimentos com adubos/corretivos e defensivos agrícolas, entre 1970 e 1995, indica uma tendência de crescimento (2,79% para 6,27% e 1,62% para 3,88%, respectivamente). Com relação às sementes e mudas, a tendência é de decréscimo, reduzindo a participação de 4,5% das despesas em 1970 para 2,25% em 1995. A tabela 01 demonstra entre 1970 e 1995 a evolução no número de tratores e de arados, tanto com tração mecânica quanto animal.

Tabela 01

Evolução do número de TRATORES E ARADOS no estado da Paraíba:
1970-1995

MAQ E INSTRUMENTOS /ANO	1970	1975	1980	1985	1995
TOTAL (PB)	8.591	53.675	26.109	14.295	20.646
TOTAL - 50 HA	4.596	30.497	15.913	6.401	12.261
TRATORES	115	220	493	366	683
ARADOS (ANIMAL + MEC)	4.481	30.277	15.420	6.035	11.578
TRAÇÃO ANIMAL	4.395	30.056	15.108	5.781	11.261
TRAÇÃO MECÂNICA	86	221	312	254	317

Fonte: Censo Agropecuário 1996/IBGE

Cerca de 90% dos estabelecimentos do estado possuem menos de 50 hectares, disto a escolha de separar este subgrupo. Apesar do crescimento entre 1970 e 1975 do número de tratores, estes reduziram fortemente até 1985. Apenas em 1995 ocorre uma retomada do crescimento na quantidade, mas sem aproximar do número existente em 1975. Com relação aos arados, fica claro a grande superioridade no número dos tracionados com força animal daqueles com força mecânica;

3. estrutura fundiária: a terra é extremamente concentrada, conforme demonstrado no tabela 02. Poucos estabelecimentos ocupam grandes áreas e muitos pequenos

estabelecimentos respondem por pequena fração de terra. O índice de Gini¹ é elevado (acima de 0,80); a concentração de terras e as adversidades climáticas trazem grandes dificuldades para os agricultores com menos de 50 ha. Quanto menor a faixa de tamanho da propriedade, mais ela apresenta um caráter cíclico variando para cima nos anos “bons” e para baixo nos anos “ruins” (Barros & Lima, 2000).

Tabela 02

Evolução da estrutura fundiária do estado da Paraíba (proporção do número de estabelecimentos e área 1970-1995), de acordo com os grupos de área.

Grupos de área	Proporção do Número de Estabelecimentos %		Proporção da Área dos Estabelecimentos %	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	68,3	69,3	8,1	7,2
10 a menos de 100	26,8	25,1	28,2	26,7
100 a menos de 1000	4,6	5,3	42,3	47,6
1000 a menos de 10000	0,3	0,3	20,6	17,7
mais de 10000			0,8	0,8
Total	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário 1996 – IBGE – Paraíba. Pagina 30

Comparando 1970 com 1995, temos uma diminuição de cerca de 22.301 estabelecimentos e fazendo o mesmo exercício entre 1985 (ano bom) e 1995, temos uma queda em cerca de 54.440 estabelecimentos. Alguns fatores que colaboraram para a redução das pequenas propriedades são: o processo de reestruturação da economia, a urbanização do meio rural, a continuidade da migração rural-urbano e a reestruturação produtiva que afetou bastante os pequenos proprietários que não dispõe de recursos para adquirir inovações tecnológicas para aumentarem sua produtividade e competitividade, sendo “alijados” de suas propriedades;

- baixo apoio técnico-financeiro por parte dos governos: a maior parte dos agricultores paraibanos são pequenos e familiares. Estes produtores rurais praticamente foram excluídos do processo de modernização da agricultura brasileira (modelo produtivista baseado na Revolução Verde) e atualmente sofrem, indiretamente, os efeitos da falta de modernização e, diretamente, os efeitos da falta

¹ O índice de Gini mede concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Ele varia entre 0 e 1, à medida que se passa de uma distribuição perfeitamente igualitária para uma distribuição perfeitamente desigual. Isto é, quanto mais próximo de 1 estiver o índice, mais desigual é a distribuição. No caso da distribuição fundiária, mensura a desigualdade da distribuição da terra entre os que detêm algum direito de propriedade sobre a mesma.

de políticas para o desenvolvimento rural. A “lógica dos mercados” seguida pelo Estado brasileiro afeta negativamente muitos agricultores paraibanos porque eles tem que competir em desigualdade de condições;

5. Relações de trabalho: a composição da mão-de-obra rural é permeada por elevados níveis de exploração da força de trabalho, pequeno contingente de mão-de-obra assalariada e baixos salários (Polari, 1995, p. 72-3).

Não houve a introdução de novas culturas e atividades agropecuárias que pudessem contrapor a involução das atividades rurais tradicionais. Atualmente, talvez, a caprino-ovinocultura possa contribuir como geradora de atividades e renda, principalmente na região semi-árida onde estes animais se adaptam muito bem.

Nos anos 90, a situação crítica da agropecuária paraibana não melhora, pelo contrário, se torna ainda mais deplorável. Todos os fatores supracitados que entravam seu desenvolvimento mantêm-se e ainda agudizam-se (o PIB agrícola paraibano entre 1990/1999 cai 6,0%). A abertura comercial, a valorização da moeda, a diminuição do apoio governamental (que já era insuficiente), a valorização do mercado (políticas neoliberais), a crise internacional nos preços das commodities e do modelo produtivista baseado na Revolução Verde, fazem com que as ocupações agrícolas no rural definham a cada ano, como indicado na tabela 03.

Tabela 03
Produção, área colhida e rendimentos de algumas principais lavouras na Paraíba 1985-1995

Lavouras	Produção (t)		Área Colhida (kg/ha)		Rendimentos (kg/ha)	
	1985	1995	1985	1995	1985	1995
Algodão	66.961	9.724	315.619	23.028	477	734
Cana-de-açúcar	5.577.370	8.732.243	119.765	213.760	46.569	40.851
Milho	160.641	126.981	345.161	226.436	465	561
Feijão	61.436	52.542	283.058	208.666	217	251
Mandioca	195.007	112.580	45.388	27.197	4.296	4.139

Fonte: Censo Agropecuário 1996/ IBGE

O interessante é que apesar da queda nas ocupações agrícolas, a população no campo parou de cair tão intensamente quanto em décadas passadas. Historicamente, nos períodos de crise aguda, a população rural encontrava como solução a migração para outras regiões, para outros estados da mesma região, para as capitais e também para as cidades de maior porte dentro do estado. Segundo Moreira (1997, p. 272), entre

1970/1980 a população rural paraibana decresceu de 437.937 para 412.609 mil pessoas. Em 1989, a população voltou a subir devido à grande elevação do número de mulheres residentes no rural paraibano. Neste período, o número de homens no rural continua decaindo como nos anos anteriores.

Com relação a população, a Paraíba ocupa o 5º lugar entre os estados nordestinos mais populosos, perdendo para Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Segundo o Censo do IBGE de 2000, a maioria dos municípios apresentaram crescimento negativo da população entre 1996-2000, certamente resultante da emigração e da crise agrícola, com queda na produção e na área cultivada. Poucos municípios, que estão localizados no litoral do estado ou em regiões com forte atração populacional devido o dinamismo sócio-econômico, apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento da população: Conde (34,1%), Cabedelo (23,5%), Lucena (16,7%), Pitimbu (14,3%), Santa Rita (9,7), João Pessoa (8,8), Cruz do Espírito Santo (8,6%) e Baía da Traição (7,7%).

Isso indica que são fatores de ordem natural somados aos fatores de dinamismo econômico, que moldam o comportamento da população paraibana quanto a sua mobilidade dentro do espaço geo-econômico estadual, a qual é responsável direta pela forma como se localiza, cresce ou decresce. Desde os anos 50 que diminui a população rural e se eleva a população urbana, mas é nos anos 80 que a população urbana supera a rural. Segundo o Censo 2000 do IBGE, cerca de 72% da população estadual concentrava-se em áreas urbanas e 28% das pessoas residiam no rural, indicando, entre outros fatores, um grande êxodo no estado.

3.2-) O comportamento da PEA rural paraibana nos anos 90

A população ocupada no estado da Paraíba, entre 1992 e 1999, não apresenta uma tendência definida, como indica a tabela 04. Em certos anos aumenta e em outros, diminui o número total de pessoas ocupadas. Uma observação mais detalhada demonstra que a PEA ocupada e residente em áreas urbanas cresce durante a década a uma taxa geométrica de 1,5% a.a., saindo de 760 mil pessoas ocupadas para 868 mil, ou seja, um incremento de 108 mil empregos. A população residente em áreas rurais, por outro lado, teve um menor acesso à ocupação durante os anos 90. A taxa geométrica de crescimento no período foi de -1,8% a.a., uma redução de 53 mil empregos quando comparamos apenas os anos de 1992 e 1999.

Uma maior abertura nos dados demonstra que houve uma forte diminuição no número de pessoas residentes em áreas urbanas e ocupadas na agropecuária, cerca de 25 mil nos anos 90 (taxa geométrica de crescimento de $-3,9\%$ a.a.). De forma semelhante, a PEAR rural ocupada em atividades agrícolas reduziu-se em quase 100 mil pessoas, com uma taxa geométrica de crescimento de $-3,9\%$ a.a.. Isto significa que a quantidade de ocupações geradas para a população residente em áreas rurais só não teve uma maior queda porque atividades não-agrícolas foram criadas no rural paraibano.

Apesar de também não ter uma tendência definida, ou seja, a quantidade de pessoas ocupadas tem um certo caráter cíclico, de acordo com a precipitação pluviométrica (nos anos secos temos redução da PEAR rural ocupada em atividades agropecuárias e nos anos de chuva o fenômeno se inverte), o movimento apresenta-se ascendente para as pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas e descendente para aquelas ocupadas na agricultura. Embora, em todos os anos 90, a PEAR rural agrícola sempre foi superior à não-agrícola.

Tabela 04: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba, 1992-99. (1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
TOTAL	1.271	1.330	1.334	1.304	1.354	1.290	1.326	0,3
Urbano	760	800	846	809	860	831	868	1,5 ***
Agrícola	86	87	93	67	98	70	61	-3,9 *
Não-agrícola	674	714	754	742	762	761	807	2,1 ***
Rural	511	529	488	495	495	459	458	-1,8 ***
Agrícola	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Não-agrícola	98	136	98	111	102	165	141	4,2

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Esta questão permite captar a grande fragilidade existente na maior parte da base econômica da área rural paraibana: a agricultura de subsistência. Nos anos secos, essa grande quantidade de pessoas fica sem a produção de alimentos necessários para mantê-las. Apenas uma pequena parte está conseguindo alocação em atividades não-agrícolas, que não consegue conter o desemprego agrícola. Comparando apenas o ano de 1992

com 1999, temos que apenas cerca de 40% do número total de pessoas desempregadas conseguiram emprego em atividades rurais não-agrícolas.

A tabela 05 tem uma tipologia semelhante à anterior, contudo, com uma maior abertura entre a área censitária da amostra, que foi dividida entre urbano exclusive, periferia, distritos e povoados e rural agropecuário². Observa-se que em todas as situações de domicílio o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas sofre forte redução.

Tabela 05: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba, 1992-99. (1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
Urbano exclusive	760	800	846	809	860	831	868	1,5 ***
Agrícola	86	87	93	67	98	70	61	-3,9 *
Não-agrícola	674	714	754	742	762	761	807	2,1 ***
Periferia	6	10	12	14	6	10	11	4,1
Agrícola	-	-	3	5	-	-	-	-
Não-agrícola	5	8	9	9	5	10	10	4,3
Distritos e Povoados	45	40	29	42	32	37	35	-2,6
Agrícola	31	23	17	26	21	12	21	-6,7 *
Não-agrícola	14	17	11	16	11	26	14	1,5
Rural agropecuário	461	479	448	439	457	412	411	-1,9 ***
Agrícola	383	369	370	353	370	282	294	-3,7 ***
Não-agrícola	78	110	78	86	87	130	117	4,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Entretanto, é no rural agropecuário que temos a maior perda, em termos absolutos, de postos de trabalho agrícola. Comparando 1992 com 1999, temos uma redução de 90 mil pessoas ocupadas na agricultura, além de apresentar uma taxa geométrica de crescimento de -3,7% a.a.. Por outro lado, proporcionalmente houve um aumento na população ocupada em atividades não-agrícolas e residentes no rural

² Urbano exclusive engloba áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; Periferias englobam os espaços urbanos não-urbanizados e áreas rurais extensão do urbano; Distritos e Povoados abrangem áreas urbanas isoladas, povoados: áreas rurais outras que são aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoados e não estão vinculados a um único proprietário; Rural Agropecuário engloba o rural núcleo e rural exclusive. Para maiores informações vide Gomes da Silva & Veras (2001a, p.02).

agropecuário. Certamente isto indica que as dinâmicas das ORNA na Paraíba tem maior importância enquanto alternativas de obtenção de rendas nos períodos das secas.

3.3-) ORNA: ramos, tipos de ocupação e a evolução nos anos 90

A tabela 06 indica em que ramos de atividades não-agrícolas a PEAR rural está encontrando ocupação. Indica também os principais setores de alguns destes ramos. Em primeiro lugar, se olhamos todo o período, perceberemos que dois ramos são os mais importantes (por ocuparem grande quantidade da PEA restrita rural): Social e Prestação de Serviços. Em seguida, aparece o ramo de Comércio de Mercadorias. Nos anos de 98 e 99, os dados demonstram um grande crescimento no número de pessoas ocupadas na Indústria da Construção. Finalmente, temos a Indústria de Transformação como outro ramo onde a população rural está conseguindo trabalho. Estes ramos eram responsáveis, em 1999, por cerca de 90% das ORNA paraibanas.

Tabela 06: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Paraíba, 1992/99 (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
TOTAL RURAL	98	136	98	111	102	165	141	4,2
RAMOS DE ATIVIDADES								
Indústria de Transformação	6	12	10	8	12	17	10	7,0
Indústria da Construção	10	6	6	16	8	44	46	28,5 **
Outras Atividades Industriais	-	5	-	-	4	-	4	
Comércio de Mercadorias	19	14	14	12	17	23	21	4,0
Prestação de Serviços	27	19	24	31	23	25	23	0,2
Serviços Auxiliares	-	-	-	-	-	3	-	
Transporte ou Comunicação	-	3	5	4	4	6	4	
Serviços Sociais	25	22	29	27	23	31	26	1,8
Administração Pública	5	52	7	10	9	13	7	-6,4
SETOR PRINCIPAL								
Construção	10	6	6	16	8	44	46	28,5 **
Estab. Ensino público	24	20	25	23	19	25	23	0,3
Emprego doméstico	12	8	15	19	12	17	13	5,6
Comércio de alimentos	7	5	7	7	8	10	11	8,6 ***
Administração municipal	4	50	6	9	7	12	6	-5,1

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Com relação aos Serviços Sociais, com uma média, entre 1992-1999, de 26 mil pessoas ocupadas por ano, sua importância provém do número de escolas rurais serem superiores às escolas urbanas. A Paraíba está dividida em 12 Regiões de ensino, apenas em uma delas (João Pessoa) o número de escolas da zona urbana é superior ao número de escolas em áreas rurais. Nas demais, há forte predominância de unidades escolares rurais, cujos percentuais estão acima de 65% (Rodrigues, 2000). As escolas são uma fonte importante de ocupações não-agrícolas, já que geram oferta de emprego para professoras, merendeiras, faxineiros etc.

Entretanto, não encontramos uma tendência definida nos dados, principalmente devido a política educacional que privilegia o ensino nas áreas urbanas está reduzindo o número de escolas rurais. Com relação aos setores principais, estabelecimento de ensino público é o que apresenta maior importância na década, ocupando cerca de 22,7 mil pessoas entre 1992 e 1999, mas com crescimento praticamente estagnado.

O ramo de prestação de serviços, com uma média de 24,5 mil pessoas ocupadas por ano, tem seu crescimento em áreas rurais ocorrendo em praticamente todos os estados do país. Dentro deste ramo, o emprego doméstico apresenta-se como o grande propulsor das ORNA, gerando aproximadamente 16,6 mil empregos. Muito provavelmente, a melhoria na infra-estrutura de transportes e em toda malha rodoviária estadual, facilita a locomoção da força de trabalho do meio rural para o serviço nas cidades.

O Comércio de mercadorias também tem grande relevância (muitos bares, restaurantes, em beira de estrada ou afastados, em locais com algum atrativo natural) e manteve nos anos 90 em torno de 17 mil pessoas ocupadas, com uma taxa geométrica de crescimento anual de 4,0 % a.a..

A indústria de transformação é importante porque a Paraíba mantém, em grande parte, o seu perfil industrial bastante tradicional e voltado para o beneficiamento de matérias-primas agrícolas e materiais, tendo como principais ramos industriais, o têxtil (beneficiamento do algodão e sisal), a indústria alimentar (açúcar) e a transformação de minerais não-metálicos, destacando-se a indústria do cimento. Este ramo de atividade ocupou cerca de 10,7 mil pessoas entre 1992 e 1999. A indústria de extração também funciona como grande gerador de ORNA. O estado é bastante rico em minérios, como por exemplo a Bentonita, concentrando em três cidades (Boa Vista, Cubati e Barra de Santa Rosa) 45% das reservas brasileiras, destaca-se também a extração de Caulim e Tantalita.

O ramo da indústria da construção é o que possui as taxas geométricas de crescimento mais elevadas e significantes, 28,5% a.a. Os anos de 1998 e 1999, que foram de grande seca no estado, tiveram grande pico de pessoas ocupadas, as quais 44 mil e 46 mil, respectivamente. Sem contestar a importância que vêm tendo este ramo, principalmente no litoral paraibano, local onde o governo estadual está buscando desenvolver a atividade turística, melhorando a malha viária e estimulando a criação de pousadas e hotéis, como em Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Mataraca, cidades com as maiores taxas de crescimento populacional, como demonstramos anteriormente, é realidade que estes dados estão fortemente influenciados pelas obras de frente de emergência criadas nos períodos de falta de chuvas.

Outro ponto importante é a Administração Pública como geradora de ORNA. As prefeituras das cidades são grandes empregadoras, em muitas cidades de pequeno porte, uma fundamental parcela da população possui um cargo público, apesar de receberem baixos salários.

Os dados da tabela 07 apresentam um maior detalhamento das informações, indicando as ocupações principais da PEAR rural. Quando comparamos apenas os anos de 1992 e 1999, a diminuição foi de 97 mil pessoas, sendo que são os trabalhadores rurais assalariados que têm a maior queda, com aproximadamente 94 mil trabalhadores perdendo seus postos de trabalho. A taxa geométrica de crescimento desta ocupação é extremamente desfavorável, -5,3% a.a. nos anos 90. Os agricultores de conta própria não apresentam uma tendência definida, sendo o número de ocupações fortemente influenciado pelas condições climáticas. Nos anos secos, temos uma diminuição e nos anos bons, um aumento na quantidade de pessoas ocupadas, com taxa de crescimento nula na década.

Com relação as ocupações não-agrícolas, semelhantemente ao que ocorre em nível nacional, temos os serviços domésticos como o maior gerador de ORNA na Paraíba. Entre 1992/99, ocupou em média 11 mil pessoas e possuiu uma taxa geométrica de crescimento alta e significativa estatisticamente, de 13,7% a.a. (o mais alto registrado entre as ocupações rurais não-agrícolas paraibanas). Logo após, temos os professores primários grau inicial, onde também a maior parcela é de escolas municipais em áreas rurais. Os serviços conta-própria ocuparam cerca de 7 mil pessoas, com expressivo crescimento de 7,5% a.a.. Queda importante ocorre com os serventes faxineiros, -7,2% a.a..

Tabela 07: Evolução das principais ocupações das pessoas ocupadas, segundo a área censitária, situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Paraíba, 1992-1999

ÁREA CENSITÁRIA	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 99 %a.a.
RURAL									
Agrícola									
	trabalhador rural	295	270	266	244	268	189	201	-5,3 ***
	agricultor conta própria	103	106	106	129	114	95	107	0,0
	TOTAL	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Não-agrícola									
	serviços domésticos	6	5	13	16	10	15	12	13,7 **
	profes. prim grau inicial	6	8	12	9	8	8	9	3,5
	serviços conta própria	6	6	4	6	9	9	9	7,5 **
	balconistas atendentes	6	-	5	3	3	7	7	
	cozinheiro (não domést)	9	4	5	7	6	5	7	-1,6
	servente faxineiro	8	9	5	8	5	5	6	-7,2 **
	TOTAL	98	136	98	111	102	165	141	4,2

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Na tabela 08 podemos perceber a diminuição da população ocupada e o aumento da não-ocupada no meio rural paraibano, indicando que por mais importante que seja a evolução das ORNA para manter a população no rural e gerar fontes alternativas de ocupação, ainda é insuficiente para o desemprego criado pela crise agrícola.

A população ocupada cresce a uma taxa geométrica de -1,8% a.a. nos anos 90 e a não-ocupada possui uma elevada taxa de 3,2% a.a. Nos anos 90, a média de pessoas ocupadas está próxima das 490,7 mil, enquanto que a população não-ocupada é de aproximadamente 374,4 mil pessoas. Num ano de grande seca, como em 1999, praticamente se iguala o número de pessoas ocupadas (458 mil) e o de pessoas desempregadas (418 mil) no rural paraibano. Isto também demonstra que o desemprego gerado é maior que o emprego criado pelas atividades rurais não-agrícolas.

Também cresce o número de aposentados residentes no rural. Anteriormente, estudos demonstraram a migração rural-urbano das pessoas contempladas pela aposentadoria via FUNRURAL. Segundo Marin, "com a aposentadoria dos trabalhadores rurais, a cidade passou a receber (...) trabalhadores que já saíram da idade produtiva e que, vendendo uma parte ou toda a criação (...), tiveram possibilidade de transferir sua moradia para a zona urbana, onde, inclusive, podem ajudar seus filhos e

‘educar a família’. Desta forma, faz-se uma drenagem da população improdutiva na zona rural, transferindo-se os velhos e as crianças para a cidade” (1985, p. 200).

Tabela 08: População não-ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-1999. População de 10 anos ou mais. (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS RAMOS DE ATIVIDADES	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	taxas 1992 a 99 % a. a.
RURAL	1.179	1.136	1.145	1.168	1.127	1.142	1.147	-0,3
População de 10 anos ou mais	864	841	864	888	854	870	876	0,3
População Ocupada	511	529	488	495	495	459	458	-1,8 ***
População Não-ocupada	353	312	375	393	359	411	418	3,2 ***
Procurando Emprego	5	6	-	-	-	6	8	
Aposentados e/ou Pensionistas	78	73	95	93	95	105	92	4,1 ***
Outros Inativos	271	232	278	297	262	300	319	3,0 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os aposentados iam para as cidades, porque ficavam mais próximos de serviços básicos, facilitavam os estudos dos netos e liberavam espaço para os filhos poderem trabalhar a pequena quantidade de terra existente. Hoje, ao contrário, eles já não podem mais fazer este movimento, pelo rigoroso controle e por ter que ficar na propriedade, haja visto ser da aposentadoria percebida pelos mais velhos que vêm boa parte do sustento da família e, corroborando a tese de Delgado (1999), destes recursos serem feitos investimentos produtivos no estabelecimento. Disto, o crescimento na década de 90 do número de aposentados residentes no meio rural.

Entretanto, deve-se registrar que no ano de 1999, apenas cerca de 8,0% da população rural paraibana era constituída de aposentados e/ou pensionistas, que embora bem menor que a quantidade de inativos (319 mil pessoas), crescem a significativa taxa geométrica de 4,1% a.a.. Só que são estes recursos que dinamizam economicamente boa parte dos pequenos municípios do estado, haja visto que em 53% dos municípios paraibanos as transferências públicas de aposentadorias é maior que o Fundo de Participação dos Municípios (BORBA, 2001). Segundo o Jornal da Paraíba, em todo o estado, “os recursos do FPM somam R\$ 36.656.418,71; enquanto o valor pago pelo INSS chega a R\$ 69.428.193,80, uma diferença de R\$ 32.771.775, 63” (BORBA, 2001, p. 07).

A tabela 09 demonstra, no meio rural paraibano, a população ocupada segundo os ramos de atividades agrícolas e não-agrícolas e a situação do domicílio (Empregados – empregados ou domésticos, Conta-própria, Empregadores, Não-remunerados). Identificamos taxas geométricas de crescimento negativas para todas as situações dos domicílios rurais com pessoas ocupadas em atividades agrícolas. O maior contingente de pessoas é o de não-remunerados, com uma média de 157,7 mil pessoas entre 1992-99 e uma taxa geométrica de crescimento de -5,0% a.a..

Tabela 09: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-99. População de 10 anos ou mais. (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA RAMOS DE ATIVIDADES SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	taxas 1992 a 1999 % a. a.
	RURAL	511	529	488	495	495	459	458
Agricultora	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Empregados	120	86	106	98	102	80	68	-5,1 **
empregados	120	86	106	98	102	80	68	-5,1 **
trab.doméstico	-	-	-	-	-	-	-	
Conta-Própria	109	109	106	130	114	96	107	-0,6
Empregadores	11	9	14	3	4	5	4	-15,1 **
Não remunerado	174	190	165	153	172	113	137	-5,0 **
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	
Não-Agricultora	98	136	98	111	102	165	141	4,2
Empregados	63	107	67	77	65	130	111	5,6
Empregado	52	98	52	58	53	112	98	5,8
trab.doméstico	11	8	15	19	12	17	13	6,1 *
Conta-Própria	26	24	22	28	31	28	24	1,3
Empregadores	-	-	3	-	-	-	-	
Não remunerado	8	3	6	4	5	7	5	-0,5
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: * indica menos de seis observações na amostra.

Em segundo lugar, temos os trabalhadores de conta-própria, que não apresentam uma tendência definida com relação ao comportamento na década. Logo em seguida apresentam-se os empregados rurais, que tiveram taxas geométricas de crescimento bastante desfavoráveis, -5,1% a.a.. Isto significa que, comparando 1992 com 1999, houve uma redução de 52 mil pessoas nesta situação de domicílio. Finalmente, entre os domicílios rurais agrícolas, os de empregadores apresentam a mais elevada taxa

geométrica de crescimento negativo (-15,1% a.a.), fato possivelmente decorrente da grave crise que passa o setor sucroalcooleiro estadual.

Com relação aos não-agrícolas rurais, o maior contingente de pessoas é o de empregados, com aproximadamente 88,6 mil pessoas ocupadas por ano entre 1992 e 1999. Neste ano, a proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas e classificados como empregados (na situação de domicílio) é de 78,7% do total. Nesta categoria, foram isolados os trabalhadores domésticos, que representavam cerca de 13,25% do total de empregados, mas apresentavam as taxas geométricas mais elevadas de crescimento na década de 90 (6,1% a.a.), na Paraíba. O segundo maior contingente é o de conta-própria, tendo 26,14 mil pessoas ocupadas, em média, entre 1992-99. Contudo, também não apresenta uma tendência definida. Os dois menores grupos classificados são os de não remunerados, com cerca de 5,4 mil pessoas ocupadas no período em questão e os de empregadores, que apresentaram um número muito pequeno, com menos de seis observações na amostra em quase todos os anos.

Na Paraíba, certamente que as dinâmicas de ocupação rural encontradas não são as mesmas que outros pesquisadores definiram para os demais estados ou regiões do país e que apresentamos nos capítulos iniciais deste trabalho. O estado apresenta grande heterogeneidade com relação ao desenvolvimento histórico de suas culturas agrícolas. Esta não-homogeneidade acaba gerando dinâmicas influenciadas tanto por valorização de áreas rurais e do surgimento de nichos de mercado (como o turismo litorâneo e o artesanato em couro e de redes, por exemplo, que existe no sertão), como pela intervenção necessária, mas também assistencialista, dos órgãos públicos em todas as esferas, principalmente nos períodos de maior estiagens e, finalmente, pela própria estratégia da população rural de encontrar alternativas de captação de rendas alternativas às agropecuárias.

3.4-) A representatividade das famílias rurais pluriativas paraibanas

Neste tópico, levantamos a representatividade das famílias rurais pluriativas no cômputo geral das famílias rurais paraibanas, bem como sua dinâmica evolutiva nos anos 90. A tipologia das tabelas deste item dividiu as famílias extensas³ residentes no

³ Foram excluídos dessa unidade de análise os empregados domésticos, parentes de empregados domésticos e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio. A família extensa é constituída, então, pelas pessoas de referência, cônjuges, filhos, outros parentes e os agregados.

rural agropecuário das áreas não-metropolitanas, de acordo com a posição na ocupação (empregador com até 2 assalariados, conta-própria, empregados e não-ocupados).

As famílias que possuíam pelo menos uma pessoa ocupada foram classificadas em *agrícolas* (quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal), *não-agrícolas* (todos os membros estavam ocupados em atividades não-agrícolas como ocupação principal) ou *pluriativas* (onde pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola – ocupação principal e secundária – na semana de referência), de acordo com a atividade que seus membros exerciam na semana de referência. As tabelas ainda buscaram isolar o trabalho doméstico, na tentativa de identificar sua importância como principal ORNA.

A tabela 10 demonstra que o maior contingente de famílias residentes no rural agropecuário paraibano, em 1999, é a do tipo conta-própria (113 mil famílias, ou seja, 49,5% do total de famílias do rural agropecuário). Neste grupo, o número de famílias pluriativas é superior a quantidade de famílias que se dedicavam apenas às atividades agropecuárias (58 mil famílias pluriativas e 44 mil agrícolas). Dentre as pluriativas, destacam-se aquelas onde os membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, com 53 mil famílias classificadas nesta condição (91% do total das famílias pluriativas). Em segundo lugar, no ano de 1999, encontram-se as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas tanto na ocupação principal quanto na secundária (4 mil famílias). As famílias de conta-própria paraibanas pluriativas, que combinavam atividades agrícolas e trabalho doméstico, assim como aquelas cujos membros estavam ocupados em atividades agrícolas, não-agrícolas e trabalho doméstico, residentes no rural agropecuário, tiveram um número muito reduzido na amostra. Finalmente, dentre as famílias de conta-própria, encontramos 11 mil famílias dedicadas exclusivamente às atividades não-agrícolas e residentes no rural agropecuário paraibano, em 1999.

O segundo maior contingente de famílias com domicílio no rural paraibano é o de empregados, com 85 mil (37% do total), como indica a tabela 10. Neste grupo, a maior quantidade de famílias é a de pluriativas (34 mil), que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não-agrícolas. Logo depois, encontramos as famílias de empregados exclusivamente em atividades não-agrícolas (28 mil) e, finalmente, os empregados agrícolas, com 23 mil famílias representantes. Se somarmos as famílias de empregados pluriativos (que possuíam pelo menos um membro ocupado em atividades não-agrícolas) com as famílias não-agrícolas, teríamos 62 mil deste tipo (73% do total).

Tabela 10: Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraíba, 1999.
(1000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIAS						Total Geral
	Urbano	Periferia	Povoado	Agrop.	Total	
Empregador com até 2 assalariados	11	-	-	3	15	15
Conta Própria	173	-	8	113	295	295
Agrícola	11	-	4	44	59	59
Pluriativo	18	-	3	58	79	79
Agrícola+Agrícola	-	-	-	4	4	4
Agrícola+não-agrícola	15	-	3	53	71	71
Agrícola+Trab. Dom..	-	-	-	-	3	3
Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom	-	-	-	-	-	-
Não-agrícola	144	-	-	11	157	157
Não-agrícola	138	-	-	11	150	150
Não-agrícola+Trab.Dom	7	-	-	-	7	7
Empregados	278	4	11	85	377	377
Agrícola	4	-	5	23	31	31
Agrícola	4	-	5	17	25	25
Pluriativo	11	-	-	34	48	48
Agrícola+não-agrícola	9	-	-	34	45	45
Não-agrícola	263	3	4	28	298	298
Não-agrícola	234	-	3	26	264	264
Não-agrícola+Trab.Dom	29	-	-	3	34	34
Não Ocupados	101	-	6	26	135	135

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Junho/2001.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Em terceiro lugar, aparecem as famílias de não-ocupados (com 26 mil) e, em último, as de empregadores com até 2 assalariados (3 mil). Contudo, não podemos nos basear apenas no ano de 1999 para demonstrarmos a representatividade das famílias rurais pluriativas, haja visto que este ano é considerado de seca e, como vimos anteriormente, o comportamento dos residentes em áreas rurais paraibanas, quanto à estratégia de sobrevivência, está fortemente influenciada pelas condições climáticas. Faz-se necessário, então, analisarmos a evolução das famílias durante toda a década de 90.

O que podemos identificar, observando a tabela 11, é que houve um aumento no número de famílias residentes no rural agropecuário paraibano, entre 1992 e 1999 (taxa geométrica de crescimento de 0,7% a.a.). Então, apesar de todas as dificuldades enfrentadas advindas da crise agrícola e dos anos de seca, o número total de famílias rurais paraibanas não decresceu.

Com relação às famílias de conta-própria, no geral ela não apresenta uma tendência definida. Entretanto, em 1992 foram encontradas 110 mil famílias deste tipo, no ano de 1996 atinge o pico de 126 mil e encerra a década com 113 mil famílias (a taxa de crescimento é nula estatisticamente). Com relação aos conta-própria agrícolas, em 1992, existiam 61 mil famílias deste grupo, que reduz-se para 49 mil em 1993 (ano seco) e depois cresce a cada ano, atingindo o ápice em 1996, com 74 mil famílias. Logo em seguida, a cada ano identificamos uma redução em seu número. Comparando 1992 e 1999, a diminuição foi de 17 mil famílias, embora não tenha sido identificada tendência de crescimento.

Tabela 11: evolução das famílias extensas segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1992-99. (1.000 Famílias)

ÁREA CENSITÁRIA/	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
SETOR PRINCIPAL	225	209	229	229	225	229	228	0,7 *
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregador com até 2 assalariados	11	8	13	4	5	5	3	-16,3 ***
Conta Própria	110	105	108	126	116	104	113	0,5
Agricultora	61	49	65	74	59	41	44	-3,5
Pluriativo	45	52	39	45	53	55	58	3,1 *
Agricultora+Agricultora	10	10	5	7	12	8	4	-8,1
Agricultora+não-agricola	31	40	32	29	38	44	53	5,5 *
Não-agricola	5	4	4	8	5	9	11	13,1 ***
Não-agricola	5	4	4	8	4	9	11	13,3 **
Empregados	75	82	73	69	78	97	85	2,1
Agricultora	56	19	48	42	57	24	23	-4,7
Agricultora	45	12	41	39	50	19	17	-3,7
Pluriativo	14	54	17	16	11	51	34	4,8
Agricultora+não-agricola	13	51	13	13	6	45	34	3,0
Não-agricola	5	9	8	10	11	22	28	22,9 ***
Não-agricola	5	8	7	9	9	21	26	22,7 ***
Não Ocupados	29	14	32	29	26	22	26	2,1

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Junho 2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Por outro lado, as famílias de conta-própria pluriativas tiveram uma taxa de crescimento significativa nos anos 90 (3,1% a.a.), com um incremento, entre 1992/99, de 13 mil famílias. O maior contingente de famílias conta-própria pluriativas é aquela que combina entre seus membros atividades agrícolas e não-agricolas. Este subgrupo possui uma taxa de crescimento anual de 5,5%, com um aumento de 22 mil famílias no

período (passou de 31 mil em 1992 para 53 mil em 1999). Finalmente, dentre as famílias de conta-própria, aquelas cujos membros se dedicavam exclusivamente as atividades rurais não-agrícolas possui a maior taxa geométrica de crescimento entre 1992 e 1999 (13,1% a.a.).

Como podemos observar na tabela 11, houve um aumento no número de famílias de empregados residentes no rural agropecuário paraibano na década de 90. Apesar de não ter uma tendência definida, a quantidade se eleva em 10 mil famílias, quando comparamos os anos de 1992 e 1999. Percebemos a grande redução existente entre as famílias de empregados cujos membros se dedicavam na semana de referência exclusivamente às atividades agrícolas (33 mil comparando 1992-99). Entretanto, as famílias de empregados pluriativos teve grande crescimento no período, apesar da grande variabilidade entre os anos secos e os anos chuvosos (os dois maiores picos ocorreram em anos secos: 1993 com 54 mil famílias e 1999 com 51 mil). Já as famílias de empregados cujos membros se dedicavam exclusivamente as atividades não-agrícolas e residiam no rural agropecuário paraibano tiveram uma taxa geométrica de crescimento elevada e significativa, de 22,9% a.a. (com incremento de 23 mil famílias quando comparamos 1992 e 1999).

Os dois últimos grupos classificados, os de não-ocupados e de empregadores com até 2 assalariados, demonstraram comportamentos semelhantes. Os de não-ocupados não tiveram uma tendência definida, apesar de uma redução anual entre 1995 e 1998. As famílias de empregadores tiveram forte redução de -16,3% a.a. no período em questão.

A tabela 12 trata da evolução das pessoas ativas que conformam as famílias de residentes no rural agropecuário paraibano nos anos 90. Podemos perceber que houve uma redução no número de pessoas ativas das famílias, comparando 1992 e 1999, de 53 mil pessoas, com uma taxa geométrica de crescimento anual de -1,9% a.a.

Com relação as pessoas ativas das famílias de conta-própria total, agrícola e pluriativos, estes não apresentam uma tendência definida nos anos 90. Por outro lado, ao estudarmos a evolução das pessoas ativas dos conta-própria não-agrícolas, percebemos que crescem a taxas elevadas e bastante significativas no período, 17% a.a.. Em 1992 existiam cerca de 5 mil pessoas ativas nas famílias e, em 1999, 20 mil. Isto significa que o número quadruplicou em 7 anos.

Tabela 12: evolução das pessoas ativas (PEAR) das famílias extensas por local de domicílio, e tipo de ocupação de seus membros. Paraíba, 1992-99. (1.000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxas 1992 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	460	479	445	437	456	411	407	-1,9 ***
Empregador com até 2 assalariados	32	24	31	8	12	12	5	-21,7 ***
Conta Própria	278	277	272	301	310	236	266	-0,9
Agrícola	132	105	136	150	136	81	95	-3,8
Pluriativo	142	163	131	142	165	143	151	0,2
Agrícola+Agrícola	27	36	16	25	30	22	8	-11,3 *
Agrícola+não-agrícola	96	115	102	83	122	111	135	3,1
Agrícola+Trab. Dom..	3	10	5	19	11	5	8	5,8
Não-agrícola	5	8	5	10	9	12	20	17,0 ***
Não-agrícola	5	7	5	10	6	12	20	16,7 ***
Empregados	150	176	137	124	134	163	134	-1,8
Agrícola	99	37	80	73	92	36	35	-7,6
Agrícola	73	18	67	69	82	24	24	-5,4
Pluriativo	44	129	49	39	29	102	65	-1,1
Agrícola+não-agrícola	43	121	34	30	16	85	63	-3,0
Não-agrícola	6	10	9	13	14	25	35	23,8 ***
Não-agrícola	6	10	8	12	11	23	32	23,1 ***
Não Ocupados	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Junho/2001.

***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: *.* indica menos de seis observações na amostra.

Raciocínio semelhante é encontrado quando observamos os dados de empregados. Em quase todos os grupos classificados, as taxas geométricas de crescimento na década são negativas. Vale ressaltar as diferenças de comportamento entre os empregados agrícolas e os pluriativos, haja visto que os primeiros tem forte decréscimo nos anos secos e os outros obtêm seus picos de crescimento nestes períodos de estiagens. Já as pessoas ativas das famílias de empregados não-agrícolas, apresentam taxas geométricas de crescimento bastante elevadas e significativas (23,8% a.a.), um incremento de 29 mil pessoas ativas quando comparamos apenas o ano de 1992 com o de 1999.

Sobre as pessoas ativas das famílias de empregadores, estes tiveram as maiores taxas geométricas de crescimento negativas nos anos 90 (-21,7% a.a., com uma redução de 27 mil pessoas entre o ano de 1992 e 1999).

A tabela 13 trata da evolução do número médio de pessoas ativas nas famílias residentes no rural agropecuário paraibano, nos anos 90. As informações revelam uma tendência geral e bastante significativa de queda do número médio de pessoas ativas (-

2,6% a.a.), resultante das tendências de redução apresentadas pelas famílias de empregadores, conta-própria e empregados. Em certos casos, encontramos redução até mesmo nas famílias pluriativas, ou seja, nem a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas conseguiu assegurar os níveis de ocupação para estas famílias.

Tabela 13: evolução do número médio de pessoas ativas por famílias extensas segundo o local do domicílio e o tipo de família. Paraíba, 92-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxas 1992 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	2,0	2,3	1,9	1,9	2,0	1,8	1,8	-2,6 ***
Empregador com até 2 assalariados	3,0	3,1	2,4	2,3	2,4	2,3	1,8	-6,4 ***
Conta Própria	2,5	2,6	2,5	2,4	2,7	2,3	2,4	-1,4 *
Agricultora	2,2	2,2	2,1	2,0	2,3	2,0	2,2	-0,3
Pluriativo	3,2	3,1	3,3	3,2	3,1	2,6	2,6	-2,7 **
Agricultora+Agricultora	2,7	3,7	3,2	3,4	2,6	2,9	2,3	-3,5
Agricultora+não-agrícola	3,1	2,9	3,2	2,8	3,2	2,5	2,6	-2,3 *
Não-agrícola	1,0	2,0	1,3	1,3	1,7	1,4	1,8	3,5
Não-agrícola	1,0	2,0	1,3	1,3	1,5	1,4	1,8	3,0
Empregados	2,0	2,2	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	-3,9 ***
Agricultora	1,8	1,9	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5	-3,0 ***
Pluriativo	3,2	2,4	2,8	2,5	2,7	2,0	1,9	-5,6 ***
Agricultora+não-agrícola	3,2	2,4	2,6	2,4	2,6	1,9	1,9	-5,8 ***
Não-agrícola	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3	1,1	1,2	0,7
Não Ocupados	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Uma diminuição no número médio de pessoas ativas nas famílias de conta-própria (-1,4% a.a.) está fortemente influenciado pela tendência de queda das famílias pluriativas (-2,7% a.a.), principalmente naquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas (-2,3% a.a.), conforme observado na tabela 13. A situação ainda não assume maiores proporções devido o crescimento (irregular mas existente) do número médio de pessoas ativas em famílias não-agrícolas, cujo aumento médio, comparando 92 e 99, foi de 1,0 para 1,8 pessoa, embora esse crescimento seja estatisticamente nulo.

Com relação ao número médio de pessoas ativas nas famílias de empregados, identificamos uma tendência significativa de queda no período (-3,9% a.a.), devido a diminuição de número nas famílias agrícolas (-3,0% a.a.) e pluriativas (-5,8% a.a., com queda de 3,2 membros para 1,9 entre 92-99). Além disto, a taxa geométrica de

crescimento das pessoas ativas nas famílias não-agrícolas não foi significativo, pouco contribuindo para balancear a queda nos dois grupos acima citados (média de 1,2 membro em 1992 e também em 1999).

Neste tópico percebemos que não houve redução do número de famílias residentes no rural paraibano nos anos 90. A principal razão disto é o grande crescimento tanto do número de famílias pluriativas, em certos casos, quanto aquelas dedicadas exclusivamente as ORNA (que apresentam as taxas de crescimento mais elevadas), independentemente de serem conta-própria ou empregados.

Apesar da expressiva redução encontrada tanto no número de pessoas ativas nas famílias (-1,9% a.a.) quanto no número médio de pessoas ativas (-2,6% a.a.), identificamos que esta não foi ainda maior por ter existido um grande crescimento nas famílias de não-agrícolas (conta-própria e de empregados). Contudo, apesar deste movimento (ajudando a evitar uma situação de maiores dificuldades e contendo o êxodo das famílias rurais), ele não conseguiu contrabalançar o desemprego gerado pelas dificuldades de exercer as atividades agropecuárias no rural paraibano.

Outro fato relevante é a grande variabilidade das informações sobre a evolução das famílias. As condições climáticas influenciam fortemente a condição da população rural paraibana, que enquadra suas estratégias de sobrevivência de acordo com a maior ou menor precipitação pluviométrica. Nos anos secos, como em 1999, encontramos situações onde o número de famílias pluriativas foi superior as que se dedicavam exclusivamente à agricultura. Ainda mais, neste ano, nas famílias de empregados o número de não-agrícolas foi superior as de agrícolas. Por outro lado, nos anos chuvosos a situação se inverte. Não obstante, nos anos 90, fica claro a grande representatividade das famílias pluriativas e também das não-agrícolas, no número total existente no meio rural paraibano.

3.5-) As rendas das famílias rurais paraibanas na década de 90

Neste item do trabalho, procuramos identificar o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas das famílias rurais paraibanas, com relação ao seu peso econômico na composição da renda das famílias rurais. Ainda temos como objetivo específico, definir a importância de outras rendas provenientes de transferências públicas e/ou privadas na conformação da renda das famílias rurais paraibanas. Nossa hipótese de trabalho é que, apesar da intensa evolução das ORNA, as atividades

agrícolas no rural paraibano ainda tem maior peso econômico para as famílias rurais nos anos de chuvas. Nos anos secos, estas famílias paraibanas praticamente sobrevivem de rendas provenientes das ORNA e das transferências públicas e/ou privadas.

A análise da evolução das rendas familiares ocorre apenas com as informações da segunda metade dos anos 90. Isto porque, conforme coloca Graziano da Silva & Del Grossi, “é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas e inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de estabilização econômica – o Plano Collor e o Plano Real – aplicados no período”⁴ (2001d, p. 22-3).

A tabela 14 trata da composição da renda (agrícola, não-agrícola, aposentadorias e outras) e os rendimentos *per capita* das famílias residentes no rural agropecuário paraibano em 1999. No cômputo geral, a renda *per capita* média mensal entre as famílias é de menos de 60,00 reais (valores em reais de setembro de 1999). A maior parte desta renda é proveniente de atividades não-agrícolas (38,9%). As aposentadorias conformam a segunda maior parcela dos recursos obtidos (31%), sendo superior inclusive às rendas agrícolas (24,2%). Outras fontes de renda, como transferências privadas, de parentes que migraram e enviaram recursos para as famílias que permaneceram no rural, por exemplo, compõe o restante dos rendimentos percebidos (5,9%).

A renda *per capita* das famílias de empregadores com até 2 assalariados, em 1999, é bastante superior a média das demais famílias rurais (R\$ 267,59). Sua composição é formada de rendas não-agrícolas com a maior parte (53,6%), seguido de rendimentos agrícolas (34,3%), aposentadorias (11,9%) e outras (0,2%). Estas famílias possuem um poder aquisitivo mais elevado, sendo menos dependentes das transferências públicas/privadas. Esta renda maior foi obtida através de atividades não-agrícolas, que se não existissem causariam uma queda de mais de 50% nos rendimentos percebidos pelas mesmas.

Com relação as famílias de conta-própria, no geral possuem rendimentos superiores a média das famílias rurais paraibanas (R\$ 62,63), mas bastante inferiores aqueles obtidos pelos empregadores (menos de 24% destes). Esta renda é baixa, mas

⁴ Não existe um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, o que compromete o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluem este ano. Para maiores detalhes, vide Graziano da Silva & Del Grossi (2001d).

ainda possível principalmente pelas fontes não-agrícolas (37,4%) e pelas aposentadorias (30,1%), que juntas com outros meios conformam mais de 70% do total. As rendas agrícolas, em 1999, respondem por apenas 27,1% do todo.

Tabela 14: composição da renda e renda per capita das famílias, segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1999.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	Agrícola (%)	Não-Agríc. (%)	Aposent. (%)	Outras (%)	per capita R\$
RURAL AGROPECUÁRIO	24,2	38,9	31,0	5,9	59,79
Empregador com até 2 assalariados	34,3	53,6	11,9	0,2	267,59
Conta Própria	27,1	37,4	30,1	5,4	62,63
Agrícola	35,4	0,0	59,5	5,2	73,81
Pluriativo	28,5	52,4	14,0	5,2	53,03
Agrícola+não-agrícola	26,8	55,8	13,3	4,1	51,50
Não-agrícola	0,0	84,1	9,2	6,7	81,31
Não-agrícola	0,0	84,1	9,2	6,7	81,31
Empregados	24,7	54,4	16,4	4,5	42,25
Agrícola	58,0	0,0	39,0	3,0	46,23
Pluriativo	27,3	60,5	7,1	5,1	33,12
Agrícola+não-agrícola	27,6	61,2	7,3	3,9	33,06
Não-agrícola	0,0	85,3	9,8	4,9	52,54
Não-agrícola	0,0	86,2	9,2	4,6	56,21
Não Ocupados	0,0	0,0	83,9	16,1	95,34

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Sobre as famílias de conta-própria agrícolas, estas possuem uma renda *per capita* superior a média do seu grupo (R\$ 73,81). Contudo, isto ocorre devido a grande dependência das aposentadorias, que praticamente conformam 60% do total da renda. As rendas agrícolas compõe 35,4% do total destas famílias. Os conta-própria pluriativos perceberam rendimentos inferiores tanto à média dos conta-própria, quanto das famílias rurais (R\$ 53,03). A renda destes é composta por fontes não-agrícolas como a maior parte (52,4%), agrícolas (28,5%), aposentadorias (14%) e outras (5,2%). Certamente que a menor participação das transferências públicas resultou neste menor rendimento. Fica demonstrado que as transferências são importantes fontes de renda e de estabilidade para as famílias.

A maior parte das ORNA encontradas no estado exigem baixa qualificação e pagam salários baixos, que não proporcionam uma condição de vida digna aos

trabalhadores. Mesmo assim são importantes nos anos secos, como 1999, pois sem esta fonte, os rendimentos das famílias de conta própria pluriativos teria uma redução de mais de 50%.

O último grupo classificado entre os conta-própria rurais é o de famílias não-agrícolas. Estas percebem rendimentos *per capita* maiores tanto com relação as demais famílias do grupo quanto a média total das famílias rurais (R\$ 81,31). A maior parcela (mais de 84%) da renda é proveniente de atividades não-agrícolas e são as menos dependentes de transferências públicas/privadas (9,2% de aposentadorias e 6,7 de outras fontes).

As famílias de empregados possuem os menores rendimentos *per capita* dentre todas os tipos de famílias no rural paraibano (R\$ 42,25), em 1999. As fontes não-agrícolas compõe a maior parcela, com mais de 54% do total. Em seguida aparecem as fontes agrícolas (24,7%), as aposentadorias (16,4%) e outras (4,5%). As famílias de empregados agrícolas possuem rendimento *per capita* superior a média do grupo (R\$ 46,23), mas são bastante dependentes de aposentadorias (quase 40% do total). As fontes agrícolas compõe 58% do total de suas rendas. As famílias de empregados pluriativos possuem rendimentos baixos (R\$ 33,16), mas as rendas provenientes de aposentadorias conformam uma pequena parcela do total percebido (cerca de 7%). As famílias de empregados não-agrícolas possuem os maiores rendimentos do grupo (R\$ 52,54).

As famílias de não-ocupados possuem renda *per capita* superior aos de conta-própria e empregados (R\$ 95,34). Estes rendimentos percebidos são possíveis devido, principalmente, as transferências de aposentadorias (praticamente 84% do total). Quanto maior a porcentagem de transferências públicas na composição da renda das famílias, mais elevadas as possibilidades das famílias terem estabilidade no poder aquisitivo.

A tabela 15 demonstra a evolução das rendas das famílias residentes no rural agropecuário paraibano, entre 1995-1999. Com isto, analisaremos os rendimentos nos “anos bons” (1995, 1996 e 1997) e nos “anos ruins” (1998 e 1999), assim como as taxas geométricas de crescimento nos grupos de famílias classificados. Ao sabermos quais rendas estão crescendo e as que estão diminuindo, confrontaremos com as informações da tabela 16, que demonstra a evolução da composição dos rendimentos, para sabermos que fontes de renda estão puxando para baixo ou para cima o total dos recursos que as famílias recebem anualmente.

No geral, entre 1995 e 1999, não encontramos uma tendência definida na evolução das rendas das famílias. Em 1995 e 1996 encontramos as duas maiores rendas

(R\$ 272,17 e R\$ 276,26) e nos anos de 1997 e 1999 as duas menores (R\$251,16 e R\$257,57), sendo que 1997, ao contrário de 1999, não foi considerado um ano de seca no estado.

Tabela 15: evolução das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	272,17	276,26	251,16	262,26	257,57	-1,6
Empregador com até 2 assalariados	818,99	1.014,15	1.028,98	504,72	915,40	-4,6
Conta Própria	250,85	259,21	264,45	313,13	294,08	5,2 **
Agrícola	219,78	202,46	210,05	265,29	278,95	7,8 **
Pluriativo	308,45	340,28	305,27	349,88	284,41	-1,3
Agrícola+não-agrícola	312,96	322,01	314,71	361,42	278,48	-1,2
Não-agrícola	187,16	344,02	487,69	305,03	402,86	15,2
Empregados	209,64	209,93	200,54	209,93	192,66	-1,7 *
Agrícola	189,61	168,97	171,71	219,35	185,96	2,2
Pluriativo	250,47	301,88	294,45	213,63	171,54	-10,4 *
Agrícola+não-agrícola	256,27	307,78	275,05	209,99	169,32	-11,4 **
Não-agrícola	241,35	242,56	259,06	190,79	223,30	-3,9
Não-agrícola	237,44	251,63	249,75	190,04	231,47	-3,3
Não Ocupados	208,79	175,62	192,94	198,48	222,67	2,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Nas famílias de empregadores com até 2 assalariados, igualmente não encontramos uma tendência definida na evolução dos rendimentos. Estes crescem nos anos bons, entre 1995 e 1997 (ano em que atinge o pico de R\$ 1.028,98), tem forte queda no ano de 1998 (ano seco), com mais de 50% de redução quando comparamos 1997 e 1998 e voltam a subir em 1999 (também um ano com baixa precipitação pluviométrica), quando superam as rendas obtidas em 1995 (R\$ 818,99 em 1995 e R\$ 915,40 em 1999).

A evolução das rendas dos conta-própria demonstra uma taxa geométrica de crescimento elevada e significativa, de 5,2% a.a.. Esta se eleva de R\$ 250,85 em 1995, para R\$ 294,08 em 1999, entretanto, o pico da renda deste grupo é de R\$ 313,13 em 1998. Os conta-própria agrícolas possuem uma taxa geométrica de crescimento da renda importante, 7,8% a.a.. Estas se elevaram de R\$ 219,79 em 1995, para R\$ 278,95 em 1999. Os conta-própria pluriativos demonstram grande instabilidade nas rendas

percebidas. Estas não apresentaram uma tendência definida, com casos em que se reduz tanto nos anos bons quanto nos ruins. O último tipo de família deste grupo, os não-agrícolas, tiveram um substancial incremento de renda, além da menor instabilidade. Entre 1995 e 1997, o rendimento cresceu de R\$ 187,16 para R\$ 487,69 (incremento próximo de 150%). Apesar da queda entre 1997 e 1998, retoma a trajetória crescente entre 1998 e 1999 (subindo de R\$ 305,03 para R\$ 402,86). Então, certamente que o crescimento das rendas dos conta-própria foram proporcionados pelas taxas geométricas de crescimento encontradas nas rendas das famílias agrícolas e não-agrícolas.

Com relação as famílias de empregados, na média geral as rendas destas famílias apresentaram uma taxa geométrica de crescimento negativa de $-1,7\%$ a.a., entre 1995-99. Muito provavelmente que este número está influenciado pela grande queda na renda das famílias de empregados pluriativos (taxa geométrica de crescimento de $-10,4\%$ a.a.), que reduziu-se de R\$ 250,47 em 1995, para R\$ 173,33 em 1999. Apesar de não ter significância estatística, as rendas das famílias de empregados não-agrícolas também sofreu forte redução no período em questão.

Os rendimentos das famílias rurais cujos membros não estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, se elevaram entre 1996 e 1999 (passando de R\$ 175,62 em 1996, para R\$ 222,67 em 1999).

A tabela 16 trata da evolução da composição das rendas das famílias residentes no rural agropecuário paraibano, entre 1995 e 1999. Na análise da tabela 15, demonstramos que houve queda na renda média geral das famílias rurais paraibanas. A tabela 16 permite identificar que esta redução foi causada pela forte contração da renda proveniente de atividades agrícolas no período 1995-1999 (taxa de crescimento de $-15,4\%$ a.a.). Apesar dos crescimentos significativos das rendas não-agrícolas e de outras rendas ($17,7\%$ a.a. e $9,1\%$ a.a., respectivamente), estes não foram suficientes para compensar a diminuição da renda agropecuária.

Sobre as famílias de empregadores com até 2 assalariados, podemos perceber que existe uma tendência de queda nas rendas provenientes de atividades agrícolas, das aposentadorias e de outras fontes, contudo, apenas esta última possui significância estatística ($-45,8\%$ a.a.). As rendas não-agrícolas apresentam tendência de crescimento, mas também não conseguem estabilizar os proventos destas famílias.

Um crescimento significativo nas rendas das famílias de conta-própria ficou indicado na tabela 15. Isto foi possível pela forte taxa geométrica de crescimento dos rendimentos não-agrícolas, que aumentaram com taxas significantes de $24,3\%$ a.a.,

como demonstra a tabela 16. As rendas agrícolas apresentaram uma redução de -9,4% a.a. As transferências públicas e privadas também contribuíram para elevar a renda total dos conta própria rurais paraibanos. Com relação as famílias agrícolas, identificamos que a elevação de suas rendas (7,8% a.a., conforme a tabela 15) não foi causado por crescimento dos rendimentos agropecuários, que tiveram tendência de redução entre 1995-1999. O motivo deste crescimento foi o maior incremento das transferências públicas, via aposentadorias rurais (que se elevaram a uma taxa geométrica de 18,9% a.a.) e também das transferências privadas.

Tabela 16: evolução da composição das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	Agricultora		Não-Agricultora		Aposent.e/ou Pensão		Outras Rendas	Taxas
	1.999 (R\$)	1995/99 %a.a.	1.999 (R\$)	1995/99 %a.a.	1.999 (R\$)	1995/99 %a.a.		
RURAL AGROPECUÁRIO	62,31	-15,4 ***	100,09	17,7 ***	79,94	-3,8	15,23	9,1 *
Empregador com até 2 assalariados	314,00	-11,1	490,60	30,0	108,80	-19,0	2,00	-45,8 **
Conta Própria	79,81	-9,4 ***	109,91	24,3 ***	88,54	6,4	15,83	11,1
Agricultora	98,69	-4,8	0,00		165,88	18,9 **	14,38	12,8
Pluriativo	80,97	-11,9 **	148,99	6,8 *	39,69	-1,2	14,75	4,0
Agricultora+não-agricola	74,69	-13,4 ***	155,36	6,5	36,97	1,0	11,47	8,4 **
Não-agricola	0,00		338,77	17,9	37,09	-7,6	27,00	
Não-agricola	0,00		338,77	17,9 *	37,09	-7,6	27,00	
Empregados	47,54	-23,0 ***	104,89	27,5 **	31,57	-0,9	8,66	16,7
Agricultora	107,87	-6,6 ***	0,00		72,53	23,1 *	5,56	35,3
Pluriativo	46,74	-25,2 ***	103,81	1,9	12,18	-17,9	8,81	18,2
Agricultora+não-agricola	46,73	-24,2 ***	103,56	-1,2	12,37	-19,4 ***	6,67	3,4
Não-agricola	0,00		190,46	-0,5	21,96	-8,7	10,98	-15,0
Não-agricola	0,00		199,45	-1,6	21,33	4,4	10,69	-20,2
Não Ocupados	0,00		0,00		186,92	1,4	35,75	11,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

A redução das rendas das famílias pluriativas decorre do decréscimo das rendas agrícolas (-11,9% a.a.) e também das aposentadorias. O crescimento das rendas não-agricolas, apesar de elevado e importante (6,8% a.a.), além do aumento das transferências privadas, não conseguiram estabilizar os rendimentos percebidos por estas famílias. As famílias de conta-própria não-agricolas tiveram uma taxa geométrica de crescimento nas suas rendas de 17,9% a.a..

A tabela 15 demonstrou uma queda no rendimento dos empregados (-1,7% a.a.). A explicação deste comportamento foi a grande redução nas rendas agrícolas (-23% a.a.), entre 1995-1999, além da tendência de queda na parte proveniente de aposentadorias (conforme indica a tabela 16). Semelhantemente ao encontrado em outros tipos de famílias, mesmo o crescimento significativo (27,5% a.a.) das rendas não-agrícolas e da tendência de elevação de outras fontes, não conseguiu contrabalançar a queda da renda agrícola. As famílias de empregados agrícolas tiveram uma tendência de aumento nos seus rendimentos proporcionados pelas aposentadorias (que cresceram 23,1% a.a.) e pelas transferências privadas. Já a grande redução nos rendimentos das famílias de empregados pluriativos deve-se a forte diminuição da parcela agrícola e de aposentadorias que compõem estas rendas. Os empregados não-agrícolas tiveram redução tanto na parcela não-agrícola quanto nas transferências (públicas e privadas) que conformam seus rendimentos.

A estabilidade das rendas das famílias de não-ocupados é proporcionado pela forma como estas são compostas: transferências públicas em sua grande parte (aposentadorias) e outras fontes (remessa de parentes que migraram para as cidades).

A tabela 17 trata exclusivamente da evolução das rendas agrícolas das famílias rurais paraibanas, entre 1995 e 1999. No geral, estes rendimentos tiveram queda sistemática a cada ano, independente das condições climáticas. Um reflexo da crise pela qual passa a agricultura no estado. Em 1995, o rendimento obtido pelas famílias rurais através de atividades agrícolas foi de R\$ 112,42. No ano de 1999, a renda percebida praticamente se reduz pela metade, apenas R\$ 62,31 (taxa geométrica de crescimento negativo de -15,4% a.a.).

Nas famílias de empregadores com até 2 assalariados, a renda agrícola não apresenta uma tendência definida. Encontra um teto no ano de 1996 (R\$ 667,76) e seu piso em 1998 (R\$ 195,98). Nos outros anos apresenta certa estabilidade, com uma média em torno dos R\$ 315,00.

As famílias de conta-própria, no geral, apresentam rendimentos agrícolas bastante inferiores aos das famílias de empregadores. A renda percebida nos anos bons possui certa estabilidade (com o pico em 1996 de R\$ 114,03), mas torna-se decrescente nos anos secos, quando atinge os níveis mais baixos (R\$ 79,81 em 1999). Entre 1995-99 apresenta uma taxa geométrica de crescimento bastante negativo, de -9,4% a.a.. As rendas dos conta-própria agrícolas não apresentam uma tendência definida (apresentam grande instabilidade), independentemente do ano ser chuvoso ou não. Apesar de crescer

entre 1995 e 1996 (ano em que atinge o ápice de R\$ 149,75), as rendas agrícolas das famílias pluriativas decrescem sistematicamente entre 1996 e 1999, ano este em que atingem seu ponto mais baixo (R\$ 80,97). Disto, a taxa geométrica de crescimento apresentar-se de forma negativa, -11,9% a.a. Dentre os pluriativos, destaque para a forte queda da renda agrícola nas famílias que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas (-13,4% a.a.). No todo, nas famílias de conta-própria rurais, independente da ocupação, as rendas agrícolas apresentaram uma tendência forte de queda.

Tabela 17: evolução das rendas agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	112,42	108,52	102,53	66,56	62,31	-15,4 ***
Empregador com até 2 assalariados	306,13	667,76	334,18	195,98	314,00	-11,1
Conta Própria	112,94	114,03	109,30	85,10	79,81	-9,4 ***
Agricultora	112,70	105,13	115,62	83,78	98,69	-4,8
Pluriativo	124,16	149,75	112,06	99,62	80,97	-11,9 **
Agricultora+não-agricola	116,84	130,47	94,78	75,59	74,69	-13,4 ***
Não-agricola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregados	125,34	108,87	111,80	55,28	47,54	-23,0 ***
Agricultora	147,21	131,08	132,41	123,65	107,87	-6,6 ***
Agricultora	132,50	123,36	129,45	100,68	85,33	-10,3 ***
Pluriativo	123,27	121,89	114,67	46,77	46,74	-25,2 ***
Agricultora+não-agricola	110,57	115,49	74,52	40,65	46,73	-24,2 ***
Não-agricola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Não Ocupados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Semelhante ao indicado nas famílias de conta-própria, quando analisamos as famílias de empregados percebemos que independente da ocupação exercida pelos membros, as rendas agrícolas tiveram expressiva redução no período de 1995-1999 (independente do ano ser seco ou chuvoso, apesar de que nos anos de baixa precipitação a redução nos rendimentos ser mais acentuado). No geral, a taxa geométrica de crescimento dos empregados rurais foi de -23,0% a.a.. Em 1995, estas famílias percebiam R\$ 125,34 de rendas agropecuárias e em 1999, apenas R\$ 47,54. Os empregados agrícolas tiveram seus rendimentos agrícolas reduzidos anualmente a uma taxa geométrica de -6,6%. Em 1995, percebiam R\$ 147,21 de fontes agrícolas e em

1999, R\$ 107,87 (ano em que atinge seu menor patamar). Os empregados pluriativos apresentam as maiores taxas geométricas de redução das rendas agrícolas, -25,2% a.a.. Este comportamento fez com que os rendimentos caíssem de R\$ 123,27 (em 1995) para R\$ 46,74 (em 1999).

A tabela 18 demonstra exclusivamente o comportamento, no período de 1995 até 1999, das rendas não-agrícolas percebidas pelas famílias residentes no rural agropecuário paraibano. Em termos gerais, estas famílias tiveram uma forte taxa geométrica de crescimento das rendas provenientes de ORNA na Paraíba (17,7% a.a.). Isto significa que as mesmas praticamente duplicaram, quando comparamos 1995 e 1999, saindo de R\$ 50,61 para R\$ 100,09.

Tabela 18: evolução das rendas não-agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	50,61	74,44	65,63	96,97	100,09	17,7 ***
Empregador com até 2 assalariados	119,22	238,90	517,12	194,98	490,60	30,0
Conta Própria	49,87	61,02	73,94	111,00	109,91	24,3 ***
Agricultora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pluriativo	122,88	130,84	126,06	172,25	148,99	6,8 *
Não-agrícola	150,31	248,18	414,80	254,36	338,77	17,9 *
Empregados	37,80	67,32	46,01	99,13	104,89	27,5 **
Agricultora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pluriativo	87,20	151,19	126,15	128,48	103,81	1,9
Agricultora+não-agrícola	97,73	161,54	162,27	127,19	103,56	-1,2
Não-agrícola	156,71	218,47	209,08	140,58	190,46	-0,5
Não Ocupados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Em linhas gerais, encontramos crescimentos importantes e significativos em todas as famílias rurais, sejam elas empregadoras com até 2 assalariados, conta-própria (taxa geométrica de crescimento significativa de 24,3% a.a.) ou empregados (taxa geométrica de crescimento significativa de 27,5% a.a.), entre 1995-99.

As rendas mais elevadas são encontradas entre os empregadores com até dois assalariados. Entre 1995 e 1997, estas variaram de R\$ 119,22 para R\$ 517,12. Apesar da forte queda ocorrida em 1998 (R\$ 194,98), os rendimentos não-agrícolas voltam a

crescer em 1999 (R\$ 490,60), praticamente se equiparando ao patamar de 1997. Contudo, não apresentando uma tendência estatisticamente significativa.

As rendas não-agrícolas dos conta própria são inferiores às obtidas pelas famílias de empregadores. Contudo, seu crescimento foi significativo, praticamente duplicando entre 1995 (R\$ 49,87) e 1999 (R\$ 109,91). Os rendimentos não-agrícolas obtidos pelas famílias pluriativas tiveram uma taxa geométrica de crescimento elevada, de 6,8% a.a.. Isto indica que a queda no rendimento total destas famílias realmente esteve determinado pela forte contração da parte agrícola que compõe a renda. Os conta própria não-agrícolas tiveram suas rendas crescendo entre 1995 e 1997, saindo de R\$ 150,31 para R\$ 414,80. Apesar de uma pequena redução em 1998 (R\$ 254,36), no ano seguinte os rendimentos não-agrícolas percebidos voltam a se elevar, atingindo R\$ 338,77. Com este comportamento, a taxa geométrica de crescimento encontrada foi de 17,9% a.a., bastante elevada e significativa.

Na média, as rendas não-agrícolas obtidas pelas famílias de empregados é menor do que as dos conta-própria. A quantia que recebiam em 1995 era de R\$ 37,80. Em 1999, esta teve forte elevação, atingindo o pico de R\$ 104,89. Entretanto, quando analisamos as rendas não-agrícolas das famílias de empregados pluriativos e não-agrícolas, em ambos os casos não encontramos uma tendência definida. A grande instabilidade nos rendimentos pode ter sido o motivo que levou a taxa geométrica de crescimento não ter significância estatística. Apesar disto, quando comparamos as rendas de 1995 com 1999, nas duas situações os rendimentos cresceram.

A tabela 19 demonstra a evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias rurais paraibanas, entre 1995-1999. No geral, estas rendas tiveram queda entre 1995 e 1997, com uma redução de R\$ 97,17 em 1995 para R\$ 67,15 em 1997. Após um crescimento em 1998 (R\$ 83,07), a renda proveniente das transferência públicas volta a seguir sua tendência declinante, caindo para R\$ 79,94.

As famílias de conta-própria apresentam significativa taxa geométrica de crescimento das rendas de aposentadorias, apenas nas famílias que se dedicam às atividades agropecuárias. Nestas, a renda se eleva de R\$ 94,04 em 1995 para R\$ 165,88 em 1999. Isto significou uma taxa geométrica de crescimento de 18,9% a.a.. Nos demais tipos de famílias deste grupo, as taxas de crescimento não se mostraram significativas. Com relação aos pluriativos, a renda evolui de forma ascendente entre 1995 e 1998 (aumento de R\$ 49,22 para R\$ 67,43) e depois declina de forma considerável (R\$ 39,69). Nas famílias de conta-própria não-agrícola, após um crescimento entre 1995 (R\$

36,85) e 1996 (R\$ 90,13), as rendas de transferências entram num processo contínuo de queda até atingir praticamente o nível de 1995, conforme indica a tabela 19.

Tabela 19: evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	97,17	82,70	67,15	83,07	79,94	-3,8
Empregador com até 2 assalariados	379,68	74,85	168,92	110,26	108,80	-19,0
Conta Própria	75,77	76,26	71,78	103,45	88,54	6,4
Agrícola	94,04	90,69	84,33	164,25	165,88	18,9 **
Pluriativo	49,22	49,24	57,64	67,43	39,69	-1,2
Agrícola+não-agrícola	58,72	25,56	46,74	71,07	36,97	1,0
Não-agrícola	36,85	90,13	72,89	40,51	37,09	-7,6
Empregados	38,93	29,85	37,72	41,62	31,57	-0,9
Agrícola	40,29	33,70	37,81	83,23	72,53	23,1 *
Agrícola	40,63	36,40	40,15	101,51	82,42	27,6 **
Pluriativo	29,89	26,43	43,72	22,05	12,18	-17,9
Agrícola+não-agrícola	34,49	27,77	32,78	25,06	12,37	-19,4 **
Não-agrícola	50,16	19,18	31,22	40,70	21,86	-8,7
Não Ocupados	187,83	139,92	115,43	162,82	186,92	1,4

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO. I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, ** * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Com relação as famílias de empregados, os agricultores tiveram taxas geométricas de crescimento significativo no período de 1995-1999 (23,1% a.a.). Em 1995, obtinham R\$ 40,29 de transferências públicas, enquanto que este valor se eleva para R\$ 72,53 em 1999. As famílias pluriativas, principalmente aquelas que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não-agrícolas, tiveram uma taxa geométrica de crescimento anual das transferências bastante negativa (-19,4% a.a.). Como indicado anteriormente, as famílias pluriativas normalmente são menos dependentes deste tipo de renda. Apesar da grande instabilidade encontrada nas rendas das famílias de empregados não-agrícolas, não apresentando uma taxa de crescimento definida, percebe-se que entre 1996 e 1998 estas tiveram um razoável aumento (passando de R\$ 19,18 para R\$ 40,70), declinando em 1999 (R\$ 21,86).

As famílias classificadas como não-ocupados tiveram, entre 1995 e 1997, um decréscimo neste tipo de rendimentos. Em 1995, recebiam R\$ 187,83 de aposentadorias e pensões, enquanto que no ano de 1997, apenas R\$ 115,43. Por outro

lado, a partir de 1997 ocorre uma retomada de crescimento, chegando em 1999 (R\$ 186,92) com um patamar semelhante ao de 1995.

A tabela 20 trata do comportamento de outras fontes de renda (como transferências de parentes que migraram, na qual denominamos de transferências privadas), percebidos pelas famílias rurais paraibanas entre 1995-1999.

Tabela 20: evolução das outras rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	11,98	10,60	15,84	15,65	15,23	9,1 *
Empregador com até 2 assalariados	13,97	32,64	8,76	3,50	2,00	-45,8 **
Conta Própria	12,28	7,91	9,42	13,58	15,83	11,1
Agrícola	13,04	6,65	10,10	18,25	14,38	12,8
Pluriativo	12,19	10,45	9,51	10,58	14,75	4,0
Agrícola+não-agrícola	8,30	9,96	12,21	11,68	11,47	8,4 **
Não-agrícola	0,00	5,71	0,00	10,16	27,00	
Empregados	7,57	3,89	5,02	13,91	8,66	16,7
Agrícola	2,12	4,19	1,50	12,48	5,56	35,3
Agrícola	0,60	2,16	1,70	13,25	7,58	98,9 ***
Pluriativo	10,12	2,36	9,91	16,53	8,81	18,2
Agrícola+não-agrícola	13,49	2,98	5,47	17,10	6,67	3,4
Não-agrícola	34,48	4,91	18,76	9,51	10,98	-15,0
Não Ocupados	20,96	35,70	77,51	35,66	35,75	11,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

No total, estas outras fontes de renda apresentam taxas geométricas de crescimento elevadas, nas famílias rurais paraibanas (9,1% a.a.). Não existe grande instabilidade nos valores percebidos, que em 1995 foram de R\$ 11,98 e tiveram um aumento para R\$ 15,23 em 1999. Este crescimento está influenciado pelo comportamento nas famílias de conta-própria pluriativas e de empregados agrícolas, principalmente. Nas famílias de empregadores com até dois assalariados, por outro lado, a taxa geométrica de crescimento se mostrou bastante negativa, -45,8% a.a. (apesar do crescimento entre 1995 e 1996, ano em que atinge o pico, com R\$ 32,64, nos outros anos a tendência encontrada foi de sistemática redução, atingindo o menor patamar em 1999, com apenas R\$ 2,00 obtidos).

Nas famílias de conta-própria, logo após uma redução entre 1995 e 1996, estas outras fontes de renda ascendem anualmente até o teto de R\$ 15,83 em 1999. Para os conta-própria agrícola e também pluriativos, apesar de não terem uma tendência definida (os valores aumentam e diminuem independentemente do ano ser considerado chuvoso ou seco), em ambos os casos, ao compararmos 1995 e 1999, encontramos um crescimento nas rendas, conforme indica a tabela 20. Apenas nos conta-própria pluriativos cujos membros combinam atividades agropecuárias e não-agrícolas encontramos um crescimento com significância estatística (8,4% a.a.).

Ao analisarmos as informações sobre as famílias de empregados e também as de não-ocupados, percebemos que em nenhum caso encontramos uma tendência definida nas rendas. Existem grandes oscilações nestas, independentemente do ano ser considerado bom ou ruim. Em alguns casos, inclusive, estas transferências privadas sofreram redução nos anos de seca, como é o caso dos empregados não-agrícolas e dos pluriativos.

A tabela 21 demonstra a evolução da renda familiar *per capita* das famílias residentes no rural agropecuário paraibano, entre 1995 e 1999. Considerando os dados agregados totais, percebemos que houve uma ligeira queda nos rendimentos percebidos. Em 1995, estes eram de R\$ 61,90. Tiveram um pico em 1996, ano em que atingiram R\$ 65,91 e encerram a década com o valor de R\$ 59,79. Nas famílias de empregadores, apesar da grande oscilação dos números, estes encerram a década num patamar bastante superior ao encontrado em 1995 (cresceram de R\$ 204,44 para R\$ 267,59).

As famílias de conta-própria, no geral, tiveram aumentos significativos na renda *per capita*. Em 1995, perceberam um rendimento de R\$ 51,09 que crescendo a uma taxa geométrica de 6,1% a.a., atinge o patamar de R\$ 62,63 em 1999. As famílias agrícolas tiveram elevações de renda *per capita* significativas, com uma taxa geométrica de 9,8% a.a., possibilitando que este rendimento crescesse entre 1995 (R\$ 52,33) e 1999 (R\$ 73,81). Nas famílias de conta-própria pluriativos e não-agrícolas, a evolução da renda *per capita* não tem uma tendência definida, oscilando entre os anos. Entretanto, nos dois casos os rendimentos percebidos no final da década são superiores aos encontrados no ano de 1995.

Nas famílias de empregados, a renda *per capita* tem seu pico no ano de 1995 (R\$ 45,24). Logo em seguida, esta se reduz em alguns anos e aumenta em outros, sem conseguir voltar ao nível de 1995, encerrando a década com redução para R\$ 42,25. Os empregados pluriativos e não-agrícolas tiveram comportamento semelhante nas suas

rendas, que tiveram forte tendência de queda no período. A renda *per capita* dos pluriativos, principalmente aqueles que combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas, reduziu-se de R\$ 45,90 em 1995, para R\$ 33,06 no ano de 1999 (conformando uma taxa de crescimento de -9,3% a.a.).

Tabela 21: evolução da renda familiar *per capita* segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	61,90	65,91	55,86	59,04	59,79	-1,8
Empregador com até 2 assalariados	204,44	221,77	278,01	140,04	267,59	0,8
Conta Própria	51,09	56,38	53,32	67,55	62,63	6,1 **
Agricultora	52,33	50,17	44,89	64,34	73,81	9,8 *
Pluriativo	49,93	59,34	57,71	69,07	53,03	2,8
Não-agrícola	46,79	95,53	102,07	71,04	81,31	8,4
Empregados	45,24	42,25	43,64	44,49	42,25	-0,8
Agricultora	45,06	35,01	38,20	51,62	46,23	4,5
Pluriativo	42,18	53,39	54,22	41,04	33,12	-7,2
Agricultora+não-agrícola	45,90	56,64	54,09	41,16	33,06	-9,3 *
Não-agrícola	55,00	53,32	60,44	46,38	52,54	-2,3
Não Ocupados	91,66	63,13	79,05	76,61	95,34	2,8

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP, Junho/2001.

***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Os não-ocupados tiveram uma tendência de crescimento (apesar da variação nas rendas) na renda familiar *per capita* que perceberam entre 1995 e 1999. Após atingir um piso de R\$ 63,13 em 1996, as rendas se elevam até atingir o pico de R\$ 95,34 no fim da década.

As tabelas 22 e 23 tratam da composição da renda segundo os tipos de famílias e os grupos de área, na Paraíba em 1999. Demonstraremos, então, a relação entre renda e área na agricultura familiar. Os grupos formados pelas famílias agrícolas e pluriativas dos empregadores com até dois empregados e dos conta própria, constituem o público potencial do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). As áreas declaradas nas PNAD, são uma aproximação da área total possuída pelo declarante. Conforme o IBGE (*apud* Graziano da Silva, 2000a, p. 94),

os quesitos da PNAD sobre áreas são dirigidos aos empregadores e conta-própria e têm o objetivo de *captar a área total das terras que compunham o empreendimento que a pessoa explorava. Portanto, para o empreendimento constituído por mais de um estabelecimento (mesmo que localizados em unidades da federação ou municípios distintos) deve-se obter as suas áreas. Entende-se por estabelecimento de atividade da agricultura, silvicultura ou pecuária todo terreno de área contínua, independentemente de tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processa a exploração de pelo menos uma dessas atividades* (Grifos no original.).

Na tabela 22, percebemos que em linhas gerais, a agricultura ainda detém o maior peso econômico nas famílias de empregadores, com 60% da renda de R\$ 776,36. A parte não-agrícola conforma 29%, as aposentadorias 5% e outras fontes 6%. Ainda identificamos os seguintes pontos:

- 1-) as rendas médias tanto das famílias rurais agrícolas quanto pluriativas cresce com o aumento da área total possuída (exceto nas pluriativas de 2 a menos de 10 ha.);
- 2-) em todos os estratos de área, os empregadores agrícolas têm uma renda média familiar inferior aos pluriativos;
- 3-) na composição da rendas das famílias agrícolas, o peso relativo das transferências públicas e privadas é maior que nas famílias de pluriativos;

Tabela 22 : Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área. Famílias de Empregadores com até 2 empregados permanentes. Paraíba, 1999.

SIT. DOM.	GRUPOS DE ÁREA	AGRIC. %	NÃO-AGRIC %	APOSEN %	OUTRAS %	MÉDIA R\$
TOTAL		60	29	5	6	776,36
	Agrícolas	74	0	25	1	551,00
	menos de 2 ha.	100	0	0	0	350,00
	de 2 a menos de 10 ha	-	-	-	-	0,00
	de 10 a menos de 100 ha	63	0	36	1	752,00
	de 100 ha e mais	-	-	-	-	0,00
	Pluriativos	58	33	2	7	826,44
	menos de 2 ha.	64	36	0	0	905,00
	de 2 a menos de 10 ha	72	28	0	0	598,33
	de 10 a menos de 100 ha	50	15	7	27	918,00
	de 100 ha e mais	53	47	0	0	967,33

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda ou área.

Na Paraíba, assim como ocorre nas informações sobre o Brasil, “a prevalecer o critério de acesso de no mínimo 80% da renda familiar ser proveniente de atividades agrícolas, a maioria dos empregadores pluriativos (independente do local de moradia) e dos agrícolas com até dois empregados permanentes ficaria fora do PRONAF” (Graziano da Silva, 2000a, p. 95).

A tabela 23 indica que, nas famílias de conta-própria, o peso das aposentadorias tem a mesma proporção da parte originada de atividades agrícolas (33%). Estas famílias percebem rendimentos bem menores que as de empregadores, independentemente da atividade exercida e do estrato de área. Semelhantemente ao encontrado na tabela 20, os rendimentos obtidos se elevam com o crescimento do grupo de área do estabelecimento.

Tabela 23 : Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área. Famílias de Conta Própria. Paraíba, 1999.

SIT. DOM.	GRUPOS DE ÁREA	AGRIC. %	NÃO-AGRÍC %	APOSEN %	OUTRAS %	MÉDIA R\$
TOTAL		33	29	33	5	305,67
	Agrícolas	35	0	61	5	271,67
	menos de 2 ha.	42	0	41	17	155,73
	de 2 a menos de 10 ha	33	0	64	3	272,27
	de 10 a menos de 100 ha	31	0	64	5	306,97
	de 100 ha e mais	83	0	17	0	454,00
	Pluriativos	32	49	14	5	335,36
	menos de 2 ha.	37	45	14	4	293,22
	de 2 a menos de 10 ha	34	42	17	7	321,65
	de 10 a menos de 100 ha	26	63	10	1	396,06
	de 100 ha e mais	-	-	-	-	0,00

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda ou área.

Além disto, em todos os casos, as rendas das famílias pluriativas são maiores que às dos agrícolas. Estes últimos, por sinal, são bastante dependentes das aposentadorias e pensões. Em quase todos os casos (exceto no grupo de 100 ha ou mais), a porcentagem de aposentadorias e outras fontes que compõe a renda total é superior a parte proveniente das atividades agropecuárias.

Segundo Graziano da Silva, “esse é um indicador importante de que os dois grupos de famílias [...] apresentam sistemas de produção distintos e deveriam ter tratamento diferentes de políticas públicas” (2000a, p. 95).

Neste caso, tendo em conta que o ano de 1999 foi considerado um ano seco, nas famílias de conta própria rurais paraibanas agrícolas são as transferências que ajudam a estabilizar a renda e nas pluriativas, o trabalho não-agrícola exerce esta função.

Para finalizarmos este tópico, ressaltamos que nos anos secos as rendas não-agrícolas e também as aposentadorias e pensões, superam aquelas provenientes de atividades agropecuárias (que ainda possuem uma tendência de queda em todos os tipos de famílias) no rural paraibano, conforme indicado no gráfico 01. Contudo, ao analisarmos os anos de 1995 até 1999, fica evidente que existe uma certa estabilidade nos rendimentos médios destas famílias (sempre oscilando entre R\$ 250,00 e R\$ 270,00).

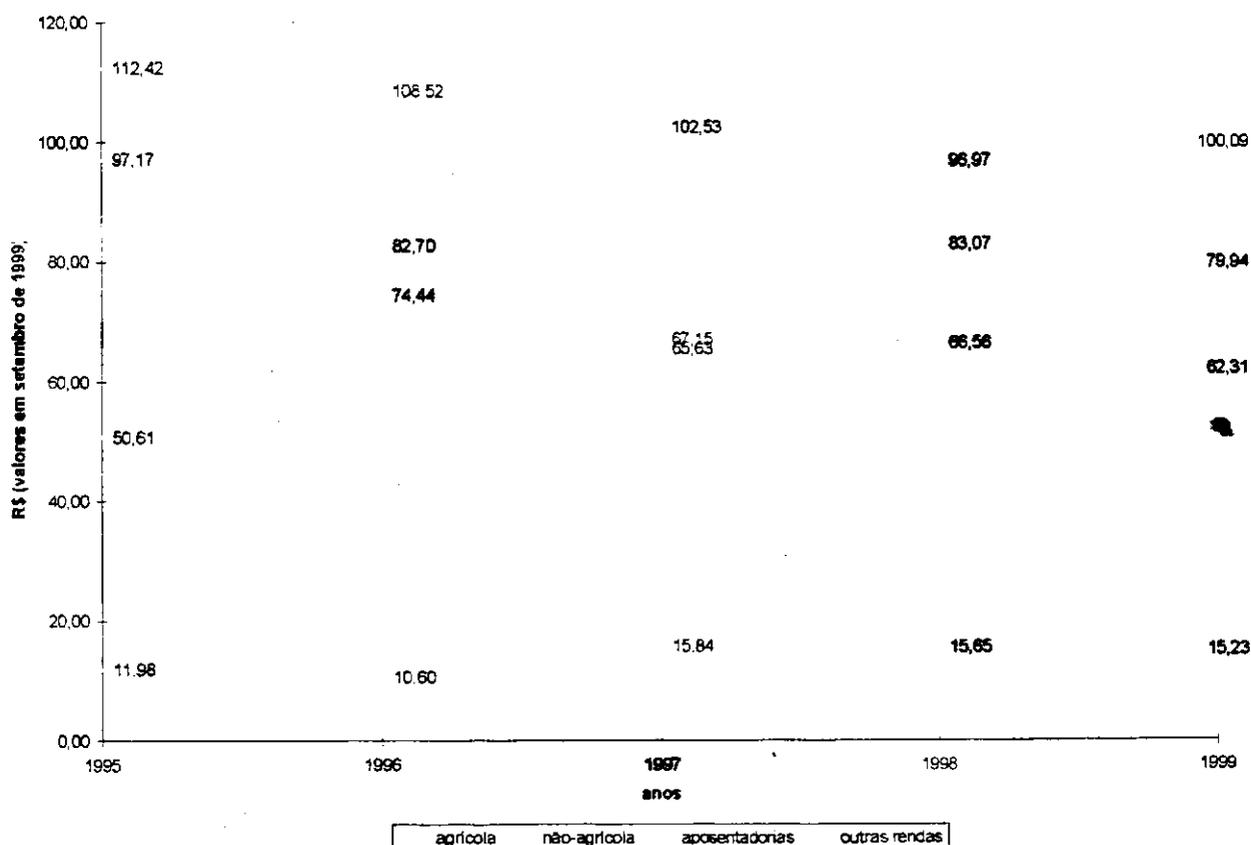


GRÁFICO 01

Evolução das rendas das famílias rurais paraibanas (1995-1999)

As aberturas nas informações demonstraram que quedas significantes nas rendas agrícolas ocorrem nos anos secos, quando estas praticamente se reduzem pela metade.

Nos anos bons, os rendimentos também são decrescentes, é verdade. Entretanto, a redução ocorre de forma amena, certamente refletindo o que já foi demonstrado em outras pesquisas, de que os preços dos produtos agrícolas estão sendo reduzidos no mercado. Os rendimentos não-agrícolas são bastante inferiores aos agrícolas e também as aposentadorias/pensões nos anos chuvosos, superando-os apenas nos anos de baixa precipitação (tanto pela grande queda na renda agrícola quanto pela grande elevação na não-agrícola). Em certo sentido, a queda na renda agropecuária é compensada pela elevação da parte não-agrícola que a compõe. Isto gera a estabilidade que citamos no parágrafo anterior. As duas rendas possuem oscilações abruptas de acordo com o ano ser seco ou chuvoso.

A mesma análise não pode ser feita quando comparamos as renda agrícolas e as transferências privadas. Neste caso, as primeiras rendas caem tanto que realmente aparece a parcela das aposentadorias e pensões. Neste caso, independente das condições climáticas, existe uma estabilidade monetária nos rendimentos advindos de transferências (sem dúvidas, pela própria configuração do mesmo). Na Paraíba, ao contrário do encontrado em análises nacionais, na década de 90, as rendas agrícolas não necessariamente são inferiores às não-agrícolas. O que não significa que os dados de outros anos não modifiquem esta situação, haja visto as tendências declinantes das parte agrícola e crescente da parcela não-agrícola. Só as informações de anos posteriores vão poder revelar como a renda se conformará.

As famílias agrícolas, de forma interessante, são as que possuem além de uma certa maior estabilidade, um crescimento positivo nos seus rendimentos. Ao buscarmos os motivos que explicam esta realidade, encontramos que são estas as maiores dependentes de transferências públicas e/ou privadas. Então, na realidade, não podemos considerar que no rural paraibano, o crescimento das ORNA possui relação direta com elevação e estabilização das rendas familiares. A forma como se desenvolveu a questão agrária estadual tem como consequência a necessidade das famílias de buscarem estratégias de sobrevivência para poderem conseguir a renda necessária para sua manutenção.

As aposentadorias e pensões, ao contrário, estão favorecendo este equilíbrio. Com isto, concordamos com Graziano da Silva & Del Grossi quando citam “a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro ...” (2001d, p. 26).

A maior parte da população ocupada em ORNA, no estado, possui baixa qualificação e encontra emprego nas demandas do setor público, quando surgem as políticas de obras contra as secas. Os rendimentos obtidos são baixos (suficientes apenas para manter o baixo padrão de vida conseguido nos anos chuvosos) e instáveis (já que cessado os investimentos públicos, reduzem-se os empregos). Um grande exemplo da fragilidade das rendas obtidas via atividades não-agrícolas é o rendimento *per capita* obtido pelas famílias de não-ocupados ser superior, em vários casos, aos das outros grupos de famílias conta própria e empregados (independentemente de serem agrícolas, pluriativas ou não-agrícolas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos acontecimentos, como a crise do modelo produtivista centrado na “Revolução Verde” e o crescimento das atividades não-agrícolas em áreas rurais, levam-nos a pensar que o mundo rural contemporâneo vêm passando por profundas transformações. Nos países desenvolvidos encontram-se em andamento processos de diversificação produtiva. As famílias residentes em áreas rurais dedicam-se à outras atividades, reduzindo a exclusividade agrícola e aumentando o emprego não-agrícola. Disto, a constatação de que o rural não poder mais ser sinônimo de agrícola.

As “molas propulsoras” deste fenômeno vão desde o forte processo de modernização tecnológica (que reduziu o tempo gasto no trabalho agrícola e forneceu condições para os trabalhadores se ocuparem com outras atividades) até o desenvolvimento de um mercado de trabalho não-agrícola em áreas rurais, com o Estado exercendo um papel fundamental de apoio ao desenvolvimento das novas atividades e da diversificação produtiva, haja visto que auxilia na elevação das rendas das famílias, desintensifica a atividade agrícola (amenizando os problemas de superprodução) e contribui para redução dos gastos públicos, que chegam a US\$ 1 bilhão de dólares por dia na Europa em subsídios para a agricultura.

No Brasil, diversos estudos produzidos pelo projeto Rurbano também concluem que não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada apenas pelas atividades agropecuárias. O calendário agrícola e a expansão/retração tanto das áreas quanto da produção agropecuária não explicam todo o comportamento do emprego e os movimentos populacionais dos residentes no meio rural.

Existem “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas (que em sua maioria não são novas, na verdade são antigas, mas não tinham até recentemente importância econômica), como prestação de serviços, atividades industriais e comércio, que também respondem por outras dinâmicas da população rural brasileira. Existem também muitas atividades rurais não-agrícolas surgidas da crescente urbanização do meio rural, atividades decorrentes da preservação do meio ambiente e outras que buscam “nichos de mercado” para se inserirem. As pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos em atividades agropecuárias.

A abertura das informações a níveis de regiões e de estados, indica que as transformações estão ocorrendo em todo o meio rural brasileiro. A diferença está na intensidade do processo, nas dinâmicas que proporcionam o aumento das atividades

não-agrícolas e no desenvolvimento heterogêneo do meio rural brasileiro em sua história.

Em São Paulo, nos anos 90, consolidou-se uma mudança estrutural nas ocupações da PEA rural, que desde meados dos anos 80 estava em curso. Fatores como a crescente mecanização do processo produtivo na agropecuária, a redução da área cultivada com importantes culturas, novas funções como turismo e moradia no meio rural, resultaram num grande aumento da PEA rural não-agrícola. Neste estado, praticamente todas as dinâmicas de geração de ORNA estão presentes.

Na região Nordeste, a evolução das ocupações rurais não-agrícolas ocorre de forma importante, mas não generalizada por todos os estados. Em parte destes o dinamismo está centrado no comportamento das atividades agropecuárias, em outros ocorre com maior ênfase apenas nas regiões metropolitanas. Certamente que no Nordeste existe um grande potencial para o desenvolvimento de um mercado de atividades rurais não-agrícolas e que devem ser estimuladas, mesmo porque é onde encontram-se a maior quantidade da PEA rural não-agrícola do país. Contudo, deve-se levar em conta a heterogeneidade da região e a definição de estratégias para desprivatização do espaço rural e de urbanização do interior nordestino (maior acesso a serviços encontrados nas áreas rurais, como saneamento básico, eletrificação, escolas, hospitais, creches etc.).

Em todos os casos estudados foram encontrados uma crescente importância das aposentadorias e também do número de não ocupados residentes em áreas rurais. Também importante ressaltar que a maior parte das ORNA exigem baixa qualificação e reduzida escolaridade, são serviços temporários ou precários. As prestações de serviços são as ocupações que mais crescem e dentro destas, é o emprego doméstico que lidera em toda parte do país, independente da área ser rural urbanizada ou rural agropecuário.

Com relação ao estado da Paraíba, temos as condições climáticas influenciando as atividades agropecuárias e estas, boa parte do dinamismo das atividades não-agrícolas. No estado, as terras são bastante concentradas e a maior parte dos agricultores não têm acesso à tecnologia e créditos agrícolas. O algodão foi o último produto de grande valor econômico produzido no estado, sua crise trouxe grandes dificuldades para os trabalhadores rurais. Todos estes fatores colaboram para a queda continuada da proporção que o PIB agrícola representa no PIB total.

Esta crise agrícola fica evidenciada quando estudado o comportamento populacional. Em quase todos os municípios é encontrado uma redução da população

residente. Diferentemente das conclusões encontradas em estudos sobre a situação nacional, na Paraíba, ainda é a expansão/retração de áreas ou culturas agropecuárias que indica grande parcela do comportamento das populações rurais.

Um fato claramente observado é a agudização das dificuldades nos anos secos. Em toda a década de 90 encontramos uma tendência de queda na PEA rural ocupada em atividades agrícolas, entretanto, nos anos secos a redução assume maiores proporções. Por outro lado, semelhantemente a um contraponto, nestes momentos a PEA rural não-agrícola apresenta os maiores crescimentos, apesar de não conseguir segurar todo o desemprego agrícola.

Ao buscarmos estudar quais as ocupações rurais não-agrícolas que estão demandando trabalho no estado, encontramos dois ramos como os mais importantes, Social e Prestação de Serviços. Em seguida, aparece o ramo de Comércio de Mercadorias. Nos anos de 98 e 99, a Indústria da Construção apresenta-se como importante gerador de empregos não-agrícolas. Finalmente, a Indústria de Transformação aparece como outro ramo onde a população rural está conseguindo trabalho. Estes ramos eram responsáveis, em 1999, por cerca de 90% das ORNA paraibanas.

Uma maior abertura nas informações indica os serviços domésticos, professores primários de grau inicial, serviços conta própria, balconistas atendentes, cozinheiro (não doméstico) e servente faxineiro, como principais ocupações rurais no estado. De forma assemelhada aquela encontrada nacionalmente, temos o emprego doméstico como uma forma importante de inserção no mercado de trabalho. As outras ocupações têm sua dinâmica relacionada com os ramos social e administração pública: são as professoras, os faxineiros das escolas e as merendeiras que trabalham nas áreas rurais ou moram nos sítios e trabalham nas áreas urbanas do município. Por todo o estado é facilmente percebido que as prefeituras são importantes fontes de demanda por trabalho e que muitas famílias sobrevivem desta fonte de renda. Outra fonte importante de geração de trabalho são as frentes de emergência. A dificuldade é que esta forma assistencialista só tem resultados de curto prazo, não resolvendo o cerne do problema.

Entre 1992 e 1999, houve um aumento no número de famílias residentes no rural agropecuário paraibano. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas advindas da crise agrícola e dos anos de seca, o número total de famílias rurais paraibanas não decresceu, contrariamente ao que ocorria em décadas passadas. O maior contingente de famílias é o de conta-própria, seguido pelos empregados, os empregadores com até dois assalariados

e os não-ocupados. Em todos os tipos de famílias estudados, observamos uma forte redução naquelas ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas e a elevação consistente na quantidade de famílias pluriativas e não-agrícolas.

Nos anos de seca, o número de famílias rurais agrícolas é menor que a quantidade de pluriativas. Nos anos de chuva, a situação se inverte. Isto demonstra que não existe estabilidade na ocupação não-agrícola, que esta têm um caráter apenas temporário e não definitivo. Um indivíduo racional prefere uma cesta maior de mercadorias do que uma menor. Tendo como pressuposto que as rendas não-agrícolas são superiores às rendas agrícolas, seria racional que o trabalhador mantivesse seu emprego não-agrícola mesmo nos anos de chuva. Isto só não acontece caso boa parte da oferta de trabalho não-agrícola cesse com o fim da estiagem ou o pressuposto não tenha comprovação na realidade.

Não obstante, nos anos 90, fica claro a grande representatividade das famílias pluriativas e também das não-agrícolas, no número total existente no meio rural paraibano. A pluriatividade é importante e está crescendo. Contudo, acreditamos que este fato decorre não pelo maior desenvolvimento tecnológico na agricultura, que teria proporcionado aos membros das famílias um maior tempo livre para executar outras atividades e sim por estratégias das famílias de conseguirem rendas extras para poderem sobreviver e manter os estabelecimentos. Certamente que o fato está mais ligado a uma certa "capacidade criativa" intrínseca da população brasileira de superar as muitas dificuldades que vive, do que um processo evolutivo onde a situação das famílias rurais atingiu um patamar tão semelhante aos das famílias urbanas, como ocorre nos países desenvolvidos, que a força política faz o Estado intervir, estimulando e criando todas as condições para o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades rurais não-agrícolas.

Sobre as rendas, ressaltamos que nos anos secos as não-agrícolas e também as aposentadorias e pensões, superam aquelas provenientes de atividades agropecuárias no rural paraibano. As informações demonstraram quedas significantes nas rendas agrícolas ocorrendo nos anos secos, quando estas praticamente se reduzem pela metade. Nos anos bons, os rendimentos também são decrescentes, mas a diminuição ocorre de forma mais amena. Nos anos de chuvas abundantes, os rendimentos não-agrícolas são bem inferiores aos agrícolas e também às aposentadorias/pensões, o contrário ocorrendo nos anos secos. Em certo sentido, a queda na renda agropecuária é compensada pela elevação da parte não-agrícola que a compõe.

Na Paraíba, diferentemente do encontrado em análises nacionais, na década de 90, as rendas agrícolas não necessariamente são inferiores às não-agrícolas. As famílias agrícolas são as que possuem uma maior estabilidade e um crescimento positivo nos seus rendimentos. Isto porque são as maiores dependentes de transferências públicas e/ou privadas. As aposentadorias e pensões, estão favorecendo uma certa estabilidade nas rendas. Entretanto, deve-se registrar que uma parcela pequena da população rural paraibana é constituída de aposentados e/ou pensionistas, mas que são estes recursos que dinamizam economicamente boa parte dos pequenos municípios do estado.

Existem possibilidades de ampliar e diversificar as atividades no meio rural paraibano, principalmente com o turismo, atividade que vêm se desenvolvendo bastante. Não apenas o turismo litorâneo, mas também o sertanejo, desde que existam políticas de desenvolvimento rural centradas nas potencialidades de cada localidade. Exemplificando, no Agreste do estado (onde está localizada a região do brejo paraibano, um dos maiores do Nordeste) a paisagem serrana e o clima ameno favorecem o desenvolvimento do turismo.

Entre os municípios de Araruna e Tacima está a Pedra da Boca, cuja configuração lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um vaga-lume. Nesta localidade é praticado o alpinismo, salto de pára-quedas e asa-delta. As Pedras do Ingá (na cidade de Ingá), são consideradas umas das inscrições pré-históricas mais importantes da Terra. Em Areia, temos o Museu Pedro Américo (artista que pintou o quadro que retrata o momento do grito da Independência – em exposição no Museu do Ipiranga em São Paulo - SP) que contém quadros e desenhos deste grande pintor.

A região do Cariri e Seridó é rica em artesanatos de couro, bordados e renda renascença, além de relíquias arqueológicas com inscrições rupestres. Em Sousa fica o vale dos dinossauros, sítio paleontológico mundialmente conhecido, com pegadas de aproximadamente 130 milhões de anos. Neste mesmo município, existe a fazenda Acauã e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde em 1757 foi aprisionado Frei Caneca. Existem ainda o turismo de eventos (Festival da Cachaça e da Rapadura em Areia, da Carne de Sol em Picuí, as festas religiosas em diversos municípios, entre muitos outros eventos) e as Vaquejadas, que ocorrem em quase todos os municípios, sendo importantes geradoras de ocupações não-agrícolas, como são os rodeios nas regiões Sul e Sudeste do país, por exemplo.

Especificamente sobre o artesanato, a Paraíba se destaca com a produção de redes, mantas, estandartes, bordados e crochês, rendas, objetos de couro, de madeira, de

lata, de barro, de sisal, de estopas, de cipó e de palha, além de metal e osso. Podem-se localizar o artesanato em praticamente todo o estado, mas é na região do Brejo, Seridó, Cariri e litoral que se concentram com maior ritmo de produção para o comércio. Em 1991, o governo estadual criou o MAP (Mercado de Artesanato Paraibano) em João Pessoa, para facilitar o comércio destas mercadorias. Mais importante do que centrar a venda destas mercadorias em João Pessoa, seria estimular que as pessoas visitassem as cidades que produzem todo este artesanato e conhecem *in locus* os artesãos trabalhando.

Certamente que os recursos gastos pelos turistas estimulariam vários segmentos da economia local. Contudo, ressaltamos a grande necessidade de existir uma associação dos representantes da sociedade civil local e dos órgãos do poder municipal, estadual e também federal, para juntos conseguirem converter as *benesses* do crescimento econômico local para toda a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?*. Recife: Guararapes, 1981.

_____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP: Papyrus editora, 1988. (Série educando)

_____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. 6ª edição.

BAIARDI, A; LIMA, R.G.S. Estratégias de sobrevivência dos pequenos caprinocultores do semi-árido baiano. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000. Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 15 p.).

BALSADI, Otávio Valentim. O Novo Rural paulista: evolução e perspectivas. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

BARROS, João O. P. de; LIMA, João R. F. de O início tardio do retraimento do subsetor familiar na agricultura paraibana. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 10 p.).

BORBA, Carla. 53% dos municípios vivem da aposentadoria. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 julho 2001. Caderno de Economia, p. 7.

Censo Demográfico 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm> - Acesso em fevereiro de 2002.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

DELGADO, G. & CARDOSO JR., J. C. – *Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil*. Brasília: IPEA, 1999.

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (PhD Thesis).

DUQUE, Ghislaine. Estrutura fundiária e pequena produção. In: *Raízes* (Revista de Ciências Sociais e Econômicas). Nº 4-5, Jan 84/Dez 85. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da UFPB.

___ *et al.* Viabilidade e sustentabilidade da produção agrícola familiar no Nordeste: o caso da Paraíba. In: *IRSA*, 2000a, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 11 p.)

___: ARAÚJO, Maria Z.; É viável a produção agrícola familiar no semi-árido? In: *IRSA*. 2000b, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 14 p.)

GOMES DA SILVA, Aldenor. Pluriatividade e renda das famílias rurais do Nordeste do Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 13 p.).

___: VERAS, Edimilson Correia. A Heterogeneidade da dinâmicas das ocupações no rural do Nordeste. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001a, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).

___: O Nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001b. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

___: CAMPANHOLA, C.. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000a. (VOLUME 1).

___: _____. *O novo rural brasileiro: uma análise estadual - nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b. (VOLUME 2).

___; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. In: *ORNAS – ocupações rurais não-agrícolas*. Anais: Oficina de atualização temática. Paraná, 2000c.

___ (2001a). "O fim do êxodo rural?", *Globo Rural* (abril). Disponível em: <http://globorural.globo.com/mensal/_materias/tendencias.htm>

___ *et al.* Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001b, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).

____ *et al.* Pluriatividade e emprego doméstico no meio rural do Brasil, 1992-99. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001c, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).

____ & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001d. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001e. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: aspectos metodológicos. In: *Economia Aplicada*, São Paulo: FIPE/FEA-USP, 2(30), 1998: 514-551.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

LEITE, Emilene Sousa. *A viabilidade das unidades familiares de produção agrícola no nordeste semi-árido: um estudo de caso na Paraíba*. Relatório Final, PIBIC CNPq/UFPB, 11/99.

LIMA, João Ricardo Ferreira de. *A pluriatividade das famílias rurais: análise comparativa entre Brasil, região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte*. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001a, Recife. Anais (CD-ROM 08 p.).

____. As atividades e rendas não-agrícolas na Paraíba: “solução da lavoura”?! *Revista Qualidade de Vida*. ESALQ/USP – CEPEA/FEALQ, ano 3, número 31, dez. 2001b.

MARIN, Maria Cristina de M. Migração sem urbanização. In: *Raízes* (Revista de Ciências Sociais e Econômicas). Nº 4-5, Jan 84/Dez 85. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da UFPB.

MATTEL, Lauro F.. *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, S.P. IE/Unicamp, 1999. (Tese de Doutorado)

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

ORTEGA, Antonio César. "Minas são muitas": todas ampliando suas atividades rurais não-agrícolas. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

POLARI, Rômulo Soares. A Involução da economia paraibana no contexto nordestino. In: *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza, volume 26, n. 1, 1995.

RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 2. Ed. João Pessoa: Grafsset, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IFCH/UFRGS, 1999a. 500 p.

_____. *As atividades não-agrícolas e as transformações recentes do espaço rural: perspectivas recentes*, 1999b. Endereço eletrônico que disponibiliza-o:

(http://www.eco.unicamp.br/projetos/zipados/cad_estudos.zip)

SOUZA, Marcelino de. Ocupação e renda nas famílias rurais do Sul do Brasil: 1992-99. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro ("a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano")*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>